

**DA TRADUÇÃO ENQUANTO  
PARADIGMA E PARADOXO -  
INVESTIGAÇÃO A PARTIR DE ALGUNS  
CONCEITOS FREUDIANOS FUNDAMENTAIS**

**AUGUSTO NUNES FILHO**

**Augusto Nunes Filho**

**DA TRADUÇÃO ENQUANTO PARADIGMA E PARADOXO – INVESTIGAÇÃO  
A PARTIR DE ALGUNS CONCEITOS FREUDIANOS FUNDAMENTAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia. Linha de Pesquisa: Filosofia e Teoria Psicanalítica. Orientador: Prof. Dr. Jeferson Machado Pinto

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

1998

N972d  
1998

Nunes Filho, Augusto  
Da tradução enquanto paradigma e paradoxo investigação  
a partir de alguns conceitos freudianos fundamentais .-  
Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1998.  
134p.

Dissertação (mestrado) UFMG.FAFICH

1. Psicanálise I. Título

CDD: 150.195

**Da tradução enquanto  
paradigma e paradoxo -  
investigação a partir de alguns  
conceitos freudianos fundamentais**

Dissertação defendida e aprovada em  
14 de Agosto de 1998 pela banca examinadora  
constituída pelos professores:

Dr. Jeferson Machado Pinto (Orientador) – UFMG

Dr. José de Anchieta Corrêa - UFMG

Dra. Lúcia Castelo Branco – UFMG

Dissertação defendida e aprovada com a nota 85 pela Banca Examinadora, constituída pelos Professores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Jeferson Machado Pinto

  
\_\_\_\_\_  
Prof. José de Anchieta Corrêa

  
\_\_\_\_\_  
Profª Lúcia Castelo Branco

Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 14 de agosto de 1998.

“Do alto de minha janela  
eu digo adeus aos meus versos  
e não estou alegre nem triste”

Fernando Pessoa

## **AGRADECIMENTOS**

A Jeferson Machado Pinto,  
pelo acolhimento preciso.

A Cleonice Paes Barreto Mourão,  
pela preciosa contribuição.

RESUMO \_\_\_\_\_ 7

APRESENTAÇÃO \_\_\_\_\_ 8

INTRODUÇÃO \_\_\_\_\_ 10

#### PARTE I

##### DA TRADUÇÃO:

IMPLICAÇÕES FILOSÓFICAS \_\_\_\_\_ 17

1. Da tradução e de suas relações com a lingüística \_\_\_\_\_ 18
2. Da tradução e de suas relações com a epistemologia \_\_\_\_\_ 30
3. Da tradução e de suas relações com a ideologia \_\_\_\_\_ 51

#### PARTE II

##### DA TRADUÇÃO DE FREUD:

IMPLICAÇÕES DE ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS \_\_\_\_\_ 72

1. Da tradução e de suas relações com a história:  
movimentos e momentos \_\_\_\_\_ 73
2. Da tradução e de suas relações com a psicanálise:  
paradigma e paradoxo \_\_\_\_\_ 88
3. Da tradução e de suas relações com a obra de Sigmund Freud:  
tradição e traição \_\_\_\_\_ 99

CONCLUSÃO \_\_\_\_\_ 128

BIBLIOGRAFIA \_\_\_\_\_ 130

## RESUMO

Tendo como objeto de estudo alguns conceitos fundamentais freudianos, investiga-se, a partir da Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, pressupostos lingüísticos, epistemológicos e ideológicos implicados na tradução. Ao postular a tradução como sintoma, introduz-se a história como a articuladora das referidas áreas de conhecimento dando-lhes a consistência necessária que torna possível e passível o ato de traduzir.

Unitermos: Tradução. Psicanálise. Lingüística. Epistemologia. Ideologia. História.

## RESUME

Having some fundamental freudian concepts as object of studies, it's here investigated – from the Standard Brazilian Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud – linguistic, epistemological and ideological postulations implied in translation. By postulating translation as symptom, it's introduced History as the articulator of the referred areas of thr knowledge, giving them the necessary consistence that makes the act of tranalation possible and passible.

Uniterms: Translation. Psychoanalysis. Linguistics. Epistemology. Ideology. History.

## APRESENTAÇÃO

Dar curso a uma idéia. Pensar. Talvez se pudesse sugerir ser esse o objetivo da filosofia. Uma intenção. Trazer a tradução para o campo da reflexão filosófica enquanto objeto de investigação; essa intenção aponta, já e desde sempre, para uma *ductio*, elemento primeiro a provocar uma comunicação entre dois campos, ao transportar algo de um lugar para outro.

Costuma-se designar um lugar específico para a tradução enquanto objeto da lingüística. Considerando-a ao pé-da-letra, não se poderia tentar conduzi-la um pouco mais além? Traduzir implica em reconhecer a existência do mesmo e do outro. Para que haja tradução é necessário a existência do estrangeiro enquanto aquele que explicita o lugar da diferença. Diferente, indiferente, *heimilich*, *unheimilich*<sup>1</sup>. “Tudo continua diferente”, ou seja, continua na mesma. “Isso é indiferente”, mas que diferença faz. Um simples prefixo pode transformar uma palavra justamente no que ela era sem ele. As estranhezas de cada uma e de todas as línguas.

No princípio era o verbo, a ação. Ato primeiro de condução, *ductio* que se renova sempre e se eterniza ao infinito. É por ela que pode se dar a aproximação entre dois campos. Filosofia. *Ductio*. Tradução

Há que se circunscrever esse movimento.

Será a partir de Freud, de seu estilo e da especificidade de alguns dos seus conceitos fundamentais, que as relações com a psicanálise e com a própria

---

<sup>1</sup> O par diferente/indiferente, com a introdução do prefixo *in*, presta-se, em português, ao mesmo jogo de linguagem encontrado no alemão entre *heimilich/unheimilich*, ao produzir um efeito de estranheza com a introdução do prefixo.

---

obra freudiana serão averiguadas, demonstrando-se, nesse contexto, a sua função de ser tanto paradigma quanto paradoxo, submetida à tradição e à traição. As relações existentes entre tradução e lingüística serão o ponto de partida de uma tentativa de elaborar, já no campo da filosofia, as implicações tanto epistemológicas quanto ideológicas da tradução.

A demonstração de tais fatos demanda, ainda, uma outra investigação: a das implicações dentro de uma perspectiva histórica, que funcionaria nessa articulação entre lingüística, epistemologia e ideologia, como um elemento a mais.

A tradução será tratada como um tema, não circunscrita a um autor específico mas sim , após efetuar uma transposição de campos no que tange aos problemas suscitados pela tradução, submeter uma idéia a uma investigação filosófica. Tradução. *Ductio*. Filosofia.

A intenção? Pensar, dentro do campo da filosofia, uma idéia estrangeira.

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação teria como objetivo demonstrar que a *tradução*, constatada a posição de confinamento na qual permaneceu por largo espaço de tempo como pertencente ao campo da lingüística, poderia ser *transportada* (fazendo jus ao seu nome desde sua etimologia), para o interior do campo da filosofia transformando-se em seu objeto de investigação. O postulado seria que, ao se tornar exequível uma reflexão dessa ordem, trouxesse ela contribuições efetivas tanto para a filosofia quanto para a lingüística; concomitantemente, ao escolher a tradução da obra de Sigmund Freud como paradigma e paradoxo a ser investigado filosoficamente, estaria sendo efetuada, ainda, uma aproximação entre os campos psicanalítico e filosófico.

Ao se propor uma reflexão com referência na filosofia, a eleição dentro desse campo recairia sobre algumas questões epistemológicas e desdobramentos ideológicos concernentes à tradução da obra de Freud. O desenvolvimento de tal trabalho poderia trazer efetivas contribuições para três dos campos de saber apontados, ou seja, a lingüística, a filosofia e a psicanálise.

Pensar a *tradução* não mais circunscrita apenas à lingüística mas inserida no campo filosófico, poderia ser uma contribuição para ambos os campos, quando da reflexão sobre um objeto pertencente habitualmente a uma área ser investigado sob uma outra perspectiva, que implicasse um outro campo de saber; já a psicanálise poderia, por acréscimo, beneficiar-se com os efeitos produzidos concretamente a partir de tal investigação.

A transmissibilidade da psicanálise talvez possa se dar de maneira distinta da que atualmente ocorre, ao se considerar, não apenas as implicações

epistemológicas de suas premissas, mas também os desdobramentos ideológicos em questão no momento histórico preciso em que se realizou a *tradução* estandardizada da obra de Sigmund Freud. Seria no modo como foram *traduzidos* alguns conceitos considerados fundamentais do texto freudiano que se faria a demonstração proposta, ou seja, refletir de uma outra maneira sobre a *tradução*, ao ser ela *transformada* em objeto investigado pela filosofia.

A transmissibilidade da obra de Freud é um elemento de capital importância para a psicanálise. A *tradução* que dela foi feita para a língua inglesa, sob a orientação de seus editores, merece um destaque de relevância maior dentre todas as outras que foram realizadas. Inegavelmente é o inglês a língua de maior circulação internacional, sendo esse um atributo de inquestionável importância para a divulgação e disseminação de qualquer idéia. A *tradução* elaborada com a intenção de estandardizar a obra freudiana organizada por James Strachey e colaboradores é merecedora de uma reflexão que se proponha pesquisar e fundamentar a partir de preceitos epistemológicos e ideológicos dentre outros, as críticas das quais essa *tradução* é alvo constante, críticas que, entretanto, na maioria das vezes não são sistematizadas de modo consistente, permanecendo como constatação de uma curiosidade a mais, dentre as várias suscitadas pelas *traduções*.

Dois campos pertencentes à filosofia, ou seja, os fundamentos sobre a epistemologia e sobre a ideologia, são importantes e indispensáveis para fornecer subsídios necessários para que possa se concretizar uma reflexão sobre os problemas concernentes ao ato de *traduzir*. Refletir sobre a problemática da *tradução* considerando tais fundamentos, implica em *transportá-la* para o campo filosófico.

Uma aproximação imediata do texto de Freud torna-se difícil de ser efetuada, a não ser dentro da especificidade do campo psicanalítico; o objeto proposto para ser investigado nesse contexto não seria, no entanto, a teoria psicanalítica. Essa investigação se encaminharia nitidamente em outra direção; a proposta é de pesquisar as vicissitudes sofridas pela *tradução* da obra freudiana no que tange aos sérios comprometimentos advindos da disseminação de sua obra através de *tradução* dela feita pelos seus editores ingleses. Situar a *tradução* de um texto, ou de uma obra, como o objeto

a ser estudado é distinto de eleger o conteúdo da obra ou o próprio texto de um autor como objeto de pesquisa.

Nessa perspectiva, o que se elege como foco primeiro a ser investigado é a problemática da *tradução*, tornando-se necessário em decorrência disso, que seja feito um levantamento precedente dos questionamentos que se colocavam para o seu estatuto, sendo que alguns deles direcionavam-na para além das fronteiras nas quais estava ela habitualmente inserida, ou seja, apontavam para a possibilidade de uma ultrapassagem da circunscrição na qual se manteve enquanto objeto da lingüística. Tal ponto de partida indica uma escolha definida para dar prosseguimento à investigação.

A lingüística poderia ser beneficiada com essas contribuições que possibilitariam uma nova maneira de se inserir a *tradução* no que diz respeito à *ductio* e aos modos de produção de conhecimento. Ao serem os problemas formulados de outra maneira, impossível se torna a manutenção das problemáticas anteriores. As perguntas que se colocavam como impasses para um questionamento sobre a *tradução* forçosamente tendem a adquirir um outro estatuto.

Uma vez realizada a primeira, surge como segunda tarefa a aplicabilidade dos fundamentos pesquisados; nessa segunda etapa utiliza-se o texto freudiano pela sua especificidade, ao funcionar tanto como paradigma quanto como paradoxo para as questões estudadas.

Como se constata, a proposta é uma dupla investigação epistemológica: o que se coloca como instigante não é só uma pesquisa teórica sobre a *tradução* em si, mas, além disso, especificamente, também uma averiguação da *tradução* de Freud, enquanto objeto de demonstração da gravidade das implicações, tanto epistemológicas quanto ideológicas, de que pode ser alvo uma produção teórica quando traduzida.

As motivações para o desenvolvimento de um trabalho dessa natureza são múltiplas. Por um lado coloca-se explicitamente a intenção de efetuar uma reflexão filosófica sobre a *tradução*, quando habitualmente ficava ela mais restrita a um campo de saber. Essa reflexão vai expandir as problemáticas sobre uma teoria da

*tradução*, não só ao pensá-las a partir de outros referenciais epistemológicos, quanto ao postular suas implicações no campo da ideologia. O convite é para que se transforme a *tradução* em um objeto de investigação filosófica, embora pudesse ser ele estendido também a outras áreas de conhecimento. Por outro lado, ao eleger a obra freudiana como paradigma a ser investigado filosoficamente a partir do lugar ocupado pela *tradução* no campo da lingüística, a intenção é demonstrar a necessidade uma mudança no estatuto que goza hoje a *tradução* efetuada pela *Standard Edition* entre os estudiosos da psicanálise, estatuto que, por mais que seja criticado entre dentes e ouvidos, não foi ainda, em língua portuguesa, explicitamente transformado em objeto de pesquisa, mantendo-se até o presente momento, apesar de todos os danos e pesares, como a única forma de acesso existente à teoria freudiana para os leitores de língua portuguesa.

Um dos efeitos pretendidos nesse trabalho de dissertação é a ultrapassagem do aprisionamento ao qual se encontra condenada a relação entre original e *tradução*, dentro da especificidade da lingüística. Pensada nessa perspectiva estaria a questão restrita à discussão clássica estabelecida pela lingüística sobre a condição de ser a *tradução* uma operação possível, ou ainda, quanto à sua classificação segundo as categorias de discurso poético e científico, não se colocando como necessária, nessa conjuntura, nenhuma reflexão sobre o próprio estatuto da *tradução* e suas implicações. Talvez seja esse um dos motivos pelos quais as sérias deturpações de que é vítima o texto freudiano sejam vistas por grande parte dos psicanalistas como firulas de pesquisadores. No entanto, o comprometimento provocado na clínica por essas inofensivas firulas é de tal gravidade que merece, também, uma detalhada reflexão; que seja ela, no entanto, feita em outro momento e lugar. Ao se manter um fato dessa ordem assim aprisionado, como se fora um simples caso de palavras, o que se está a fazer nada mais seria que contribuir para o manutenção das coisas no estado em que elas se encontram.

A proposta dessa dissertação é a de refletir, tendo como ponto de partida o registro estanque ao qual permaneceu condenada a *tradução*, devido aos encaminhamentos que lhe foram dados por uma determinada posição teórica dentro da lingüística, quando de seu pertencimento a essa disciplina, introduzindo outro elemento que viria a ser precisamente a filosofia, enquanto aquela que possibilitaria um rompimento na circularidade da problemática estabelecida entre original e *tradução* dentro do campo da lingüística; tal deslocamento, até então, ocorreria ao se refletir epistemologicamente sobre

os critérios da produção de um saber, da sua transmissibilidade, e da sua concomitante inserção dentro de uma determinada conjuntura ideológica.

Linguística, epistemologia e ideologia articular-se-iam, finalmente no momento histórico possível. Introduzir mais um elemento implica em estabelecer um outro tipo de relação entre os previamente existentes; seria essa a maneira passível de se dar uma nova articulação entre eles, através da introdução de um outro.

Como se pode constatar, múltiplos são os efeitos que podem vir a ser provocados. Uma particularidade deve ser salientada: é a partir da contribuição da filosofia, aqui delimitada em alguns de seus aspectos epistemológicos e ideológicos, que se pode romper com a linearidade das questões suscitadas até o momento para se pensar a *tradução*. Existe uma tentativa de manutenção do modo como o problema é tratado, sempre a se idealizar a existência de uma *tradução* concebida como se fora um espelho perfeito do original, ou seja, que ela se realize na concretude de um dois que se sonha eternamente um. Ao pensamento filosófico talvez esteja reservada a entrada efetiva em problemáticas dessa ordem, promovendo rupturas na linearidade proveniente da existência de um movimento que tende a ocorrer entre dois pontos, movimento fundado em um raciocínio tautológico, que implica de uma certa forma em uma manutenção do nosso já tão conhecido eleatismo.

O primeiro passo a ser dado seria fazer uma averiguação da problemática suscitada para a linguística pelo ato de traduzir, fazendo um levantamento dos impasses para ela colocados pela *tradução*, impasses que seriam formulados já dentro de uma perspectiva filosófica, estabelecendo uma articulação entre linguística e filosofia.

Uma reflexão que tentasse situar a *tradução* como um objeto de investigação filosófica, dar-se-ia, inicialmente, através da indicação feita por Michel Serres quando da sua elaboração da *ductio*. Tendo como ponto de partida essa formulação, Serres traça um engenhoso percurso ao examinar as mais distintas modalidades de como foi feita por alguns filósofos, cada um ao seu modo, a sua respectiva *tradução* do mundo. A fecundidade de seu trabalho foi fato decisivo para a elaboração dessa dissertação.

Uma vez feito o pertencimento da *tradução* ao campo da filosofia, há que se delimitar um espaço para situar a sua problemática. É dentro de uma determinada perspectiva epistemológica que será feita uma delimitação inicial de sua inserção no campo filosófico, recorrendo para fundamentar esse momento da empreitada à produção de Louis Althusser, quando de sua proposição precisa da necessidade de uma distinção entre filosofia, ciência e ideologia.

Como consequência lógica, em um momento posterior seriam investigadas as implicações ideológicas decorrentes da operação de *traduzir*. Também esse trabalho seria respaldado pelos postulados althusserianos quanto à ideologia, (além do seu desdobramento efetuado por outros autores), sendo essa investigação demonstrada através do estudo dos motivos que levaram à escolha da metodologia utilizada pelos tradutores para estandardizar a *tradução* da obra de Freud, escolha fundamentada em um caráter pretensamente científico postulado pelo positivismo, como se somente segundo esse modelo de ciência fosse possível encontrar uma garantia de cientificidade para a psicanálise.

Investigar as características desses fundamentos, nitidamente comprometidas ideologicamente com o modelo positivista da ciência, e explicitar os seus efeitos na tessitura da *tradução* do texto freudiano seria o método utilizado para demonstrar no campo da ideologia, os instrumentos equivalentes aos utilizados anteriormente, quando da referência à epistemologia.

A história, como um elemento a mais a dar consistência aos outros três implicados nessa dissertação, poderia ser formulada enquanto a realidade material onde é possível se explicitar, por seus momentos e movimentos, as relações permeadas virtualmente pela ideologia, entre os campos da ciência e da filosofia.

Feita essa configuração, compreendida pela lingüística, epistemologia e ideologia articuladas à história enquanto um quarto elemento a mais, seriam demonstradas as evidências das implicações advindas dessas formulações, fundamentadas em uma pesquisa na qual é a psicanálise investigada enquanto paradigma e paradoxo para a questão da tradução. Para tal, percorre-se e averigua-se, tanto pelo viés da

tradição quanto pelo da traição, as vicissitudes sofridas por alguns conceitos fundamentais da teoria freudiana em consequência da *tradução* que foi feita pela edição inglesa, *tradução* que provocou deturpações de tal natureza na teoria psicanalítica, que chegou a transformá-la em algo absolutamente distinto daquilo que foi por Freud inaugurado.

Nosso intuito com essa dissertação seria que a utilização da obra de Freud evidenciasse tanto seu aspecto paradigmático quanto seu caráter paradoxal no que diz respeito à produção de conhecimento e a sua circulação, que as implicações de sua tradução norteadas tanto segundo a tradição quanto a traição apontassem para um outro modo de inserção da *tradução* para além da circunscrição dos impasses aos quais se manteve circunscrita por tão largo espaço de tempo.

**PARTE I**  
**DA TRADUÇÃO:**  
**IMPLICAÇÕES FILOSÓFICAS**

Só que não entendo quem se apraz  
com nada ou pouco; eu, não me serve  
cheirar a poeira do cogulo – mais quero  
mexer com minhas mãos e ir ver  
recrescer a massa...

Guimarães Rosa

## 1. Da tradução e de suas relações com a lingüística

O ato de traduzir é, em sua radicalidade, um ato de transmissão. Ao se traduzir um saber, está sendo veiculada, de pronto, uma transmissão desse saber. A tradução, por conseguinte, seria o próprio exercício de transmissão, seria a maneira como essa tarefa poderia se cumprir. Entre o traduzir e o transmitir, semelhança quase justaposição (se levarmos em consideração, e a sério, a etimologia das palavras), coloca-se a exigência da necessidade de uma reflexão sobre o estatuto destas duas operações, tradução e transmissão, tanto no que as torna semelhantes quanto no que as situa enquanto diferentes.

Diversos são os modos de estabelecer as relações entre a tradução e a transmissão. “Pede-se à tradução que ela substitua o texto-fonte pelo “mesmo” texto em língua-alvo. É o caráter problemático dessa identidade que acarreta uma dificuldade nada desprezível em torno da tradução: falaremos de uma “equivalência””<sup>2</sup> Essa é a maneira como alguns dos pensadores do campo da lingüística vão situar a relação entre o traduzir e o transmitir, circunscrevendo-a a uma relação de proximidade, esquecendo-se no entanto que podem existir outros tipos de relação entre tradução e transmissão. Esse tipo de escolha pela proximidade, ao implicar em uma imediata eliminação da possibilidade da diferença, implica, por si mesma, na mesmidade como ponto para referenciar a questão.

Somente poderá ser reivindicada legitimidade para que possa ocorrer uma mudança desse estatuto, a partir do momento em que haja disponibilidade para

---

<sup>2</sup> LADMIRAL, J.-R. *Traduzir: teoremas para uma tradução*, p. 19.

que seja enfrentado um problema crucial de longa data, com o qual a lingüística se debate - a tradução, é ela possível, ou não?

A lingüística, dentro do seu campo de atuação disciplinar segundo algumas de suas vertentes, tem tentado focar o problema teórico da tradução na questão que para ela se coloca como fundamental, ou seja, de ser ou não ser possível traduzir.

“A atividade da tradução suscita um problema teórico para a Lingüística contemporânea: se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorreremos com proveito às suas produções. Seria quase possível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da Lingüística moderna.”<sup>3</sup>

Essa é a questão a partir da qual alguns lingüistas vão desenvolver o seu trabalho, na tentativa de dar um estatuto científico à tradução; no entanto, já o fato de fazer essa tentativa através do objeto da própria lingüística, a língua, é *per se*, deveras problemático. A tradução se coloca como um problema tão crucial, que autores como Georges Mounin chegam a situar o problema como

“se imaginasse uma alternativa: condenar a possibilidade teórica da atividade de tradução em nome da Lingüística (relegando assim essa atividade para a zona das operações aproximativas não científicas em questão de linguagem); ou então questionar a validade das teorias lingüísticas em nome da atividade da tradução”<sup>4</sup>.

Tais problemas são objeto de discussão tanto entre os próprios lingüistas, quanto entre eles e os tradutores, sendo esse impasse digno de uma reflexão, que, entretanto, não deveria se ater na maneira como é ele colocado, quer pelos lingüistas, quer pelos tradutores.

À tradução demanda-se, segundo determinadas vertentes da lingüística, uma tarefa da ordem do impossível, ou seja, lhe é pedido que ultrapasse sua própria característica constitutiva: a de já ser ela, enquanto algo que se transferiu de um lugar para outro, uma substituição de uma outra coisa. Da tradução, exige-se que cumpra uma função: “satisfazer, simultaneamente, duas exigências aparentemente contraditórias, e que são de fato duas faces de uma única e mesma, dupla exigência. É preciso ao mesmo

<sup>3</sup> MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*, p. 19

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 20

tempo a fidelidade e a elegância, o espírito e a letra.”<sup>5</sup> À tradução pede-se que ultrapasse o que é próprio de sua constituição etimológica, o que a constitui enquanto palavra. Tal raciocínio terminará por postular, sem maiores problemas, que “na prática a tradução será sempre parcial.”<sup>6</sup> Não só na prática, é o que se deve acrescentar, se for essa a maneira de colocar a questão.

O que não é reconhecido em uma postulação dessa natureza é que, justo por ser uma tradução, implícito está, por definição, no próprio campo teórico, a existência de uma diferença fundamental e constituinte entre o texto traduzido e o texto original que foi submetido a uma tradução.

A partir dessas formulações, questões se nos colocam sobre o ato de traduzir, questões que exigem uma reflexão.

“Singularmente, quando se trata de tradução, a reflexão começa desde logo por se interrogar sobre a possibilidade mesma desta prática que ela erige como objeto; mais ainda, a tendência amplamente predominante é de concluir pela impossibilidade teórica de traduzir! Eis-nos diante de um paradoxo bastante estranho e, segundo parece, absolutamente próprio da tradução.”<sup>7</sup>

Como é constatável pelo próprio acesso à produção teórica disponível, existe toda uma tradição de teóricos da tradução que vai apontar justamente para seu caráter de impossibilidade, fundamentando-se, para dar-lhe consistência, na formulação lingüística proposta por LADMIRAL como objeção pré-judicativa.

Georges Mounin, partindo do pressuposto de que “todas as objeções contra a tradução se resumem numa só - ela não é o original...”<sup>8</sup>, apesar dos muitos rodeios que desenvolve, fato explicitado claramente pelo próprio LADMIRAL, acaba por colocar-se como um dos teóricos que engrossam as fileiras daqueles que contribuem para a tendência teórica da impossibilidade da tradução, daqueles que defendem o argumento de que, “antes mesmo de praticar a tradução, prejudica-se sobre a sua possibilidade, deliberando pela negativa, como fazia Zenão sobre o movimento. A objeção pré-judicativa é uma espécie de eleatismo tendente a demonstrar a impossibilidade do

<sup>5</sup> LADMIRAL, J-R. *Traduzir: teoremas para uma tradução*, pp. 89-90.

<sup>6</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 22

<sup>7</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 85.

<sup>8</sup> MOUNIN, G., *apud* LADMIRAL, *op. cit.*, pp. 111-113.

movimento da tradução.”<sup>9</sup> São bem conhecidos e difundidos em nossa cultura os argumentos de Zenão de Eléia sobre a corrida entre Aquiles e a tartaruga, e, pode-se constatar, sem dificuldade, que o argumento utilizado por Mounin também se orienta na direção de apregoar, para a tradução, uma imobilidade absoluta, ou, mais ainda, de defender a própria impossibilidade do ato de traduzir, como o faz Zenão, ao demonstrar, logicamente, a inexistência do movimento através do argumento por ele desenvolvido na competição entre a tartaruga e Aquiles. Uma proposição como a elaborada por Georges Mounin é de grande contribuição para fundamentar a tradução dentro de uma proposta filosófica respaldada, em última instância, pelos eleatas. Optando por essa vertente, o que é apregoadado ante a problemática suscitada pela tradução é, nada menos, que o imobilismo uma vez que a ela é proposto algo da ordem do impossível.

Já para Roman Jakobson, como para outros lingüistas de distintas vertentes dentro da lingüística, o problema suscitado pela tradução, enquanto impossibilidade, vai colocar-se de modo bem distinto do proposto, por exemplo, por Mounin ou por LADMIRAL, defensores da posição teórica apontada anteriormente. Ao estudar a tradução, Jakobson<sup>10</sup> vai delimitar três tipos de tradução - a tradução intralingual ou reformulação, a tradução interlingual ou tradução propriamente dita, e a tradução inter-semiótica ou transmutação<sup>11</sup>, possibilitando, a partir desta classificação, um alargamento e mesmo uma ultrapassagem do lugar até então ocupado pela tradução dentro do campo da lingüística, ao situar a “equivalência na diferença”<sup>12</sup> como “o problema principal da linguagem e a principal preocupação da lingüística.”<sup>13</sup> A sua reflexão encaminha-se no sentido de que “a ausência de certos processos gramaticais na linguagem para a qual se traduz nunca impossibilita uma tradução literal da totalidade da informação conceitual contida no original.”<sup>14</sup> No entanto, mesmo já sendo essa posição um avanço para a lingüística, a “já clássica distinção proposta por Jakobson entre “tradução intra-lingual” ou “paráfrase”( que interpreta signos lingüísticos através de outros signos da “mesma” língua), “tradução inter-semiótica” ou “transmutação” ( que interpreta signos lingüísticos através de sistemas não-lingüísticos) e a “tradução interlingual”, ou “tradução

<sup>9</sup> LADMIRAL, J-R. *Traduzir: teoremas para uma tradução*, p. 86.

<sup>10</sup> JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*, p. 64-65

<sup>11</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 64-65

<sup>12</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 65

<sup>13</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 65

<sup>14</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 66

propriamente dita” ( que interpreta signos lingüísticos através de uma outra língua)”<sup>15</sup>, já provoca reticências em alguns autores. “A tradução de um dos itens dessa classificação para qualquer um dos outros dois, dentro de uma mesma língua ou sistema, ou de um para outro; a tradução da tradução no sentido “figurado” para a tradução “propriamente dita” - e vice-versa e em qualquer das combinações permitidas por este jogo - revela como essa divisão tripartite pode ser “problemática”. ”<sup>16</sup>

A partir da “equivalência na diferença” Jakobson vai afirmar que “ao se traduzir de uma língua para outra substituem-se mensagens em uma das línguas, não por unidades de código separadas, mas por mensagens inteiras de outra língua. Assim a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes.”<sup>17</sup> É partindo desta premissa que ele sustenta a argumentação de que qualquer experiência cognitiva tem condições de ser traduzida, e ainda mais, que mesmo “a ausência de certos processos gramaticais na linguagem para a qual se traduz nunca impossibilita uma tradução literal da totalidade da informação conceitual contida no original.”<sup>18</sup>

Pela diferença conceitual assumida por posturas tão diversas dentro do campo da lingüística, e atendo-se apenas a essa área de conhecimento, já se esboça o quão problemático pode ser o quadro teórico referente à tradução.

Tendo em vista as peculiaridades gramaticais e semânticas de cada língua, as possibilidades, entre as várias existentes que se colocam para serem empregadas (na perspectiva de que os argumentos acima desenvolvidos por Jakobson tenham condições de ser demonstrados), vão variar, de acordo com as dificuldades inerentes a cada momento específico, podendo tais dificuldades ir do empréstimo ao neologismo, da transferência semântica ao circunlóquio. Ao enfrentar o problema apontando para o fato de que “as línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar”<sup>19</sup>, Jakobson vai situar-se em posição contrária à defendida por Mounin quanto à posição teórica assumida ante o problema suscitado pela possibilidade ou da impossibilidade da tradução. Ao argumentar Georges

<sup>15</sup> ARROJO, R. *A tradução como paradigma dos intercâmbios intralingüísticos*, p.56

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 57

<sup>17</sup> JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*, p. 65.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 67

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 69.

Mounin que “a tradução não é o original”<sup>20</sup>, (o que é uma verdade, diga-se de passagem), e basear-se neste argumento para fundamentar a impossibilidade de existência da própria tradução, poderia se pensar que ele estaria negando a existência da própria tradução ao não reconhecê-la enquanto ato, ato que se propõe traduzir um original exatamente por não ser igual a esse original, justificando em ato, sua própria existência.

A tradução não é jamais igual ao texto original, nem idêntica a ela mesma; é justo pelo fato de ser um outro texto, de não ser idêntica ao original, que a existência da tradução vai ser definida pela demarcação dessa diferença. Se é através da tradução que vai se tornar possível a demonstração da existência de dois textos, da existência desse dois que vem romper com a idealização da mesmidade eterna e absoluta do um; esse dois (que não seria demais salientar), vai implicar na existência de uma alteridade textual, na explicitação de que o texto traduzido é diferente do texto original.

A relação entre a tradução e o texto original não é da ordem da identidade. Dois textos existem; cujas existências separadas, propiciam essa relação, que, se de identidade fosse, como é por alguns desejada, enclausuraria a relação entre original e tradução em uma repetição tautológica de um único texto, texto original eternamente idêntico a ele mesmo. A tradução, em verdade, não é o texto original, pois ser esse texto implicaria em não ser tradução.

Ao se situar a questão desse modo evita-se pensar a tradução dentro de uma perspectiva especular, ou seja, ao explicitar a existência da diferença, escapa-se à tentação de atrelar a tradução a uma plenitude imaginária que consistiria na crença de um texto traduzido ser exatamente igual ao seu original. Nesse ponto de idealização é que poderia talvez se estabelecer o aprisionamento da questão da tradução na querela possibilidade|impossibilidade de existência dessa operação.

Ao se formular o problema dessa maneira, está implícita na sua própria formulação a estrutura teórica que a norteia, ou seja, aquela para a qual a tradução teria que ser idêntica ao original, como se texto-original e texto-tradução tivessem que ser espelhos absolutamente planos, colocados um ante o outro no mais perfeito e imutável paralelismo. É essa a posição considerada ideal por alguns (e que em verdade

---

<sup>20</sup> JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*, p. 113

talvez assim fosse, sendo esse ideal assim considerado encarcerado no registro do imaginário)<sup>21</sup>. Dentro de tal perspectiva, uma tradução não poderia ser concebida; pelo contrário, o postulado seria a criação de uma infinita reprodução do mesmo, como as imagens multiplicadas infinita e indefinidamente, quando da colocação de um espelho absolutamente plano paralelo a um outro espelho com as mesmas características do primeiro.

A tradução é a condução para além, e não a permanência virtual, virtuosa e viciosa de idênticos. Só dentro de uma expectativa e demanda imersas no registro do imaginário é que se poderia situar o modo pelo qual a tradução é problematizada por uma determinada vertente de lingüistas que postula a identidade entre tradução e original e, ante tal impossibilidade, apregoa como impossível, teoricamente, a própria existência da tradução.

A referência a Mounin, Ladamir e Jakobson, teóricos que dispensam apresentação tal o reconhecimento e prestígio que desfrutam entre seus pares, pretende enfatizar, ao apresentar posições tão diversas na problematização de uma mesma questão, como para a lingüística se coloca de importância fundamental o desenvolvimento de outras reflexões teóricas sobre a tradução.

Os problemas teóricos suscitados pela tradução não esbarram apenas no que concerne à premissa fundamental colocada em dado momento sobre sua possibilidade ou impossibilidade de existir. Há ainda um outro ponto merecedor de atenção, ou seja, o próprio ato de traduzir; também ele é de importância inquestionável para a problemática da tradução. Paulo Ronai, enquanto tradutor teórico e prático indica, quanto ao ato de traduzir, um fato digno de que nele se detenha: “em latim, *traducere* é levar alguém pela mão para o outro lado, para outro lugar. O sujeito deste verbo é o tradutor, o objeto direto, o autor do original a quem o tradutor introduz num ambiente novo; como diz Jules Legras, (citado por Ronai), “traduzir consiste em conduzir determinado texto para o domínio de outra língua, que não aquela em que está escrito.” Mas a imagem pode ser entendida de outra maneira, considerando-se que é o leitor que o

---

<sup>21</sup> Para um desenvolvimento da questão segundo esta referência, sugerimos uma consulta ao texto *Para introduzir o narcisismo* de S. Freud (1914), e o trabalho desenvolvido por J. Lacan em seu seminário *Os escritos técnicos de Freud*, sobre o eu-ideal e o ideal de eu.

tradutor pega pela mão para levá-lo para outro meio lingüístico que não o seu.”<sup>22</sup> Uma indicação dessa natureza, feita por alguém de tamanha estatura, não poderia funcionar como mais um estímulo para que se tente avançar um pouco mais na reflexão feita sobre uma teoria da tradução?

“Há o intraduzível e o traduzível: de um lado a poesia, de outro a ciência. Ciência e poesia. E o resto?”<sup>23</sup> Através do reconhecimento da possibilidade efetiva do ato de traduzir, desloca-se o problema situado anteriormente na questão da existência, para uma delimitação do tipo de discurso que seria da ordem do traduzível e de uma outra modalidade que estaria no campo do intraduzível. “Na realidade não existe resto! Pois devemos entender os dois termos desta oposição num sentido alargado, de modo a que eles tendam a abarcar o conjunto de formas de discursos possíveis. Teríamos assim dois tipos discursivos ou elocutórios fundamentais, que a bem dizer continuam por definir.”<sup>24</sup> Desse modo, uma vez situados já no campo da possibilidade, há que se enfrentar a dificuldade classificatória dos discursos, como um segundo momento de fundamentação teórica encontrado por alguns no campo da lingüística, para dar sustentação a uma teoria da tradução.

É esse o outro ponto que se nos coloca: a classificação em discurso poético e discurso científico, enquanto modos distintos da atividade discursiva, tendo cada um deles características e problemas específicos no que se refere à tradução. Se por um lado, para determinados autores a questão se resolveria com a distribuição dos textos segundo a sua classificação em científico ou poético, já outros não considerariam essa resolução como sendo a melhor; entre os tradutores, teóricos e de ofício, que não se contentam com esse modo de resolução estaria situado Paulo Ronai, quando de sua afirmação de que “infelizmente semelhante classificação não nos ajuda a resolver nenhum problema concreto. Em primeiro lugar, é difícil estabelecer uma separação entre obras informativas e científicas, de um lado, e obras de valor artístico, de outro; um tratado sociológico, um ensaio filosófico muitas vezes se impõem tanto pelo estilo quanto pela mensagem.”<sup>25</sup> Se uma classificação de tal ordem é suficiente para alguns lingüistas, não o é para outros; no entanto, não se poderia desconhecer que sejam estes os dois modos de

<sup>22</sup> RONAI, P. *A Tradução vivida*, p. 20

<sup>23</sup> LADMIRAL, J-R. *Traduzir: teoremas para uma tradução*, p. 105

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, pp. 105-106.

classificação do discurso; assim, cada um dos tipos discursivos ocuparia, em relação ao outro, quanto ao ato de traduzir, um lugar distinto.

Uma nova tentativa de resolução para os problemas advindos da e para a tradução ancora-se na tradição positivista, que serviria do fundamento básico para o ideal classificatório. Para tal posição, uma vez delimitado e classificado o campo, resolvido está o problema: ordem e progresso seria o seu lema. Um avanço efetivo da questão, no entanto, dificilmente vai ocorrer apenas porque uma classificação foi organizada. A elaboração teórica pautada em uma classificação contribuirá apenas para que se detecte a existência de um deslocamento da mesma questão, ou seja, o que se mantém como impasse é ainda a possibilidade ou não de existência da tradução. Nessa perspectiva, o que se consideraria um avanço seria o reconhecimento da possibilidade de tradução pelo menos do texto científico; respaldando-se no entanto nos raciocínios anteriores fica demonstrada, na prática, a impossibilidade da tradução, uma vez que a classificação do texto em científico e poético atribuirá a característica de intraduzibilidade ao discurso literário.

Uma vez feito o contorno desse ponto, que se passe a examinar a distinção entre os dois tipos de discurso, o poético e o científico.

A tradução do discurso científico já vai apontar, inicialmente, um problema no que se refere à própria palavra “ciência”, ao se considerar o universo por ela abrangido no particular de cada cultura. Na língua alemã *Wissenschaft* é a palavra que tem o sentido indicado pelo termo ciência, apresentando, no entanto, algumas peculiaridades. LADMIRAL nos aponta poder ter esse vocábulo, em alemão, um sentido tão mais amplo que quase se poderia atribuir-lhe um sentido diferente - “em alemão, é *Wissenschaft* qualquer saber possuidor de uma metodologia própria e definida, e de qualquer saber enraizado na instituição universitária.”<sup>26</sup> Já em outras culturas, tais particularidades se colocam de uma outra maneira e, conseqüentemente, em suas respectivas línguas seu sentido terá outras nuances; “em francês trata-se de um conceito assaz preciso que designa um saber cumulativo e estruturado, satisfazendo as exigências do método experimental e da formulação lógico-matemática; é uma categoria

<sup>25</sup> RONAI, P. *A Tradução vivida*, p. 111

<sup>26</sup> LADMIRAL, J-R. *Traduzir: teoremas para uma tradução*, pp. 106-107.

epistemológica.<sup>27</sup> Além dessas, variantes de uma outra ordem ainda podem contribuir para a existência de tais particularizações: as inserções culturais pensadas tanto no registro espacial e geográfico quanto no temporal, não podem deixar de ser levadas em consideração.

Dependendo do local e época, do tempo e espaço, enfim, do momento histórico que atravessa uma determinada cultura, poderemos nos deparar com substanciais particularidades que poderão mudar decisivamente o enfoque dado a uma determinada questão. Na França, segundo relato do próprio Ladmiral, está ocorrendo, recentemente, um alargamento do sentido e do uso da palavra *science* na tentativa de torná-la mais abrangente do que o era antigamente aproximando-a mais da designação da palavra alemã *Wissenschaft*.

O alcance que pode adquirir o desdobramento dessas questões não teria, no entanto, o poder de influir decisivamente sobre a maneira de problematizar as questões teóricas da tradução. A forma encontrada por uma determinada vertente teórica para não se deter nos problemas que poderiam advir de tais colocações foi a de negar a existência da tradução através de uma classificação dos discursos em científico e literário, atribuindo teoricamente a um deles a característica de traduzibilidade absoluta e fiel, e ao outro a de intraduzibilidade; para um certo modo de pensar, já apontado anteriormente, seria essa a melhor maneira de resolver o problema.

Há que se deter um pouco, no entanto, nos desdobramentos de uma posição dessa natureza. Esse tipo de formalização coloca a ciência como não tendo nenhum entrave quanto à possibilidade de ser traduzível. A conclusão lógica a que se chega, conseqüentemente, é a de que, em potencial, todas as ciências podem ser traduzidas de uma língua para outra, sendo esse um dado consensual para os teóricos que optam por refletir dessa maneira sobre os problemas suscitados pela tradução.

O discurso, enquanto poético, constituiria dentro dessa nova problematização o nó górdio da tradução. Dentro da perspectiva teórica que classifica os discursos em científico e poético, à tradução não restaria outra posição que não fosse a de

---

<sup>27</sup> LADMIRAL, J-R. *Traduzir: teoremas para uma tradução*, p. 106.

resignação impotente, no que se refere à sua impossibilidade de existência, quando o texto colocado em pauta for caracterizado como poético. Ao lidar com o discurso literário, ao tradutor caberá exercer mais um papel de co-autor ou de re-escritor do que desempenhar o papel tradicionalmente reservado ao tradutor de textos científicos; à tradução caberá a função de re-enunciação de um texto que não é o original mas que deverá transmitir, para uma segunda língua, exatamente aquilo que, originalmente, foi expresso na primeira.

O problema a ser enfrentado, quando se tenta investigar outras questões que tragam aportes outros para se refletir sobre a operação da tradução, acaba por se encaminhar para uma interrogação que seria ainda aquela posta há já tão longo tempo, quanto à possibilidade de existência da própria tradução, por ter sido ela situada inicialmente, por alguns, no que tange à teoria, como sendo uma tarefa da ordem do impossível. A desdobramento proposto no sentido de fazer uma classificação da atividade discursiva em duas categorias fundamentais, a poética e a científica, parece resolver apenas parcialmente a questão.

O fato de uma vertente da lingüística haver conduzido tal problemática seguindo essa orientação evidencia, de alguma forma, sua impossibilidade no cumprimento da tarefa por ela encampada como sendo sua, ou seja, resolver através de seu objeto, a língua, os problemas suscitados pela tradução. Tais problemas conduzem, inexoravelmente, para outras direções que podem ultrapassar o campo da própria lingüística.

O primeiro momento de reflexão teórica elaborado pela lingüística situando a tradução como sendo da ordem do impossível poderia ser considerada como uma posição eleática; nessa perspectiva, em última instância, a tradução, da mesma forma que o movimento, não existiria. Uma outra tentativa foi efetuada em momento posterior; sem apregoar o imobilismo proposto pelo eleatismo, aponta essa nova resposta para a existência de um movimento entre dois pontos, o texto-original e o texto-tradução. Esse movimento, no entanto, estará restrito a uma circularidade que, em verdade, nada mais é que um movimento que acontece em torno dele mesmo, dinâmica que se apresenta como camuflagem de uma estática. Temos nessa proposição uma resposta, calcada em um modelo positivista, para o problema suscitado pela tradução. Ao

circunscrever tal problemática a dois pontos fixos, encadeados em si e entre si mesmos, o que se introduz como intenção é a busca de uma estabilidade que garanta o seu equilíbrio e sua conservação enquanto sistema de pensamento.

As modalidades de formulação teórica encontradas pela lingüística para tentar resolver a problemática apontada pela tradução encontra portanto uma ancoragem para o seu primeiro tempo de reflexão, ou seja, a questão sobre a existência da tradução, na escola eleática. O pensamento subsequente a romper com o fundamento grego para a questão é encontrado em um segundo momento pelo pensamento cartesiano, nele se respaldando para, através da classificação, fazer a sua tentativa de circunscrição de uma teoria da tradução dentro dos moldes de um mecanicismo fundado no positivismo.

Pensar a tradução tendo como ponto de partida os pressupostos lingüísticos formulados em um dado momento, e articulá-la com o campo da filosofia considerando os problemas suscitados sem, no entanto, permanecer na imobilidade apregoada pelo método utilizado pela própria lingüística, ou contentar-se com o recurso à categorização como foi feito por ela em um momento posterior, demanda outras formulações para que se possa circular de uma outra maneira. A própria filosofia, como também outros campos de saber, vão sugerir algumas pistas, sendo algumas dentre elas escolhidas, em detrimento de outras, a depender do tipo de movimento desejado.

Talvez seja ainda um pouco precoce adiantar ser esse empreendimento uma investigação que tem como ponto de partida, mas também como objetivo, a tradução da obra de Sigmund Freud. Tal investigação tentaria provocar um descentramento das questões concernentes à tradução, possibilitando um redirecionamento da produção desenvolvida nessa área do conhecimento. A partir dessa investigação aponta-se-nos a possibilidade de, literalmente, se retomar em outra direção, agora em sua raiz, a formulação de uma teoria que sustente a existência do ato de traduzir.

## 2. Da tradução e de suas relações com a epistemologia

A tradução não pode mais permanecer circunscrita ao direcionamento proposto pela lingüística por largo período, ou seja, atribuir-lhe um caráter de impossibilidade ou reconhecer a sua existência através de classificações que resolvem apenas parcialmente a questão, mantendo, em última instância, a problemática em torno da traduzibilidade condenada a um imobilismo ou à circularidade de um determinado movimento. Tal circunscrição implicaria na permanência da limitação provocada pelo impasse teórico ante a possibilidade de existência da tradução. Ao se deparar com tal encruzilhada, a lingüística percorreu o caminho que lhe foi possível em um dado momento mantendo, no entanto, o impasse que se renovaria indefinidamente no circular pelas vias, pontes e caminhos que se apresentassem para o desenvolvimento de sua trajetória pelo viés das classificações.

Antes que outras possibilidades de circulação se apresentassem concretamente à tradução, era a lingüística a disciplina que reivindicava para si a competência de provê-la com substratos científicos, oferecendo para tal seu próprio objeto, a língua, determinando por seu intermédio que a tradução permanecesse delimitada, nessa perspectiva, pelos referenciais teóricos por ela oferecidos. A tradução não pode mais, no entanto, ser situada apenas nesse lugar que até então sempre lhe foi o reservado; da etimologia à lingüística, da filosofia à psicanálise, o trânsito pela tradução, que já implica no trânsito da própria tradução, não pode mais manter-se limitado apenas a uma via de mão única, não pode mais se dar em apenas um único sentido e direção.

O problema colocado pelo tema da tradução é de abrangência e complexidade inquestionáveis. “Se todo grande pensamento encontra a complexidade, um determinado número de filósofos contemporâneos fez desse tema (a tradução) um eixo

central das suas buscas”<sup>28</sup>. Dentre os filósofos franceses da atualidade, inserido em um “estruturalismo mais flexível, mais ondulante e cambiante”<sup>29</sup>, Michel Serres com “seu trabalho constrói estruturas, lança pontes entre conjuntos que anteriormente não tinham ligações”<sup>30</sup>, propondo conexões impensáveis até então entre os vários campos das ciências contemporâneas, sendo a tradução um dos objetos explícitos de interesse. A maneira como desenvolve sua reflexão sobre esse tema merece ser trabalhada com maior detalhamento.

Em seu livro *Hermès III, La traduction*, Serres aponta para o fato de que a natureza se inscreve em um código a ser decifrado, fato sem o qual não existiria a apropriação e nem sequer a produção de um saber. Para fazer as suas combinatórias ele tomará como ponto de partida o próprio mundo, a terra mesma enquanto eterno veio de minérios e mistérios infindos a serem investigados. Ao ser a terra formulada por ele como um palimpsesto, necessário se torna escavá-la para que se tenha condições de decifrar as velhas inscrições que nela se estabeleceram; nesse sentido, “a produção do conhecimento é tomada pela raiz como a produção do mundo”<sup>31</sup>, colocando-se a filosofia como aquela que vai efetuar o ato de tradução do mundo, cabendo a cada tradução, em sua época, dentro de sua especificidade, decodificar a natureza de uma determinada forma, estabelecendo a produção do mundo pela via do texto enquanto sua tradução, ou estabelecendo a tradução como produção textual do mundo. Partir de um elemento de tamanha amplitude implica na necessidade de que um foco seja escolhido, e que não seja ele constituído de maneira não completamente aleatória.

Uma sistematização, um ordenamento no campo da linguagem é imprescindível para que possa se dar a produção de um saber, produção que estará inserida dentro de contextos, sendo a sua inserção em cada um deles determinante da própria diacronia.

Mesmo tecendo uma obra verdadeiramente fascinada pelo enciclopedismo, deve-se salientar o fato de que Serres “distingue com cuidado o

<sup>28</sup> DESCAMPS, C. *As idéias filosóficas contemporâneas na França*, p. 98

<sup>29</sup> DOSSE, F. *História do estruturalismo I o campo do signo*, p. 16

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p. 98

<sup>31</sup> SERRES, M. *Hermès III, La traduction*, p. 151. Salvo referência específica, em toda a dissertação, as traduções são de minha responsabilidade.

estruturalismo da arte combinatória. A arte combinatória segmenta elementos para combiná-los. Já o estruturalismo - juntando conjuntos que não se recortam - fabrica relações de correspondência inédita. Serres retoma este projeto de correspondência<sup>32</sup>, formulando-o a partir da articulação entre fenômeno e conjuntura histórica enquanto momento de ocorrência.

“Parece-me que encontro neste cruzamento a mais antiga e a mais recomeçada das tradições filosóficas, segundo a qual o mais rigoroso dos paradigmas do pensamento teórico reside na contemplação do céu.”<sup>33</sup> O mundo, o céu, a terra, colocam-se como elementos iniciais que se nos postam ante os sentidos, a exigir decifrações; “superfícies empilhadas, conjuntos de elementos definidos como restos ou traços, tábuas onde o tempo das histórias permanece escrito, como se estivesse sobre películas folheadas de um palimpsesto ou os planos cortados de uma pedra de Roseta.”<sup>34</sup> Para Serres é o mundo enquanto codificado colocando-se-nos ante os sentidos e sua possibilidade de decifração, o objeto da indagação primeira da filosofia.

Uma indagação exige um produto por ela ou a partir dela produzido. Objeto e reflexão. Ante o desafio que se lhe coloca a pirâmide, Tales pára o tempo para medir o espaço, quando descobre que ao estancar a trajetória do sol no instante singular em que se dá a formação dos triângulos isósceles, torna-se possível a transformação de um fato singular em caso geral. Para que fosse concebida a geometria, necessário foi esse instante de congelamento do tempo; ante a percepção das três pirâmides, possível foi inferir, então, que as pirâmides de Quéfren e de Miquerinos nada mais eram que modelos reduzidos de Quéops, a maior delas. “Seria ela (essa operação) um relato de origem? Sim, e de várias maneiras: de uma tecnologia, de uma ótica, de uma filosofia da representação.”<sup>35</sup>

Curioso é que esse momento de fundação é para os gregos, também já entre eles, nessa época, objeto de um recalçamento, não havendo nem eles entre eles mesmos, permanecido imunes a tal operação; “tudo acontece como se Platão tivesse

<sup>32</sup> DESCAMPS, C. *As idéias filosóficas contemporâneas na França*, p. 98

<sup>33</sup> SERRES, M. *Anamneses matemáticas*, p. 31

<sup>34</sup> Idem. *Ponto, plano (rede), nuvem*, p. 112

<sup>35</sup> Idem, *O que Tales viu aos pés da pirâmide*, p. 46

recalcado a cena de Tales nas profundezas da caverna.”<sup>36</sup> A problematização que se coloca quanto ao nascimento da filosofia entre os gregos, se seria Tales aquele a ser considerado como seu fundador é um indício dessa operação. “Há um saber claro que se esconde nas mãos e na relação operária com as pedras. Encontra-se escondido, encerrado, trancafiado à chave: está à sombra. À sombra da pirâmide. Eis a cena do saber, a *mise-en-scène* da origem possível, sonhada, conceituada.”<sup>37</sup> Falar de indagação primeira implica em se remontar aos primórdios da filosofia grega. Apontar para o recalque operado dentro da própria tradição da filosofia e, concomitantemente, atribuir a Tales de Mileto um estatuto de tal envergadura provoca, no que se refere ao modo como se está habituado a localizar cada um dos representantes da filosofia grega, um deslocamento com conseqüências nada desprezíveis, que objetos a serem explorados por parte Michel Serres.

“A geometria nasceu de um **transporte** pelo mar, no diálogo dos gregos e dos egípcios e em meio a suas relações.”<sup>38</sup> Não só em meio, mas também por e nas relações ocorridas entre esses povos; é como conseqüência do trânsito pelo Mediterrâneo, da circulação que se deu em um dado momento nesse entre terras gregas e egípcias, que foi possível a ocorrência desse encontro que exigiu do humano uma invenção ímpar: tornar possível uma articulação entre dois elementos absolutamente distintos. “Sólon e Tales chegam ao Egito: um sistema quase algébrico entra em curto-circuito com um sistema quase geométrico. Um discurso encontra uma imagem.”<sup>39</sup> Momento de invenção ímpar onde dois sistemas diferentes demandam uma transferência que articule duas modalidades distintas de formalização.

É nesse momento de confrontação entre duas linguagens tão radicalmente distintas, que a necessidade de uma comunicação vai exigir a entrada em cena de um terceiro elemento que funcione como um mediador entre os dois existentes previamente, elemento que não apenas suporte a diferença que se estampa nessa ocorrência mas que também produza algo a partir dela. Como fazer a articulação entre um discurso e um desenho ou como alfabetizar um hieróglifo são desafios que não se resolvem de maneira simples. Nesse acontecimento em que uma cultura encontra outra, sistemas de sinais são colocados frente a frente a exigir a possibilidade de um diálogo; e eles

<sup>36</sup> SERRES, M. *O que Tales viu aos pés da pirâmide* p. 46

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p. 42

<sup>38</sup> Idem, *Origem da geometria*, p. 167. O negrito é de minha responsabilidade.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p. 172

“dialogam, cada qual em sua língua. Eis o que é preciso traduzir. E esta tradução é a geometria.”<sup>40</sup>

Geometria e tradução emaranham-se nesse momento inaugural surgindo ambas delas mesmas, como a produção de algo que a partir desse lugar originário desvenda infinitudes, traço produzido indelevelmente que exigirá sempre, mais um saber a mais.

“O alfabeto grego é o primeiro definitivo, quer dizer, precisamente o último, o nosso.”<sup>41</sup> O pensar sobre a origem do saber está, nessa perspectiva, visceralmente atrelado à origem da geometria: “corrida do alfabeto em direção ao hieróglifo, corrida do discurso em direção à intuição, corrida do formal em direção ao real, corrida do abstrato em direção ao complexo, corrida de flecha em direção ao alvo. Aquiles imóvel em grandes passos. Zênon, desde a fundação das matemáticas.”<sup>42</sup> O pensar a partir da geometria introduz a abstração, possibilitando a relação com o objeto pela via da demonstração, pela técnica da projeção, pela arte da reprodução, todas elas produções possíveis através da representação. “A coisa está aí, mostrada, demonstrável. A língua está o mais perto possível de sua fidelidade. Fala de um grafo.”<sup>43</sup>

Somente através da existência de um terceiro é possível reconhecer a diferença que há entre dois termos. Geometria e tradução, enquanto confluência de várias gêneses, vão possibilitar a circulação de representações entre terras através desse mediterrâneo que nada mais é que o meio de transporte através do qual é possível o reconhecimento da diferença e sua concomitante articulação. Só a existência de uma outra margem torna possível a existência de um mediterrâneo, que por sua vez se transformaria em infinito oceano, não fosse circunscrito pela configuração da diferença entre uma e outra margem.

“Aí está o clarão fulgurante, o grande começo, há quase três milênios, o milagre grego, a invenção das matemáticas.”<sup>44</sup> A invenção das matemáticas

<sup>40</sup> SERRES, M. *Origem da geometria*, p. 170

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*, pp. 171-172

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*, p. 173

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*, pp. 168-169

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, p. 163

adquire um caráter inaugural para Michel Serres, paradigma a partir do qual é possível qualquer produção. “Tudo acontece como se o milagre grego, a primeira invenção de ciência, tivesse radicalizado de uma só vez nossos esquemas.”<sup>45</sup> É dessa raiz que brota e continuará a brotar, indefinidamente, a produção de conhecimento. “A invenção das matemáticas é, aqui, a invenção absoluta, o rasgo da história, invenção que tornou possível todas as outras, não somente pela técnica, mas pelo gesto fundador.”<sup>46</sup>

De novo, e sempre, estamos diante do mundo, que se nos coloca ante todo e qualquer sentido; em sua pulsação, “colocando-se nos lugares de interferência, percebem-se ruídos que podem se organizar em *tradução*, em *produção*, em *dedução*, em *indução*...”<sup>47</sup> Ao levar em consideração tais proposições, dispondo-se a organizar os ruídos que nos cercam, Serres aponta, com precisão, para um direcionamento: não haveria filosofia que não fosse uma *ductio*; não haveria filosofia a não ser fundada por esse sufixo para nós sempre prefixado, sufixo a partir do qual se passaria toda a vida a tentar um esclarecimento sobre o estado das coisas.

“Nós não conhecemos as coisas a não ser pelos sistemas de transformação dos conjuntos que as compreendem. No mínimo, esses sistemas são quatro. A dedução no ar lógico-matemático. A indução no campo experimental. A produção no domínio da prática. A **tradução** no espaço dos textos. Não é completamente obscuro que eles repetem a mesma palavra.”<sup>48</sup>

Não é completamente obscuro, entretanto tem havido um velamento suficientemente eficaz da palavra que articularia esses sistemas, velamento que, ao impedir que venha à luz a palavra *ductio*, tem de alguma maneira impedido a manifestação de todas as suas variantes. “É possível que a ciência seja o conjunto de mensagens otimamente invariantes por toda estratégia de tradução.”<sup>49</sup> Filosofia e ciência seriam, tanto uma quanto a outra, nada mais que uma *ductio* a operar de um modo específico em cada caso, a cada momento. “Isso não é uma descoberta, a linguagem sempre soube que distribuía a ciência por variações sobre uma única palavra, aquela do conduzir e do comunicar: dedução, a teoria pura, indução, ciências aplicadas, produção, saber das práticas, **tradução**, história dos textos.”<sup>50</sup>

<sup>45</sup> SERRES, M. *História das ciências*, p. 164

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p. 164

<sup>47</sup> DESCAMPS, C. *As idéias filosóficas contemporâneas na França*, p. 101

<sup>48</sup> SERRES, M. *Hermès III. La traduction*, p. 9. O negrito é de minha responsabilidade.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*, p. 11

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*, p. 41

A tradução, nessa lógica, seria colocada em articulação com a dedução, a indução e a produção enquanto formas de efetivação da *ductio*. A diferença entre tais sistemas de condução coloca-se na especificidade do modo como cada um deles vai operar, na própria ação de cada direcionamento indicado, sendo a diferença do caminho escolhido o que vai possibilitar a variação entre eles, situando-os singularmente, um a um, de maneira particular e ao mesmo tempo, colocando cada um deles como uma variante da *ductio*. É a *ductio* a via a partir da qual seria possível a efetivação singular de cada um desses sistemas; nessa sistematização, a matemática e a lógica seriam situadas como sendo da ordem da dedução, o empirismo remeteria indubitavelmente à indução, e a prática, por sua vez, situar-se-ia no registro da produção.

“Não existe a não ser uma história, não existe a não ser uma ciência. Afrodite e Sophia me animam: sedução. Eu não a escreverei.”<sup>51</sup> Apenas indicado, é esse um outro desdobramento proposto por Serres no que tange à *ductio*: a sedução seria também uma outra variedade dessa palavra inaugural, a *ductio*. *Seduco* é desviar, seduzir, afastar, separar, tomar à parte; é também distinguir, subtrair algo, salvar, livrar de alguma coisa.<sup>52</sup> Pensar-se-ia também serem esses os caminhos percorridos para a produção do saber. É ao forçar desvios, ao provocar afastamentos, fazer distinções, é tomando partes ou partidos que se dá a produção do conhecimento.

A essa modalidade de condução é dado, na sistematização proposta por Michel Serres, um lugar deveras particular. Ao atribuir tal importância também à sedução enquanto *ductio*, não se poderia deixar de fazer uma menção, mesmo que nesse momento restrita ao estatuto de simples referência. Curiosamente, é a partir da histórica, a sedutora por natureza e definição, que vai se constituir a psicanálise enquanto produção científica, ou seja, enquanto apropriação por um saber, desse algo que, até então à deriva, se transferia, à revelia, sem nenhuma elaboração de um saber que dele se apropriasse. Seduzindo, a histórica convida seu parceiro a, traduzindo ou decifrando a sedução, produzir um saber, saber textual sobre a própria sedução. Belo o encontro entre Afrodite e Sophia, feliz a formulação desse amor como de transferência; e pela sedução da palavra se estabelece o tratamento fundado por Freud.

<sup>51</sup> SERRES, M. *Hermès III. La traduction*, p. 41. O negrito é de minha responsabilidade.

<sup>52</sup> TORRINHA, F. *Dicionário latino português*. Verbete: *seduco*

A tradução é uma das formas de operar da *ductio*; nesta dissertação é ela a que terá, dentre as outras modalidades, um lugar de privilégio. Nesse contexto, à tradução compete um outro espaço, ou seja, aquele que se refere à história dos textos. Traduzir é o ato de conduzir além, de transferir, de transpor de uma para outra língua. Traduzir é ainda revelar, explicar, manifestar; é ainda mais, o ato de ser reflexo ou imagem. Traduzir é também o ato de representar ou de simbolizar<sup>53</sup>; ou, como escreveu Kimon Friar, citado por José Paulo Paes, “traduzir significa literalmente “levar através de” e implica todas as demais formas em que figura o prefixo dessa palavra. Significa não apenas transporte, transmissão, transposição, transplante; não é apenas transformação e transmutação e transcendência e transiluminação, mas também, em última instância, transubstanciação: “a mudança de uma substância em outra, a sua remoção ou condução para outro reino, sem morte”...”<sup>54</sup> À tradução compete a operação de organizar essa transposição que se dá de um para outro lugar, ao conceber a possibilidade da produção de um saber e sua subsequente circulação que, estando originalmente em uma língua vai ter condições, a partir do próprio trabalho da tradução, de circular por outras tantas. “As produções teóricas se engendram umas às outras, obra a obra, sob uma árvore do saber ou do conhecimento, aos frutos de gênio; e nos frutos, o grão...”<sup>55</sup> À tradução se reserva um lugar de história da genética enquanto gênese de uma história da ciência que traduz a lógica da hereditariedade: “se o modelo mudou de natureza, a técnica da tradução permanece, ela mesma, invariante.”<sup>56</sup>

À tradução reserva-se, por excelência, o lugar da textualidade. Para que a tradução possa ocorrer enquanto operação, vai exigir a existência de um texto que, por sua vez, exige também sua interpretação. Um texto exige seu deciframento, deciframento que teria como efeito, forçosamente, a produção de um saber. A tradução colocar-se-ia, conseqüentemente, como um saber a quem compete a interpretação desse texto do qual é proposta uma decifração; sem a operação da tradução não existiria a possibilidade de haver, não só a produção, como também a apropriação mesma de um saber. A operação da tradução, nessa perspectiva, seria concebida, como uma transformação de mensagens; formulando-se desse modo como uma concepção

<sup>53</sup> HOLANDA FERREIRA, A. B. *Novo dicionário básico da língua portuguesa*. Verbete: traduzir

<sup>54</sup> PAES, J. P. - *Grandezas e misérias da tradução*. Folha de São Paulo, São Paulo, 18.set.1983 . Folhetim, p. 8

<sup>55</sup> SERRES, M. *Hermès III. La traduction*, p. 16

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, p. 16

gramatical do saber enquanto texto, concepção que vai se desenvolver na medida em que, havendo textualizado um certo conhecimento nas constantes escavações efetuadas para a produção de um saber, continuará a efetuar, constantemente, outras escavações, já que o saber estará sempre se colocando enquanto novas inscrições a serem decifradas.

“Eu não sei porque, mas eu vejo bem que, logo que existe uma cadeia, uma árvore, uma rede, existe a necessidade de um código e de uma tradução para que elas existam nesta modalidade.”<sup>57</sup> Michel Serres organizará segundo essa lógica, toda a evolução de um ordenamento da produção de um saber segundo a filosofia, ordenamento que ocorrerá sempre tendo a tradução como uma operação de importância capital.

Parece não ser sem razão que se diz, pelo tanto que se repete a máxima de Heidegger, que a filosofia fala grego. Dizer isso é considerar com todo o merecido peso, que é a Grécia antiga o berço do pensamento filosófico, e por conseguinte, é o grego sua língua de origem. Se Heidegger aponta para uma possível inapropriação da tradução ou do uso dos referenciais da civilização grega feito pela cultura latina, deve-se salientar que um questionamento dessa monta seria suficiente para instalar uma interrogação não só sobre a problemática da própria tradução como também transportar essa interrogação para o âmbito da filosofia, estendendo-a ainda ao campo da ciência. É justamente em suas reflexões sobre essa questão que François Châtelet se pergunta sobre qual língua grega seria aquela falada pela filosofia quando de sua gênese, afirmando que “seria necessária uma singular cegueira para pensar que existe uma espécie de referencial absoluto a partir do qual seria possível traduzir, confrontar, organizar em filiações manifestas ou ocultas os textos daqueles que são designados como os “grandes filósofos”.”<sup>58</sup> Não seria o simples fato de ser o grego a língua de origem da produção filosófica que irá colocá-lo em um lugar tão diferenciado; como no caso de qualquer outra, “permanece o fato que a língua grega não é uma essência imutável e que, quando se reflete sobre seu estatuto, as mudanças contam tanto quanto as permanências.”<sup>59</sup> Apercebemo-nos que já nesse momento inaugural da produção filosófica se instala também a problemática

<sup>57</sup> SERRES, M. *Hermès III. La traduction*, p. 63

<sup>58</sup> CHATELET, F. *A filosofia pagã*, p. 17

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, p. 21

advinda da circulação desse saber; desnecessário se torna acrescentar que já estamos, nesse momento, afundados até o pescoço nas questões concernentes à tradução.

Segundo a perspectiva de Michel Serres, para os gregos, a metafísica colocava-se como o reino da ciência, sendo ela entendida como uma projeção de um conjunto de saber da ciência geral. Seria essa a primeira formulação da *ductio*; dentro da concepção helênica, a cosmogonia, no seu sentido literal enquanto formação de uma ordem do e para o mundo já é uma ciência. Ao humano, para fazer jus ao que o caracteriza enquanto tal, só resta o acesso ao “*logos* (termo que em grego clássico quer dizer ao mesmo tempo: palavra tendo um sentido, discurso e razão), como o meio de pacificar a sua existência.”<sup>60</sup> É enquanto edificadora de uma *sophia* que se erige inicialmente o projeto filosófico platônico, com a clara intenção de constituir “uma ciência que seja ao mesmo tempo uma sabedoria”<sup>61</sup>.

Um outro modo de operar com a *ductio*, distinto daquele operado pela filosofia grega, é o sentido para o qual é encaminhada a tradução do mundo efetuada por René Descartes, tradução que, segundo Serres, se referencia em uma linguagem estática - o círculo. É de ordem racional a modalidade organizadora da filosofia cartesiana. Seu modelo intuitivo é a cadeia e nela, o encadeamento dedutivo se fecha sobre ele mesmo. A referência para esse encadeamento é a existência de dois pontos fixos que seriam os elementos que garantidores da estabilidade de todo o sistema. Como resultado obter-se-ia uma análise lógica, com a subsequente descrição de um modelo tecnológico, tendo em vista que a cadeia pode ser entendida, ainda, como a imagem do modelo por ela mesma proposto. A arquitetura é escolhida, nesse contexto, como lugar de construção, por excelência, desse modelo, onde o estático é colocado como primordial. A coerência de um sistema pensado em bloco, tendo como referência pontos fixos que garantam o equilíbrio e a estabilidade de todo o sistema, fecha o círculo onde Descartes traduz para uma linguagem estática, um determinado momento histórico. A cadeia cartesiana indicaria sempre na direção do irreversível; “assim, visando a atingir a essência das coisas, para daí deduzir conseqüências e aplicações, o método cartesiano opunha-se ao espírito experimental nas ciências da natureza, de uma parte, e ao espírito histórico nas ciências

<sup>60</sup> CHATELET, F. *A filosofia pagã*, p. 88

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, p. 87

humanas, de outra parte.”<sup>62</sup> O pensamento cartesiano teria para Serres tais características, que serviriam de estofos para desdobramentos posteriores que se nos apresentam, ainda, até nossos dias.

Uma nova tradução, *ductio* realizando-se em outra direção, é a que vai ser empreendida por Leibniz, quando ele se direciona para uma linguagem matemática. Leibniz reinventa a lógica formal encaminhando-a para uma lógica matemática. Ao provocar uma reabertura no campo dos sistemas formais, aponta para a existência, sempre, de um conjunto elementar - a mônada é considerada como um desses conjuntos podendo também, no entanto, vir ele a ser letra, nota, som, ponto ou verdade, pluralismo indicador de uma estratégia conjuntivista. Ora, no final das contas, a ciência é, ela mesma, a possibilidade de matematizar, ou pelo menos, de racionalizar, de articular, de produzir, a partir de conjuntos, de elementos, de relações. É sobre os elementos e as relações que pode se dar, ou não, a possibilidade de se formular, ou não, as hipóteses. Como formalista, Leibniz procura sempre uma língua universal, ou seja, uma língua das línguas; com sua filosofia sistemática articula os sistemas analítico e morfológico sem colocá-los, no entanto, em oposição. “O projeto de uma morfologia rigorosa-inexata de variedades de viventes não é naturalmente separável de uma estética, no sentido tradicional. A topologia é ou comporta uma estética, da mesma forma que o conjunto lógico-algébrico é, ou comporta, uma analítica.”<sup>63</sup> A escolha da dedução como *modus operandi* básico que molda seu sistema tradutório é evidente na maneira como vai ele empreender a sua tradução do mundo.

A rede onde Leibniz tece seu pensamento filosófico traz, na transformação por ele efetuada do formalismo, a possibilidade de um retorno aos sistemas; “nota-se também a idéia de combinatória e o princípio de continuidade que substituem uma visão atomística fundada sobre uma coleção de elementos distintos por uma visão do mundo fundada sobre relações de estrutura.”<sup>64</sup> Ele pressente que não há discurso sobre a ciência a não ser o discurso da própria ciência e a questão que passa a merecer então, toda a sua atenção, a adquirir especial importância para ele, é a da apropriação da ciência.

<sup>62</sup> CHATELET, F. *O Iluminismo*, p. 76

<sup>63</sup> SERRES, M. *Hermès III. La traduction*, p. 117

<sup>64</sup> CHATELET, F. op. cit., p. 80

Nas circunvoluções do pensamento filosófico, Auguste Comte, em contrapartida, vai elaborar a sua proposta de tradução, através da tentativa de barrar o avanço da formalização matemática, classificando a ciência de uma maneira dicotomizada. A preocupação filosófica, para ele, não se coloca mais em uma tentativa de formalizar uma síntese, mas, muito mais, de efetuar uma classificação segundo o modelo da árvore que sempre se dicotomiza ao ramificar-se, infinitamente, sempre e mais. Os saberes não seriam mais formulados como setores isolados, mas sim como membros integrantes de uma árvore, em cujo tronco situar-se-ia a filosofia enquanto a ciência das ciências.<sup>65</sup>

Inserida em uma concepção positivista, a ciência se ordenaria segundo a égide de uma tentativa de circunscrição ao rigor e à exatidão. “As tábuas de números substituem a tragédia”<sup>66</sup> dentro de uma contextualização histórica, a partir de uma nova ordem que se instaura com a finalidade de, segundo essa nova perspectiva, traduzir e organizar em um saber essa biblioteca de Babel que é o mundo, onde o que se inscreve é a multiplicidade.

O movimento efetuado por Comte para fazer a sua tradução não pode deixar de ser referenciado no momento histórico em que se deu, ou seja, “esse pânico experimentado por todos os contemporâneos de Comte é a mola desse sobressalto ultraconservador que se ergue contra a Revolução Francesa.”<sup>67</sup> Tendo como organizador de seu pensamento a quase obsessão da idéia de ordem teremos na mania de classificação o lugar, por excelência, do exercício da ordem, culminando na tentativa de encerrar as ciências em uma classificação. Outro lugar em que se pode constatar a idéia da ordem classificatória é na tentativa por ele empreendida de “separar e hierarquizar a matemática abstrata e a matemática concreta, aritmética e álgebra, álgebra ordinária e análise transcendente, análise e geometria, geometria e mecânica.”<sup>68</sup>

Um fato chama a atenção para a tradução, para o modo como Auguste Comte encaminhou a *ductio* em sua elaboração. Embora não tenha sido tão bem absorvido em sua letra, na textualidade de sua produção filosófica, o positivismo

<sup>65</sup> SERRES, M. *Hermès III. La traduction*, p. 53. Conferir a digressão sobre o tema feita pelo autor.

<sup>66</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 64

<sup>67</sup> CHATELET, F. *A filosofia e a história*, p. 214

comteano, em contrapartida, se propagará de maneira difusa e eficaz fundamentando o modelo de pensamento da sociedade a partir da segunda metade do século XIX. Não se pode deixar de mencionar quantas raízes foram por ele lançadas com bases em seus fundamentos, inclusive fora da Europa, visto o próprio lema de nossa bandeira, inspirado nos preceitos positivistas elementares: “ordem e progresso”.

A partir do modo de encaminhamento da *ductio* efetuado por cada um dos filósofos escolhidos por Michel Serres para demonstrar as várias formas de tradução do mundo, evidencia-se, ainda, como em cada conjuntura vai se dar uma determinada tradução da natureza: Descartes vai escolher uma linguagem estática sendo o círculo e a cadeia os elementos do seu modelo, enquanto Leibniz opta pela língua matemática para o estabelecimento de relações entre redes e sistemas; já Auguste Comte decide-se por retornar ao estático, segundo a classificação que teria para ele como modelo a árvore, seus troncos e ramificações, aproximando-se, por conseguinte, da interpretação já efetuada anteriormente por Descartes, engrossando as bases para uma percepção posterior do mundo fundada no positivismo, do qual seriam eles dois inquestionáveis construtores.

“Observo o céu como observo o sistema do saber. Aqui e agora, as ondas visíveis ou hertzianas fornecem-me informações incoerentes ou aleatórias a serem lidas em relação ao meu tempo, ao tempo de minha história.”<sup>68</sup> Cada filósofo, ao seu modo, como postula Serres, vai expor a sua maneira de conceber a *ductio* como ordenador e condutor do pensamento filosófico. O que se constata é como cada **produção, apropriação, reprodução e transmissão** vai ocorrer enquanto circulação de idéias.

Na modernidade, mais especificamente no século XIX, o que insurge no terreno da filosofia da ciência, nos indica Serres, é uma repetição da ordem que gerira bons tempos cartesianos. A estática faz seu retorno e volta a fazer lei, o ponto fixo sustenta novamente o lugar da garantia, o pensamento volta-se para si mesmo na tentativa de enclausurar-se. A lei da “ordem e progresso” situa-se novamente, agora no estabelecimento da dicotomia estático-dinâmica; a lei dos três estados - o sólido, o líquido, o gasoso - se coloca como a nova tradução da figura central da filosofia, em exemplar reedição do positivismo. É como se tal filosofia, partindo de uma dada concepção

---

<sup>68</sup> SERRES, M. *Hermès III. La traduction*, p. 222

<sup>69</sup> Idem, *Anamneses matemáticas*, p. 32

elementar do saber, fosse se imiscuindo no universo cultural dessa época; ao efetuar essa invasão subliminar, ao reforçar dessa maneira o estatuto do positivismo, o que ocorreu foi um repasse sem contornos definidos dos modos os mais sub-reptícios, até alcançar uma expansão tal que culminou com a dominação quase total do conjunto do saber.

A contemporaneidade introduz, já sob as luzes do nosso século, a necessidade de uma reflexão mais sistemática sobre o próprio saber, exigindo uma nova reflexão sobre as relações da filosofia com a ciência. Enfim, propõe-se uma retomada da discussão sobre a própria filosofia da ciência. Em tais circunstâncias, a exigência de se formular a tradução sob outra perspectiva torna-se fato imprescindível, se nos mantivermos fiéis à premissa inicial de que é a *ductio* aquela que tornará possível a ocorrência das conduções e condições necessárias à existência do saber.

Uma averiguação das conduções e condições concernentes ao saber poderia servir para demonstrar o estatuto atribuível à *ductio* no que tange à filosofia. Uma investigação sobre o saber exige, de imediato, uma formulação sobre a sua produção; a *ductio* enquanto sufixo, por sua prefixação instala, previamente, sua própria existência, enquanto movimento inaugural: se dedução lógica ou indução experimental, o saber derivado de tais modalidades de condução estará desde sempre atrelado, em sua origem, à *ductio*.

Nas investigações sobre o saber, a introdução do neologismo *epistemologia* como equivalente, a princípio, do conceito até então existente de *filosofia das ciências*, “introduz o campo de uma problemática, onde estão em jogo o estatuto mesmo da epistemologia e a designação de seu lugar teórico.”<sup>70</sup> Seriam epistemologia e filosofia das ciências a mesma coisa, apenas batizadas com nomes diferentes, ou a necessidade do aparecimento de um novo nome já implicaria na emergência de uma mudança que estaria se operando no campo teórico da ciência?

A introdução da palavra epistemologia poderia ser pensada, por um lado, como nada mais que a tradução neológica do seu equivalente em inglês *epistemology*, que é, por sua vez, também um neologismo criado a partir da palavra alemã

---

<sup>70</sup> CHATELET, F. *O século XX*, p. 124

*Wissenschaftslehre*, que designaria a ciência, o ensinamento, a doutrina, a teoria, da própria ciência; em alemão, tanto *Wissenschaft* quanto *Lehre* significam ciência, ensinamento, doutrina, teoria.

Outro modo de considerar a introdução da palavra epistemologia seria a de que “é bastante claro que estas transferências de uma língua para outra, mas também de um horizonte conceitual a outro, não deixam invariante, o que é designado nos diferentes empregos do termo”<sup>71</sup>. Saindo da mera verificação ingênua de constatar uma simples substituição termo a termo como modo de operar a tradução do termo epistemologia, colocar-se-á a necessidade de se refletir sobre quais as conseqüências que poderiam advir para a constituição do saber, quando da ocorrência dessa tradução. Um talvez não tão pequeno detalhe é sublinhado, com precisão, por François Châtelet: “não podemos negligenciar que filosofia das ciências é uma expressão cuja origem nos autoriza a ver nela a expressão solidária de uma problemática, que é a do positivismo.”<sup>72</sup>

Atrelar um conceito a uma determinada posição filosófica implica, por dedução, que a necessidade ou o simples aparecimento de um outro termo para designar o que, até então, era suficientemente designado pelo vocábulo utilizado até aquele momento, responde a uma demanda, sendo ela puro reflexo das exigências colocadas pela contemporaneidade, questões para as quais a modernidade, a partir do aparato por ela constituído, demonstra não haver produzido condições de elaborar respostas. É o próprio Châtelet ainda quem, ao se interrogar sobre a produção do saber, vai propor que “se aquilo que designamos como epistemologia é a filosofia das ciências com uma outra denominação, ela deve conservar em sua atuação recente e atual a ambição ou a presunção de unidade que é essencial à tradição de que ela seria a continuação. Se, ao contrário, não é isso que ocorre, é porque, como já supusemos, a evolução do vocabulário acompanha uma transformação das problemáticas”<sup>73</sup>. Situar a questão dessa maneira é apontar não só para um deslocamento dos postulados positivistas, como também para a sua impotência ante as questões formuladas. A transformação das problemáticas aponta para outras direções que não aquelas até então indicadas segundo a regência sutil do maestro Auguste Comte. A contemporaneidade vai exigir, a partir das novas questões que apresenta

<sup>71</sup> CHATELET, F. *O século XX*, p. 125

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, p. 125

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, p. 126

no que tange à própria produção ou concepção do saber, também novas formulações que tentem responder aos questionamentos dos novos tempos.

“O conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão.”<sup>74</sup> Uma das grandes rupturas provocadas no campo da epistemologia contemporânea é provocada pela obra de Gaston Bachelard - “o espírito científico é essencialmente uma retificação do saber, uma ampliação dos quadros do conhecimento.”<sup>75</sup> É através de asserções dessa natureza que Bachelard introduz “a novidade das ciências contemporâneas” chegando à formulação dos “conceitos fundamentais do racionalismo aplicado”, ao fazer um verdadeiro desmonte da importância atribuída até então, à descrição dos fenômenos. Para ele, por mais minuciosa, detalhada e precisa que fosse a descrição fenomenológica, não seria, em última instância, nada mais que a fenomenologia do trabalho despendido na execução da própria descrição. Proporá ele, então, como substituto para essa ingênua descrição fenomênica, a criação de uma fenomenotécnica. Curiosamente, quanto ao idealismo, reservará, ainda, um lugar: “esse idealismo não mais se confessa na epistemologia contemporânea, mas desempenhou um papel nas filosofias da natureza durante o século XIX que deve figurar ainda num exame geral das filosofias da ciências.”<sup>76</sup> É enquanto puramente histórico, no seu sentido mais convencional, que ao idealismo é reservado um lugar por Bachelard; “o idealismo perde pois toda possibilidade de explicar o pensamento científico moderno”<sup>77</sup>, permanecendo no campo da epistemologia contemporânea, como mera referência histórica.

Bachelard provoca uma transformação de tal ordem no campo da epistemologia, que, segundo Châtelet, a mutação instaurada pela epistemologia bachelardiana “remete a uma reviravolta do campo filosófico em seu conjunto.”<sup>78</sup> Para Bachelard, tanto realismo quanto idealismo seriam doutrinas do imediato, sendo um definitivo demais, e outro, por demais prematuro, não apresentando nenhum deles o caráter de atualidade reclamado pelo espírito científico. “A pesquisa científica exige, em vez da

<sup>74</sup> BACHELARD, G. *Epistemologia*, p. 15

<sup>75</sup> Idem, *ibidem*, p. 112

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*, p. 110

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*, p. 110

<sup>78</sup> CHATELET, F. *O século XX*, p. 130

parada da dúvida universal, a constituição de uma problemática.”<sup>79</sup> A contemporaneidade estava a exigir, dentro das novas contingências, o aparecimento de suas problemáticas.

Nessa nova configuração epistemológica, “tudo irá se esclarecer se colocarmos o objeto do conhecimento numa problemática.”<sup>80</sup> Além da noção de problemática, é a conceituação do objeto outro diferencial da epistemologia bachelardiana; “o objeto da ciência é da ordem do construído. Mas a filosofia do construído não instaura, aqui, nenhum idealismo do sujeito construtor; diremos também que o objeto é um efeito, um resultado e um artefato.”<sup>81</sup> Fundamentando-se na fecundidade de tais formulações, Châtelet conclui que, “a epistemologia da ruptura deve fundar uma nova maneira de se conceber a história das ciências.”<sup>82</sup>, numa atribuição de importância à radicalidade das novidades introduzidas na filosofia por Gaston Bachelard.

A influência do pensamento de Bachelard desdobrou-se em algumas direções. Uma delas foi o desdobramento desenvolvido por Louis Althusser como o mais instigante por ele produzido em sua atividade filosófica, produção que nada mais seria que seu modo de operar com a *ductio*. Em um dado momento, é a filosofia enquanto prática política na teoria, um dos fundamentos do pensamento althusseriano; daí a escolha por ele feita da *ductio* como produção, em detrimento do seu exercício pelo viés da dedução ou indução; por operar no espaço textual, também a tradução se coloca como uma maneira, por ele utilizada, para transmitir o seu pensamento.

É através do trabalho desenvolvido a partir da obra de Marx que Althusser termina por aceder às formulações freudianas. “Mesmo esclarecidas em seu fundamento, e nas relações que elas mantêm com o conjunto das noções que as sustentam, mesmo relacionadas literalmente com as análises de Freud, elas colocam, por sua vez, problemas: não somente problemas de formação, de definição e de esclarecimentos conceituais, mas novos problemas reais, produzidos necessariamente pelo desenvolvimento do esforço de teorização que se acaba de considerar.”<sup>83</sup> Desnecessário torna-se apontar como toda a problemática bachelardiana encontra cristalino desenvolvimento na forma

<sup>79</sup> CHATELET, F. *O século XX*, p. 117

<sup>80</sup> BACHELARD, G. *Epistemologia*, p.121

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, p. 137

<sup>82</sup> CHATELET, F. *op. cit.*, p. 143

<sup>83</sup> ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*, p. 69

como Althusser trata tais questões, tendo o saber psicanalítico como instrumento. Insurgindo-se contra a ordem vigente naquelas circunstâncias, quando era a psicanálise considerada uma disciplina reacionária, vai ele propor não só uma elucidação epistemológica do campo analítico como também uma crítica ideológica da posição que a adjetivava de tal forma, para elucidar as questões concernentes tanto à mistificação quanto ao revisionismo ocorrido dentro da própria psicanálise.

É “graças à tese da distinção entre Ideologia e Ciência que ele se faz conhecido no Brasil.”<sup>84</sup>, sendo possível então acessar o empreendimento epistemológico por ele executado. Nesse momento nos ateremos apenas a uma das muitas contribuições althusserianas para uma melhor elaboração das implicações epistemológicas no campo psicanalítico, reservando para um momento posterior uma elaboração que considere as implicações ideológicas concernentes à própria psicanálise.

O que de essencial elabora Louis Althusser enquanto contribuição para uma epistemologia da psicanálise é a delimitação do seu próprio objeto, para que, uma vez definido e conceitualizado, possa enfim ser ele elucidado. Inicialmente, parte da obra de Freud, que para ele se coloca como sendo:

- “1. uma prática (a cura analítica).
2. uma técnica (o método da cura) que dá lugar a uma exposição abstrata, de aspecto teórico.
3. uma teoria que está em relação com a prática e com a técnica.

Este conjunto orgânico prático (1), técnico (2), teórico (3), lembra-nos a estrutura de toda disciplina científica.”<sup>85</sup>

É essa a conclusão à qual chega, depois de uma minuciosa verificação das circunstâncias específicas do modo como se deu tal produção. Além do reconhecimento da solidão teórica à qual esteve Sigmund Freud condenado, constata ainda Althusser que o próprio Freud foi quem teve que

“construir com suas mãos de artesão, o espaço teórico em que pudesse situar a sua descoberta; tecer, com fios emprestados aqui e ali, por adivinhação, uma grande rede com a qual capturaria, nas profundezas da experiência cega, o peixe abundante do inconsciente, que os homens dizem mudo, porque ele fala mesmo quando dormem.”<sup>86</sup>

<sup>84</sup> EVANGELISTA, W. J. *Althusser e a psicanálise*, p.29

<sup>85</sup> ALTHUSSER, L., *Freud e Lacan, Marx e Freud*, p. 53

<sup>86</sup> Idem, *ibidem*, p.52

Althusser vasculha ainda a própria idéia que o fundador da psicanálise teria dele mesmo; “em numerosíssimos lugares, Freud se considerou a si próprio como teórico; comparou a psicanálise, em relação à cientificidade, como a ciência física nascida com Galileu; repetiu que a prática (a cura) e a técnica analítica (o método analítico) só eram autênticas porque fundadas sobre uma teoria científica.”<sup>87</sup> Não seria demais remeter a um texto do próprio Freud, onde seu rigor é explicitado com clareza contundente, principalmente quando se leva em conta as condições em que se dava a sua produção; é através de sua própria pena que nos deparamos com a proposição de que “não será descabido dar uma denominação especial a essa maneira global de considerar nosso tema, pois ela é a consumação da pesquisa psicanalítica. Proponho que, quando tivermos conseguido descrever um processo psíquico em seus aspectos dinâmico, topográfico e econômico, passemos a nos referir a isso como uma apresentação metapsicológica.”<sup>88</sup> Como se pode constatar, Althusser rastreia de maneira precisa o modo como se coloca a produção científica para o próprio fundador da psicanálise.

É através do já famoso “retorno a Freud”, proposto por Jacques Lacan, formulado por Althusser como um

“retorno à teoria bem estabelecida, bem fixada, bem assente no próprio Freud, à teoria madura, refletida, consolidada, verificada, à teoria suficientemente avançada e instalada na vida (inclusive na vida prática) para haver construído aí a sua morada, produzido o seu método, e engendrado a sua prática”<sup>89</sup>,

é justo através desse retorno que se torna explícito o fato de que, “não se tratava de fundar uma ciência, como queria o idealismo. Tratava-se de lutar para que ela fosse reconhecida como tal, e em primeiro lugar, pelos próprios marxistas...”<sup>90</sup> Após uma séria crítica epistemológica a vários desvios da teoria freudiana, tais desvios serão consubstancializados enquanto tal, a partir da especificidade da proposição de que “uma ciência só existe, como ciência, se pode, de pleno direito, pretender à propriedade de um objeto próprio - que seja o seu e não seja senão o seu.”<sup>91</sup>

<sup>87</sup> ALTHUSSER, L., *Freud e Lacan, Marx e Freud*, p. 55

<sup>88</sup> FREUD, S. *O inconsciente*, p. 208

<sup>89</sup> ALTHUSSER, L op. cit., p. 56

<sup>90</sup> EVANGELISTA, W. J. *Althusser e a psicanálise*, p. 16

<sup>91</sup> ALTHUSSER, L op. cit., p. 57

À interrogação formulada segundo tal perspectiva epistemológica, ou seja, qual seria o objeto da psicanálise, uma precisa resposta encontra-se posta na ponta da língua - irredutivelmente, o objeto da psicanálise é o inconsciente e o seu funcionamento.

Althusser, segundo a orientação do ensino de Lacan, e, não nos esqueçamos, em defesa desse ensinamento, vai investigar a psicanálise em suas relações com a filosofia da ciência, fundamentando-se em rigorosos preceitos epistemológicos contemporâneos, seguindo pistas como as fornecidas por Bachelard para operar com a *ductio*. “A teoria psicanalítica pode nos dar, assim, aquilo que faz de toda ciência não uma pura especulação, mas uma ciência: a definição da essência formal de seu objeto, condição de possibilidade de toda aplicação prática, técnica, aos seus próprios objetos concretos.”<sup>92</sup> Para tanto, um percurso é feito para situar as tentativas de anexação da psicanálise a outras ciências; nesse sentido não são poupadas nem a psicologia - behaviorista, existencialista ou fenomenológica, nem a bioneurologia ou a sociologia - seja ela culturalista ou antropológica.

“Uma certa neurobiologia e uma certa psicologia ficaram contentíssimas em descobrir em Freud uma teoria dos “estágios”, que elas **traduziram** (o grifo é meu, e justo com a intenção de sublinhar o que está aqui apontado como tradução) sem hesitar, direta e exaustivamente, numa teoria da “maturação por estágios”, seja neurobiológica, seja bioneuropsicológica - atribuindo mecanicamente à maturação neurobiológica o papel de uma essência, cujos “estágios” freudianos seriam apenas o puro e simples “fenômeno”. Perspectiva que não é mais do que uma reedição do velho paralelismo mecanicista.”<sup>93</sup>

Na proposta epistemológica de Althusser, muito pelo contrário, “o que faz com que uma ciência exista não é apenas a existência de um real, de um objeto real. Uma ciência existe quando ela produz um objeto-de-conhecimento capaz de se apropriar do real. O que caracteriza uma ciência é o fato de ela ter sido capaz de construir, com seus conceitos rigorosamente definidos, o seu objeto-de-conhecimento.”<sup>94</sup>

Uma vez feito um outro contorno da questão epistemológica da psicanálise, Althusser delimita, referenciando-se no campo filosófico, o lugar da própria

<sup>92</sup> ALTHUSSER, L., *Freud e Lacan, Marx e Freud*, p. 68

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, p. 66

<sup>94</sup> EVANGELISTA, W. J. *Althusser e a psicanálise*, p. 36

psicanálise, para que o seu objeto-de-conhecimento, o inconsciente, permaneça distinto e não seja confundido com a noção anterior de como era ele concebido pela tradição filosófica, até a época em que foi formulado em outros termos por Sigmund Freud.

“O inconsciente freudiano não tem, evidentemente, nada em comum com o inconsciente da tradição filosófica: o esquecimento platônico, o indiscernível de Leibniz ou o avesso da consciência de si hegeliana, uma vez que esse inconsciente é sempre um acidente ou uma modalidade de consciência; é a consciência da verdade recoberta pelo esquecimento do corpo, mas que permanece como tal nesse esquecimento (Platão), o infinitesimal da consciência demasiadamente pequena para ser compreendida (Leibniz) ou a consciência presente em si no em-si para-si da consciência de si, antes de descobrir-se ao novo para-si da consciência de si (Hegel). Toda essa tradição filosófica considera a consciência como a verdade de suas formas inconscientes, ou seja, considera o inconsciente como consciência desconhecida.”<sup>95</sup>

Althusser concretiza em seu trabalho premissas s por ele postuladas, produzindo a partir de sua obra e nela mesma, conceitos como os de corte epistemológico, problemática e mesmo outra mirada sobre a oposição entre ciência e ideologia, efetivando ao seu modo uma tradução do mundo através da criação de uma prática textual: *ductio* enquanto produção de um saber, *ductio* enquanto transmissão de um saber produzido. A psicanálise é utilizada por Louis Althusser para concretizar nessa nova prática, os fundamentos de sua epistemologia.

Se, no que concerne à lingüística, pode-se, através da psicanálise, desenvolver uma investigação que ultrapasse os limites até então definidos para a tradução (a questão da traduzibilidade ou da classificação que de alguma maneira vai torná-la possível), também pelo viés da epistemologia é a psicanálise uma ciência privilegiada para estimular uma discussão sobre a produção do saber, servindo de paradigma para o exercício de novas premissas epistemológicas no que tange ao caráter de cientificidade de uma disciplina.

---

<sup>95</sup> ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*, p. 92

### 3. Da tradução e de suas relações com a ideologia

A ideologia é uma relevante referência nas formulações que tentem uma reflexão sobre o tema da tradução; pela sua importância, há que se deter nas implicações do registro ideológico no próprio ato de traduzir. Desde a sua origem, a partir dos filósofos franceses do século XVIII que estudavam a formação das idéias (enquanto teoria de sua gênese), até quando se deu uma ampliação posterior de seu sentido, quando passou a abranger mais amplamente o conjunto das idéias, valores e princípios determinantes de uma *Weltanschauung*, a ideologia, pela direta influência que operou o marxismo nesse conceito<sup>96</sup>, é hoje compreendida, sobretudo, como uma prática política relacionada à luta de classes, intimamente comprometida com os interesses da classe dominante,

“Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio social em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as idéias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse.”<sup>97</sup>

Vários são os enfoques a serem dados quando o conceito de ideologia é situado nessa perspectiva. Constantes são as inter-relações desse conceito com a questão da transparência, da distorção, da evidência, da demarcação. Ao se tratar do tema da ideologia, Louis Althusser destaca-se como um autor de referência constante. Se no século XVIII era ela conceituada enquanto genética das idéias, partindo das obras de juventude de Marx, Althusser situa de modo decisivamente novo a questão da ideologia. Com a sua tese de que *a ideologia não tem história*, propõe, ao invés do estudo das ideologias, como se

<sup>96</sup> JAPIASSU, H. & MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*, p. 127-128

<sup>97</sup> ZIZEK, S. *O espectro da ideologia*, p. 9.

colocava até então referenciado na história das formações sociais, *uma teoria da ideologia em geral*; nessa direção postula a seguinte tese: se cada uma das ideologias tem a sua própria história, a ideologia em geral não tem história. Os motivos que o levam a formular essa tese se aproximam, e são por ele mesmo apontados de modo explícito, dos motivos que levaram Freud a fazer sua afirmação acerca da atemporalidade do inconsciente. É segundo e seguindo a direção indicada pelo pensamento freudiano que Althusser afirma, categoricamente, ser a ideologia tão eterna quanto o inconsciente.<sup>98</sup> No desenvolvimento de sua conceituação, vai ele propor duas teses:

1. a ideologia representa a relação imaginária do indivíduo com as suas condições reais de existência;
2. a ideologia tem uma existência material.

São estas as teses primeiras por ele apresentadas, que se complementam com a formulação conjunta das seguintes:

1. só existe prática através e sob uma ideologia;
2. só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos.<sup>99</sup>

É a partir da noção de sujeito, dele, nele e para ele, que funciona como polo de confluência da teorização althusseriana da ideologia:

“aqui está uma proposição que implica que distingamos, por agora, os indivíduos concretos por um lado, e os sujeitos concretos por outro, embora a este nível o sujeito concreto só possa existir assente num indivíduo concreto. Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos a interpelação, que podemos representar-nos com base no tipo da mais banal interpelação policial (ou não) de todos os dias: “Eh! Você”<sup>100</sup>

Para Althusser, a formação da ideologia e a constituição do sujeito são indissociáveis, estando a formação de uma intimamente articulada com a constituição do outro; para ele, se de um lado não se pode esquecer que “os indivíduos são sempre-já sujeitos”<sup>101</sup>, de outro, dando consistência à natureza da articulação por ele proposta, afirma que “só existe ideologia pelo sujeito e para sujeitos”<sup>102</sup>.

<sup>98</sup> ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*, pp. 71-75

<sup>99</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 77-91

<sup>100</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 99

<sup>101</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 102

<sup>102</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 93

Uma investigação das relações entre ideologia e tradução passariam, forçosamente, por uma retomada da posição ocupada pela ideologia no campo da lingüística; não ignorando a importância dessa passagem, é ainda o próprio Althusser quem, com precisão invejável, não deixa de apontar que “os lingüistas e os que recorrem à lingüística para vários fins deparam, freqüentemente, com dificuldades que surgem por eles desconhecerem a ação dos efeitos ideológicos em todos os discursos - até mesmo nos discursos científicos.”<sup>103</sup>

Se até o momento a nossa referência considerava ideologia e sujeito, introduz-se agora um terceiro elemento, a linguagem; “não existe nenhuma atividade humana que não comporte como parte integrante o uso da linguagem. Em que medida é necessário considerar, quando se descreve uma linguagem dada, esta utilização que os sujeitos falantes podem fazer dela?”<sup>104</sup> A introdução da linguagem produz um outro modo de articulação entre os dois elementos anteriores, modo que vai exigir ainda um posicionamento de cada um dos dois elementos precedentes para com ele, ou seja, tanto ideologia quanto sujeito são conceitos que submeter-se-ão a uma outra modalidade de relação quando da introdução da linguagem:

“se é verdade que a ideologia recruta sujeitos entre indivíduos (à maneira como os soldados são recrutados dentre os civis), e que os recruta a todos, precisamos saber de que modo os voluntários são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, como os indivíduos aceitam como evidente o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem (ou do que tencionam dizer a eles), na condição de “sujeitos falantes”.<sup>105</sup>

Nessa mesma direção ainda, na tentativa de articular marxismo e psicanálise, é também através da linguagem que Jacques Lacan vai elaborar, quando por eles interpelado, as suas *respostas aos estudantes de filosofia*: “o mínimo que vocês podem me conceder no que concerne a minha teoria da linguagem é, se isto lhes interessa, que ela é materialista. O significante é a matéria que se transcende em linguagem.”<sup>106</sup> Se Althusser, em sua elaboração teórica, confere um estatuto científico à psicanálise, quando de sua elaboração do inconsciente como o objeto-de-conhecimento dela, Lacan, em contrapartida, lhe brinda com a inserção da psicanálise enquanto

<sup>103</sup> ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*, p. 141, nota 15.

<sup>104</sup> DUCROT, & TODOROV, T. *Dicionário das ciências da linguagem*, p. 397.

<sup>105</sup> PÊCHEUX, M. *O mecanismo do (des)conhecimento ideológico*, p. 151.

materialista, pelo viés do significante postulado de uma tal maneira que tornaria sem propósito qualquer tentativa de formulação idealista a seu respeito.

Ouvir, dizer, ler, escrever. Inegavelmente é a linguagem o que se nos descortina; vasto é o campo, ampla a mirada. A indicação de que “uma prática da linguagem não é simplesmente uma prática, (e que) toda prática da linguagem implica uma ideologia da linguagem”<sup>107</sup>, remete às implicações a que estaria sujeita a tradução enquanto operação que situa-se no campo da linguagem e, mais ainda, enquanto textualidade, implicações responsáveis pelo encaminhamento a ser dado a uma tradução pelo seu remetimento de um campo epistemológico para outro, remetimento que vai se dar, também, pelo viés da motivação ideológica que está a reger o próprio ato de traduzir. Desnecessário parece ser qualquer demonstração de que é a tradução um campo ideológico por excelência; desnecessário é afirmar que, por mais e tudo que se fale ou formule, ao tradutor compete estar sempre a labutar em seu ofício.

Para Henri Meschonnic o eixo para se refletir sobre a questão da tradução é justamente a ideologia. O texto poderia ser pensado como o elemento onde estariam articulados sujeito, ideologia e linguagem. Pensar o inconsciente, a ideologia, a língua como sistemas que se articulam na textualidade demanda uma reflexão sobre o texto que, ao ser postulado como um discurso, discurso como é ele entendido por Benveniste quando, sistematiza a história do desenvolvimento da lingüística, estabelecendo uma sucessão entre três idades: a idade filosófica, a da reflexão dos pensadores gregos sobre a língua, a idade histórica a partir do século XIX, com a descoberta do sânscrito e, finalmente, a idade estruturalista do século XX, a partir da qual “a noção positiva de fato lingüístico é substituída pela relação.”<sup>108</sup>

A oposição de Benveniste à lingüística positivista desenvolvida a partir do século XIX serve de base para que possam ser dialetizados elementos até então considerados estanques, como o próprio texto, a prática e a teoria, atingindo oposições tidas como não dialéticas, como as existentes entre autor e leitor, criação e tradução, poesia e ciência, ciência e ideologia. Da mesma forma, a recusa

<sup>106</sup> LACAN, J. *Respostas aos estudantes de filosofia*, p. 52

<sup>107</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistemologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 28

efetuada por Bakhtine à lingüística de seu tempo, ao não se acomodar à lingüística do enunciado nem à estilística lingüística, propõe uma translingüística, que em verdade já anunciava o discurso do modo como viria ele a ser proposto por Benveniste. Bakhtine e Benveniste, uma poética histórica e uma lingüística do discurso, elementos preciosos para se pensar as relações entre sujeito, ideologia e linguagem no corpo a corpo do texto.

“Um texto, se ele é um texto, não é nunca em uma única ideologia.”<sup>109</sup>. Um texto que se fecha, que se acopla a uma ideologia qualquer determinando assim sua existência perde as características que lhe atribuíam o estatuto de texto; um texto para assim poder ser designado, tem que romper sua relação com uma determinada ideologia, para que possa cumprir a sua função textual: o texto enquanto linguagem poética ultrapassa a lógica da identidade. Para Meschonnic o texto não para de devir, seu conhecimento é inesgotável, produzindo uma repetição indefinida da leitura; sendo lugar de interação é o texto constituído por conflitos, contradições que não podem se resolver; caminhando nessa direção acaba por chegar à constatação de “que se elas (as contradições) se resolvem, não existe texto, mas uma escritura variavelmente ideológica, exploradora mas não transformadora.”<sup>110</sup>

O mesmo raciocínio desenvolvido quanto ao texto poderia também ser formulado quanto à tradução se resolvêssemos nos deter em suas relações com a ideologia, ao refletir sobre as implicações concernentes ao próprio ato de traduzir. O tipo de tradução que se coloca como tarefa a descaracterização do que um texto teria de contraditório em sua própria elaboração não seria, em verdade, uma tradução, mas sim uma introdução a uma outra coisa que não o texto traduzido, nem a sua tradução; do texto, o que estaria se efetivando, nada mais seria, se assim se pudesse dizer, que uma *intradução*. O que se coloca como problemático nesse modo de operação não é, ainda, nem a questão da traduzibilidade, mas sim um efeito de *intradução*, decorrente do atrelamento de uma tradução à manifestação de uma ideologia que foi a gerenciadora do trabalho efetuado a partir daquele texto. Tal operação, mesmo não podendo ser nomeada como tradução promove uma intervenção no texto; por essas características propõe-se designá-la como

<sup>108</sup> DOSSE, F. *História do estruturalismo II*, p. 64

<sup>109</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*,

p. 140

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, p. 40

sendo, em verdade, uma *intradução*. Para se atribuir a devida importância aos efeitos provenientes dessa operação de tradução|intradução, e não esquecer de dar-lhe a devida importância, pode-se recorrer às proposições de Meschonnic de que “é capital notar que a relação entre o estudo da linguagem e a teoria da ideologia não é uma relação metafórica”<sup>111</sup>, ou seja, é uma relação que ocorre no campo da própria prática da tradução, ou mais ainda, que, por ser da ordem da linguagem, “a poética é sempre política.”<sup>112</sup> *Traduttore, traduttore*, tradução e ideologia, relação complexa que pode por muitas vezes remeter um texto a um desvio dos mais funestos, a traição.

Uma *teoria translingüística da tradução* é o que propõe Henri Meschonnic, a partir de uma interação entre uma *lingüística da enunciação* e uma *teoria da ideologia*. Nessas proposições, a tradução é elaborada enquanto uma atividade translingüística, como o é também a própria atividade de escritura de um texto, que não poderia ser teorizada limitando-se apenas à lingüística do enunciado e à poética formal. “Uma teoria da tradução de textos é necessária não como atividade especulativa, mas como prática teórica para o conhecimento histórico do processo social de textualização, como uma translingüística.”<sup>113</sup> Tal teoria situar-se-ia, enquanto trabalho estabelecido pelas relações existentes entre a prática empírica e a teórica, entre a ideologia e a ciência.

“Uma prática teórica da tradução de textos impõe uma análise da oposição entre arte e ciência, sobre seu domínio, como procedente de um transporte não teorizado da noção de ciência fora de sua especificidade (e no não visto da diferença cultural entre a área semântica do conceito de ciência em uma língua e em outra, do campo filosófico em uma língua ao campo filosófico em outra língua, por exemplo, o francês). A teoria da tradução dos textos se situa no trabalho, fundamental para a epistemologia, sobre as relações entre a prática empírica e a prática teórica, escritura e ideologia, ciência e ideologia.”<sup>114</sup>

A tradução, enquanto teoria translingüística da enunciação, remonta tanto à teoria da ideologia quanto à lingüística da enunciação; em substituição do lugar ideológico atribuído à tradução, de uma pretensa ilusão de transparência ou da tentativa de neutralidade política através da sacralização do texto, na perspectiva de uma translingüística passaria ela a ser formulada como uma “reenunciação específica de um

<sup>111</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 24

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*, p. 153

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*, p. 305

sujeito histórico, interação de duas poéticas, descentramento, o dentro-fora de uma língua e das textualizações nessa língua.”<sup>115</sup> A relação textual entre duas línguas e culturas se daria por esse descentramento que operaria uma ruptura no jogo estabelecido pela oposição ideológica entre o texto e a tradução, oposição sustentada segundo uma noção não historicizada da questão da traduzibilidade.

Tal formulação surge como resposta a uma demanda, localizada pelo autor, de que “uma teoria lingüística é necessária para que a tradução cesse de continuar como um artesanato empírico, que desconhece seu trabalho e seu estatuto”<sup>116</sup>, para que seja ultrapassado o lugar de mera prática à qual subrepticamente está a tradução condenada quando exercida como mero ofício ideológico, lugar de onde seria possível sair pelo acesso possibilitado através de um corpo teórico que a colocasse em outro patamar.

A ideologia poderia, então, ser postulada como elemento balizador que organizaria, dentre outras coisas, os próprios modelos classificatórios estabelecidos para a tradução.

“Observa-se logo, por mais que tudo tenda a esconder este fato, que as querelas suscitadas na e pela história das ciências reproduzem as querelas sobre as literaturas: papel e lugar das ideologias, emergência brusca de escolas e paradigmas, determinações externas de núcleos bem definidos, independência ou não de tais núcleos internos, etc.”<sup>117</sup>

Da formulação da possibilidade ou impossibilidade de existência da tradução à sua classificação em discurso literário e científico para resolver esse impasse, uma característica ideológica é comum aos teóricos da tradução: é justamente a questão da falta de transparência, do velamento que é inerente ao seu funcionamento, o que vai indicar a atuação de mecanismos ideológicos. As classificações não ficariam imunes a tais mecanismos, como se pode perceber, quando se quer, que “o discurso científico tem uma função ideológica em nossa sociedade”<sup>118</sup>, que o simples fato de atribuir o lugar de científico a um determinado tipo de discurso respalda, em última instância, uma posição ideológica quanto ao lugar que deve esse mesmo discurso ocupar

<sup>114</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 306-307

<sup>115</sup> Idem, *ibidem*, pp. 307-308

<sup>116</sup> Idem, *ibidem*, p. 318

<sup>117</sup> SERRES, M. *Obstrução: a epistemologia*, p. 126

<sup>118</sup> MESCHONNIC, H. *op. cit.*, p. 209

no meio social. “Tal fato é comprovado cientificamente” - ladainha repetida ininterruptamente quando se quer evitar qualquer reflexão teórica mais aprofundada sobre um assunto; argumentação ideológica, modo de utilização de uma classificação engendrada segundo uma ideologia para obter os melhores efeitos por ela desejados. E é justo segundo o balizamento proposto pela ideologia dominante que vai se dar o exercício dessa função; “somente uma ideologia-máscara exclui a polêmica do discurso científico: isso não significa nada mais que o desejo da segurança, que reconhecer o adquirido como adquirido.”<sup>119</sup> A estratégia de manutenção do *status quo* é muito precisa; “a ideologia política desloca o centro, mas mantém o centro, e está justamente aí o essencial do negócio.”<sup>120</sup> É em torno desse manutenção que cria a necessidade de haver sempre um velamento; desde muito, é esse seu modo de operação.

“A idade clássica está em busca de uma referência pontual; pensa, demonstra, combina, experimenta, organiza suas representações, comanda, vê o mundo e vive o seu patético, por fixação, e remete a um ponto fixo. Espalha aos dezesseis ventos das “disciplinas” e das práticas a velha idéia grega de invariância e de estabilidade racional, exprimida pelo vocábulo *epistème*. Esta estática geral perdura, de direito, ou seja de ciência, até os primeiros trinta anos do século XIX; e, de fato, até nossos dias, ou quase, transportada pelo ensino repetitivo e as línguas acadêmicas do fundamento, da base e do solo.”<sup>121</sup>

O que se evidencia, em tais circunstâncias, como efeito ideológico é inércia provocada pela própria ideologia, estagnação que envidará sempre seus esforços para que tudo permaneça justo como está.

Averiguar a questão da traduzibilidade dentro de um enquadramento que considere os aspectos referentes à ideologia e não mais apenas se restrinja àqueles que dizem respeito à epistemologia, talvez possa ser mais uma contribuição para a reflexão, já um tanto quanto complexa, sobre as questões teóricas da tradução. Enfocada agora também sob o ângulo da ideologia, vai ela adquirir uma conotação mais abrangente; “a intraduzibilidade como texto é então o efeito cultural resultante de razões históricas. O intraduzível é social e histórico, não metafísico (o incomunicável, o inefável, o mistério, o gênio).”<sup>122</sup> É a ideologia o elemento que, ao ser

<sup>119</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 209

<sup>120</sup> SERRES, M. *Ponto, plano (rede), nuvem*, p. 106

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, p. 107

<sup>122</sup> MESCHONNIC, H. *op. cit.*, p. 309

introduzido, explicita mais o quão vasto é o campo teórico onde pode semear-se a tradução.

Uma das saídas encontradas para solucionar o problema da traduzibilidade de um texto, ou seja, a classificação em poético e científico utilizada como se fora um outro raciocínio, provocaria apenas um deslocamento da mesma questão, para não promover avanço algum. Ao se considerar a ideologia operando já na formulação do próprio modo de estabelecer uma classificação, verifica-se que a intenção de um mero didatismo a reger o movimento classificatório apontaria como solução uma tentativa que, não passaria de um escamoteamento da ideologia que estaria a fundá-lo: “ciência e ideologia de uma parte, ciência e linguagem poética de outra, não foram separadas a não ser por uma ideologia estranha à prática, somente de onde se pode fazer teoria”<sup>123</sup>

Trazer elementos teóricos que respaldem uma reflexão sobre o lugar da ideologia pode contribuir para um enfrentamento do problema da tradução em outros moldes; o que se coloca como subsídio para uma postura que advoga a intraduzibilidade do texto poético nada mais seria que a existência de uma antiga confusão teórica entre o que viria a ser verso e poesia, confusão que sempre apresentou-se mascarada, distorcida, para melhor atender às suas implicações ideológicas. Na atualidade, “não se pode mais colocar o problema como no século passado, ou seja, traduzir a rima; no entanto, cada domínio cultural tem sua historicidade. Desse modo os russos não dissociam ainda, na tradução, a versificação da poesia, e traduzem versos livres franceses remetendo-os à rima, para que eles sejam *versos*.”<sup>124</sup> Nesse sentido é preciosa a citação de Valery Larbaud:

“cada texto tem um som, uma cor, um movimento, uma atmosfera que lhe são próprios. Fora do seu sentido material e literal, todo pedaço de literatura tem, como todo pedaço de música, um sentido menos aparente, que sozinhos criam em nós a impressão estética desejada pelo poeta. Muito bem, é justamente esse sentido que precisamos apreender, e é acima de tudo nisso, que consiste a tarefa do tradutor.”<sup>125</sup>

<sup>22</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 15

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 352

<sup>25</sup> LARBAUD, V. *Apud MESCHONNIC, op. cit.*, p.352

A opção de deixar o discurso poético à margem do problema da tradução, prática exercida por muito tempo no campo da lingüística, não passa de uma tentativa de resolver o problema que se coloca para a teoria da tradução por intermédio da negação de sua dificuldade, pela atribuição do estatuto de intraduzibilidade a um tipo de modalidade discursiva, devido às características que lhe são inerentes. A opção de resolver o problema através da utilização de uma roupagem científica onde as dificuldades ante o discurso poético desapareceriam, redundaria em um escamoteamento da questão ideológica que estaria dirigindo a escolha feita, promovendo nada mais nada menos que uma *intradução*, ou seja, as dificuldades ante a tradução do texto poético desapareceriam simplesmente, como que por encantamento: ou através do seu travestimento em texto científico ou ao se pronunciar a sentença final de que o texto poético é, em última instância, intraduzível. O que deve ser apontado, nessa circunstância, é o caráter ideológico que se manifesta já na escolha dos métodos de classificação do discurso, segundo critérios também já definidos ideologicamente; “a esse respeito, o positivismo, esta filosofia onde se coloca a questão como, onde se evita a questão por que, é a filosofia feita necessária pela situação do trabalhador, do pesquisador, do homem da prova ou do laboratório.”<sup>126</sup>

Outra maneira de tentar circunscrever a tradução poderia ocorrer ao se tentar situá-la em um lugar que fosse regido pela lógica da identidade, ou seja, idealizá-la como algo que deveria ser igual ao original. “Culturalmente temos todos, em nós e ao nosso redor, a princípio, a lógica da identidade.”<sup>127</sup> Uma lógica pautada em tal princípio, fundada na mesmidade, remete para caráter ideológico do seu lugar, onde as mudanças não devem e não podem se dar por implicarem, em última instância, na mudança da própria ideologia que articula essa montagem, e que também se articula a partir de um modelo fechado, modelo impossibilitador de qualquer mudança, respaldado por uma tradição filosófica que, possibilitando a formalização de uma filosofia da ciência centrada no empirismo estabelece e proporciona, ao seu redor, a montagem de um sistema coeso e fechado. Tal sistema de pensamento vai lidar com o problema da tradução de uma maneira dicotomizada, opondo o discurso científico ao poético, reservando a este último um lugar de impossibilidade numa tentativa de amordaçar a problemática levantada a partir dele, problemática que se coloca como insolúvel para um sistema organizado segundo referências positivistas. Pensar a tradução segundo a lógica da identidade seria concebê-la

<sup>126</sup> SERRES, M. *Obstrução: a epistemologia*, p. 128

<sup>127</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistemologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 40

segundo preceitos ideológicos conservadores, no sentido de que qualquer mudança em seu *status quo* estaria condenada, por princípio, pelo fato de implicar em uma alteração da ordem estabelecida, ordem que, desde sempre, teria que ser conservada.

A tradução poderia ser formulada, ainda, segundo uma proposição que se fundasse não sobre o mesmo, mas sobre o diferente. Tal posição implicaria em que a ela já não competiria tentar alcançar um lugar idêntico do ao original; implicaria que para ela já não se colocaria mais a tarefa de desempenhar o papel de transparência segundo o qual, quanto mais transparente ela fosse, melhor deixaria entrever, através dela mesma, o original em sua mais absoluta originalidade. A busca de desempenhar o melhor possível a função de transparência não passaria, nessa perspectiva, de um efeito determinado ideologicamente, onde a tradução concebida como se fora um manequim deveria vestir as palavras mais adequadas para ser o mais possível, igual a...

Para um modelo assim fundamentado, torna-se impossível qualquer formulação quanto ao discurso poético; camufladamente, define-se o texto, segundo tais moldes, como aquilo que, ao ser traduzido, mantém-se igual ao original. A ciência mecanicista ao não admitir qualquer contradição vai indicar que a própria existência da tradução do discurso poético já seria o indício maior de se estar ante uma produção da ordem da não cientificidade. A tradução concebida enquanto transparência, escamotearia não só a questão da própria tradução mas efetivaria, ainda, a veiculação de uma epistemologia de cunho positivista como sendo a única detentora da capacidade de atribuir estatuto científico a uma disciplina, epistemologia consonante com a ideologia por ela demandada, e que, em última instância, a demandou. Fecha-se o círculo, a conservação do mesmo está assegurada. “Onde não existem contradições, funcionam as escrituras ideológicas.”<sup>128</sup> Pensar segundo uma lógica que leve em consideração a diferença implica, forçosamente, em lidar com as contradições, com os conflitos dela advindos e, em consequência, ter como objetivo não a conservação do atual estado de coisas mas, justo o contrário, a sua transformação.

---

<sup>128</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 41

“A poética da tradução realiza o encontro entre a teoria da literatura, saída do formalismo russo e o estruturalismo, e a prática da escritura na modernidade. A poética da tradução não separa teoria e prática.”<sup>129</sup> O que fundamentaria teoricamente um postulado de tal ordem, para que ele não caísse nas malhas das inferências de caráter ideológico, seria a teoria lingüística de Ferdinand de Saussure, quando de sua conceituação sobre a natureza do signo lingüístico. “O signo lingüístico une não uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica.”<sup>130</sup> Partindo dos conceitos de significante e significado, postulará ele que “o laço que une o significante e o significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo lingüístico é arbitrário.”<sup>131</sup> Há que se explicitar com clareza a conceituação saussureana para que se apreenda a gravidade da formulação de Henri Meschonnic quando de sua afirmação de que

“a tradução como texto é um trabalho na cadeia do significante. Ela produz um texto se o que ela produz se constrói e se mantém na ambivalência de seus conflitos, conflito de uma lógica da ambivalência do significante com uma lógica da identidade do signo, conflito entre texto-de-saída e texto-de-chegada. Formula-se que a ideologia do texto se inscreve nas figuras do significante”<sup>132</sup>.

Assim, conceituar-se-ia, a partir de uma teoria específica, uma formulação precisa para os elementos fundamentais envolvidos em uma tradução.

“É possível que o que designamos muitas vezes pelo nome de ideologia seja um formigamento de problemas profundos, e o que se destaca como ciência pode acabar por revelar sua aridez. Na maior parte do tempo, estes cortes desenhados por um gesto análogo ao gesto do padre, que recorta um espaço no céu, são repartições de poder, e os problemas que engendram são mais de política do que de epistemologia.”<sup>133</sup>

Como se constata, a referência à lógica da contradição pode implicar em reviravoltas, circunvoluções, e mesmo até em revoluções as mais inesperadas.

<sup>129</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 364

<sup>130</sup> SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*, p. 80

<sup>131</sup> *Idem, ibidem*, p. 81

<sup>132</sup> *Idem, ibidem*, p. 365

<sup>133</sup> SERRES, M. *História das ciências*, p. 155

O texto, quando pensado como lugar de contradição, não vai encontrar sua melhor resolutividade no que se refere à sua tradução através da unicidade, tentada por exemplo pelo modelo de standardização da obra de Sigmund Freud envidado pelo seu editor inglês, James Strachey. O texto enquanto lugar de não identidade apresenta-se como lugar de diferença e de contradição. Ao traduzir a obra de Freud segundo a lógica da unicidade, ao serem várias palavras do alemão cotidiano transformadas em conceitos pretensamente científicas, com tais substituições o que se faz é suprimir, de pronto, o caráter polissêmico que a palavra utilizada tinha no uso que dela era feito corriqueiramente, para enclausurá-la em um sentido único, fechado, sob a fachada de atribuição de verdadeiro estatuto científico. Efetuada dessa maneira, a interpretação da obra freudiana deturpa de maneira explícita, segundo uma determinada orientação ideológica, o fundamental do pensamento de seu fundador. Os conceitos forjados segundo tal concepção de tradução, apresentados enquanto não polissêmicos como foram originalmente concebidos, enviam o pensamento freudiano para um modelo positivista onde o que se constata é um sufocamento de qualquer contradição que pudesse endereçá-lo para um outro lugar, justo aquele para onde foi ele concebido. “Cada política tem a sua poética”<sup>134</sup>. A poética exigida pela ideologia do positivismo é a da ordem da não contradição, para que, em decorrência dessa premissa, nenhuma transformação ocorra; desse modo, seguramente, o círculo continua cerrado.

As implicações dessas tentativas de arredondamento de um texto com a eliminação de qualquer aresta ou dificuldade por ele apresentada através de sua tradução tem como objetivo efetuar uma circunscrição do texto em questão, não sem deliberação. As estratégias utilizadas pela tradução da obra de Freud para a língua inglesa, e dela para a língua portuguesa (apesar de ser mencionada na edição brasileira que se trata de uma tradução direta do alemão para o português) trazem implicações que merecem um exame detalhado no que se refere às suas relações com a ideologia. Mesmo detendo-se em apenas alguns poucos conceitos ou em detalhes supostamente sem importância, pode-se ter uma noção do comprometimento de que é vítima a teoria psicanalítica quando a sua transmissão está submetida a traduções que a encaminham, por motivos de inequívoco caráter ideológico, para um lugar epistemológico distinto daquele em nome do qual foi a própria psicanálise construída. Se conceitos psicanalíticos fundamentais como **pulsão**,

<sup>134</sup>MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 153

**recalque e inconsciente** estão intimamente associados à noção de conflito, necessária e legítima se torna a exigência, feita por Freud, de um funcionamento psíquico fundado em um dualismo do qual, em momento algum de sua praxis científica, vai ele abrir mão. Tentar tudo unificar sob a égide de um *ego* senhor de si mesmo não parece ser um postulado dos mais fiéis às premissas teóricas freudianas; no entanto, é essa a tentativa empreendida pela *Standard Edition*; sob o pretexto de uma pretensa padronização, o que se constata como efeitos desse trabalho, atende mais a interesses ideológicos do que a rigores epistemológicos.

Na direção aqui indicada se faz necessário, para que se explicita o nível de comprometimento ideológico a que está sujeita uma tradução, que se comente sobre a tradução feita para a língua portuguesa pela *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, comentário que tentará se restringir, nesse momento, às implicações ideológicas.

*Massenpsychologie und Ich-Analyse* é traduzido para o português, a partir da tradução inglesa, como *Psicologia de grupo e análise do ego*. De início, já a mudança efetuada pela tradução no próprio título do artigo merece comentários. Chama a atenção o fato que, já em 1921, ano em que foi esse texto escrito por Freud, a psicologia das massas era tema que despertava grande interesse no âmbito geral da produção intelectual, sendo que naquele momento cultural europeu toda uma pesquisa estava sendo desenvolvida tratando especificamente dos fenômenos de massa. A substituição da palavra *massa* por *grupo*, vai ser motivo de uma nota de rodapé por parte do tradutor argumentando que

“no correr de toda a tradução utiliza-se a palavra *grupo* como equivalente da palavra alemã *Masse*, muito mais abrangente. O autor (Freud) emprega esta última palavra tanto para traduzir o *grupo*, de McDougall, como também a *foule*, de Le Bon, que seria mais naturalmente traduzida por *multidão* em inglês. A bem da uniformidade, contudo, preferiu-se *grupo* também nesse caso e a palavra substituiu *multidão* mesmo nos estratos da tradução inglesa de Le Bon.”<sup>135</sup>

Outro detalhe referente à mesma questão merece também um registro. Em outra obra de Freud, *O futuro de uma ilusão*, a mesma palavra alemã *Masse* foi traduzida para a língua portuguesa por *massa*, acrescida, nessa circunstância, da

seguinte nota de rodapé: “*Masse*. A palavra alemã possui um sentido muito amplo. É traduzida por *group* (grupo), por razões especiais em *Group psychology*, de Freud (1921). Aqui, *massa* parece mais apropriado.”<sup>136</sup> Uma interrogação merece ser feita sobre quais seriam estas “razões especiais” determinantes de que justamente na obra que se propõe a tratar da questão das massas, esta palavra seja evitada e por outra substituída, e ainda, que possa a mesma, por ser mais adequada, ser empregada em outro momento, em outro trabalho do mesmo autor, cujo tema em questão não é especificamente a questão das massas, como era no texto em que foi ela substituída deliberadamente pelo termo grupo. Uma interrogação sobre os motivos que levaram os tradutores a escolher palavras tão distintas para traduzir o mesmo termo alemão torna-se absolutamente legítima e necessária. A resposta não parece ser encontrada em outro campo que não seja o da ideologia. Sim, porque se o argumento da uniformização da tradução de toda a obra fosse levado a sério, como é proposto, pelo viés do registro epistemológico, tal fato não poderia ocorrer em nenhuma circunstância, já que uma das grandes justificativas metodológicas da tradução em questão é justamente a estandardização dos termos. Um elemento paradoxal de tal natureza convida a que se detenha sobre os motivos da escolha de uma outra palavra, com um sentido diverso e não tão abrangente como é o caso da palavra *grupo*, justamente quando o foco do estudo estava posto sobre o conceito de *massa*. Ao não poder se sustentar a escolha feita dentro de parâmetros tidos como científicos, só resta como referência o campo da ideologia. Pelo visto, o texto de Freud sobre as massas também poderia ser portador de algum perigo do qual deveria ser impedida a propagação.

Detenhamo-nos, a guisa de exemplificação ainda, em outros dois pequenos detalhes; retomemos a tentativa de enviar a produção teórica freudiana para o âmbito do positivismo, detectável através do registro biológico onde a referida tradução tenta, através de inúmeras reiteraões, situar o ponto nodal do pensamento de Freud. Ainda no texto sobre a *psicologia das massas e análise do eu*, (como seria ele mais adequadamente traduzido para o português), depara-se o leitor com a seguinte deturpação da teoria psicanalítica: a frase que em português aparece traduzida como “o inconsciente racial emerge..”<sup>137</sup> encontra-se traduzida para o espanhol, por exemplo, como “o

<sup>135</sup> FREUD, S. *Psicologia de grupo e análise do ego*, p. 91

<sup>136</sup> Idem, *O futuro de uma ilusão*, p. 18

<sup>137</sup> Idem, S. *Psicologia de grupo e análise do ego*, p. 97

inconsciente social emerge...”<sup>138</sup>. Não se torna necessário nem a complementação da frase para que se aperceba do nível de gravidade que se coloca para uma disciplina quando é ela vítima de uma operação dessa natureza. Uma substituição de tal ordem não poderia ser entendida mero equívoco. A divergência e impossibilidade de sinonimização entre racial e social é inequívoca, não sendo necessário mais nada para que isso possa ser constatado. Uma explicitação dessa natureza não deixa dúvidas quanto à deturpação a que foi submetido o texto freudiano em sua tradução, segundo uma determinada orientação ideológica, orientação absolutamente afinada com os modelos biologicistas de então, de pensar a ciência segundo a premissa de que “o Absoluto não é nada mais do que a Ciência.”<sup>139</sup> A deturpação a que foi submetido o construto teórico da psicanálise, forçando uma transformação das questões situadas por seu fundador no campo da cultura para encaminhá-las, pelo viés do racial, para a biologia, não é sustentável por nenhum argumento epistemológico consistente, nem mesmo por aqueles que tenham o positivismo como premissa de estatuto científico.

O outro detalhe também digno de menção refere-se a um comentário do tradutor na “nota do editor”, onde aparece a afirmação de que ‘há pouca ligação direta entre o presente trabalho (ou seja, *O futuro de uma ilusão*) e seu predecessor imediato, *Além do princípio do prazer*<sup>140</sup>. Ora, além de serem eles trabalhos contemporâneos, uma das teses desenvolvidas por Freud nesse momento específico de sua produção científica é, exatamente, sobre as compatibilidades existentes entre as características das manifestações pulsionais e seus efeitos nos fenômenos de massa.

Ao se falar de pulsão e de suas manifestações talvez seja adequado enfatizar o aspecto ideológico implicado na tradução desse conceito. É este conceito o ponto nodal através do qual Freud põe em xeque toda a sexualidade puritana do *fin-de-siècle* europeu. Mais cômodo e conservador seria a manutenção do estatuto fechado do instinto enquanto biológico e imutável, ao invés de ter que se haver com as possibilidades apontadas, pela via do desejo, pelo conceito de pulsão. É justo essa noção que aponta para a natureza humana como de outra ordem, para além da animal.

<sup>138</sup> FREUD, S. *Obras Completas*, p. 2565

<sup>139</sup> SERRES, M. *Obstrução: a epistemologia*, p. 135

<sup>140</sup> FREUD, S. *O futuro de uma ilusão*, p. 90

Ao enfatizar a intenção da tradução que nos permite o acesso à obra freudiana em português, deve-se salientar que já era uma preocupação explicitada pelo próprio Freud, como sendo um dos riscos que corria sua metapsicologia, a possibilidade de apreensão de sua teoria por uma orientação biologicista; no final de sua obra vai ele mencionar suas divergências com Wilhelm Fliess quanto a este ponto ao afirmar: “estou apenas repetindo o que disse então ao discordar de sua opinião, quando declino de sexualizar a repressão (recalque, se traduzido corretamente) dessa maneira - isto é, explicá-la em fundamentos biológicos, em vez de puramente psicológicos”<sup>141</sup>. É sustentando essa mesma posição que Freud encerra seu trabalho *Análise terminável e interminável* afirmando que “para o campo psíquico, o campo biológico desempenha realmente o papel de fundo subjacente”<sup>142</sup>

Poderia ter a noção de censura, tal como a concebe Freud, estar implicada no que tange à tradução? Ao comentar “o fato de serem os sonhos deformados ou mutilados pela memória”<sup>143</sup>, vai ser Freud mesmo quem vai nos convidar a refletir sobre o efeito dessa mutilação; será ele mesmo quem, analogicamente, fará uma aproximação desta mutilação efetivada pelo trabalho onírico com a censura política, afirmando, quanto aos sonhos: “esta censura atua exatamente como a censura dos jornais na fronteira russa, que só permite aos periódicos estrangeiros chegar às mãos dos leitores, após uma certa quantidade de trechos haver sido suprimida”.<sup>144</sup> Também o caráter de distorção imprimido pela censura - função inerente à ideologia para que se mantenha um determinado *status quo* - vai ser por ele apontado. Para que possa ocorrer a manifestação do desejo cabe ao sonho um caminho igual ao do resto dos opositores de um regime político dominante, ou seja, o uso dos pseudônimos, as tentativas de burla as mais variadas, o uso sistemático do recurso metafórico na atividade discursiva, o deslocamento tático de atuação para outras áreas de ação enquanto manobra estratégica, sempre na tentativa de se manifestar, de se realizar enquanto desejo ou prática política; é nessa ação de impedimento, enquanto censura, que se localiza o espaço virtual da ideologia.

Uma outra questão merece ainda ser pontuada como um dos problemas de maior gravidade provocado pelos efeitos de algumas traduções do texto

<sup>141</sup> FREUD, S. *Análise terminável e interminável*, pp. 286-287

<sup>142</sup> Idem, *Interpretação dos sonhos*, pp. 286-287

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*, p. 628

freudiano, efeitos de distorção de tal monta que segundo alguns serviu de ancoradouro para que, ao alcançar terra firme, pudesse então desenvolver-se a psicanálise na vertente cujo fruto e produto final seria a *psicologia do ego*, um tipo de psicologia que se nomeia como psicanálise, psicologia emparelhada com o modelo positivista de ciência, atrelada, conseqüentemente, à ideologia que com ela é condizente.

Nesse sentido, comentando os vários desvios provocados pela tradução para a língua inglesa do texto de Freud, Bruno Bettelheim enfatiza a gravidade de que “a tradução de *das Es, das Ich e das Überich* pelas palavras latinas, abre a via para substituir, muito naturalmente, ou mais “cientificamente” a “psicologia do ego” à psicanálise... A tradução do “*Ich*” por “*I*” teria talvez evitado esse desvio maior do pensamento freudiano.”<sup>145</sup> Ao se deter nessas questões quando da leitura de Freud na sua tradução para a língua portuguesa constata-se nitidamente o quão bem fundamentado é o comentário de Bettelheim ao denunciar o desvio imposto ao pensamento freudiano, desvio que em verdade implica no envio da psicanálise para a *psicologia do ego*, por demais distanciada das formulações freudianas. Como se pode perceber, aquilo que para a lingüística pareceria uma ingênua substituição dos pronomes na língua materna por seus equivalentes em latim, pode provocar uma deturpação com sérias implicações, tanto epistemológicas quanto ideológicas para a psicanálise, como a efetuada pela sua transformação em uma *psicologia do ego*, descaracterizando por completo todo o descentramento do sujeito operado de maneira precisa e deliberada por Freud em sua produção científica, quando da formulação do conceito de inconsciente tal qual é por ele postulado.

Por excelência, o lugar mais adequado para situar a causa de tais dificuldades para a tradução da psicanálise não seria decerto encontrado na lingüística; ele parece situar-se mais na tentativa de cunho nitidamente ideológico de, a todo custo, garantir a manutenção de um sujeito centrado no *cogito ergo sum*, pilar da tradição filosófica onde está enraizado o positivismo, o mesmo que tenta, de todas as maneiras, barrar o avanço da subversão decorrente das formulações freudianas. Uma ciência que coloca o conflito no cerne de seu corpo teórico jamais poderia ser traduzida segundo critérios de uma lógica da unicidade, que fatalmente tentaria acabar com a diferença,

---

<sup>144</sup> FREUD S. *Interpretação dos sonhos*, p. 565

<sup>145</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 28

transformando o seu caráter revolucionário em algo a ser domesticado pelo espírito conservador.

Ao se propor investigar as relações entre ideologia e tradução, uma menção que seja, não poderia deixar de constar; um outro texto, de capital importância para a cultura universal merece considerações no que diz respeito às vicissitudes de suas traduções:

“o livro chamado Bíblia foi, simultaneamente, a versão grega dos Setenta do século III a.C. (e a base para as traduções latinas subseqüentes), a assim chamada Vulgata (versão latina de São Jerônimo do final do século IV) e todas as Bíblias posteriores da Idade Média: gótica, eslava, armênia, inglesa antiga, saxônica ocidental, anglo-normanda, francesa, frísia, alemã, irlandesa, holandesa, centro-italiana, provençal, espanhola, catalã, polonesa, galesa, tcheca, húngara. Cada uma dessas era, para seus leitores, a Bíblia, e contudo permitiam todas uma leitura diferente.”<sup>146</sup>

Tal indicação aponta para o grau de complexidade e nível de abrangência envolvidos na questão que se nos coloca. A Bíblia, enquanto livro primeiro aponta para o caráter problemático que é o ato de transmitir algo, transmissão que, ao ocorrer no registro da textualidade indica o próprio ato de traduzir. A tradução bíblica não poderia se furtar, portanto, de ser alvo de investigações, uma vez posta a céu aberto a gama de implicações que dela decorrem. Nem mesmo a Bíblia, com todas as particularidades de ser um texto originário escapa às implicações inerentes ao ato de traduzir e, conseqüentemente, de estar sujeita aos mesmos contextos que os demais textos.

Já em sua época, quando do seu trabalho de estabelecimento das sagradas escrituras, “são Jerônimo comentou a respeito de algumas traduções da Bíblia que não são versões, mas antes, perversões do original.”<sup>147</sup> Tais desvios poderiam situar-se dentro da mais explícita manifestação ideológica, na Inglaterra setecentista, pois ao se verem

“diante dessa explosão de múltiplas leituras possíveis, as autoridades buscaram uma forma de manter o controle sobre o texto – um único livro autorizado no qual a palavra de Deus pudesse ser lida como Ele pretendia. A 15 de janeiro de 1604, em Hampton Court, na presença do rei Jaime I, o puritano dr. John Rainolds “propôs a Sua Majestade que se fizesse uma nova tradução da Bíblia, porque aquelas que eram permitidas nos reinados

<sup>146</sup> MANGUEL, A. *Uma história da leitura*, p. 302

<sup>147</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 121

de Henrique VIII e Eduardo VI estavam corrompidas e não correspondiam à verdade do original.”<sup>148</sup>

Inaugura-se, sob o argumento da preservação de uma coerência geral, uma postura quanto à tradução; ao rei foi proposto que “fizesse muitos traduzirem uma parte e, quando tivessem alcançado um bom estilo em inglês e o sentido verdadeiro, outros deveriam se encarregar da uniformidade, para que palavras diversas não fossem usadas quando a palavra original fosse a mesma.”<sup>149</sup> Manguel se interroga se não estaríamos diante do postulado inicial do que seria transformado em uma tradição: uma maneira anglo-saxônica de editar, criando “o hábito de um superleitor que revisa o texto antes de sua publicação”<sup>150</sup>

Curiosamente, é justo na mesma Inglaterra que presenciamos, poucos séculos depois, o mesmo tipo de acontecimento, ou seja, a tradução da obra de Freud segue a mesma tradição dos princípios formulados para a tradução da Bíblia. Os argumentos utilizados por James Strachey para fundamentar a sua tradução da obra de Freud em nada diferem dos usados no século XVII para empreender a tradução da famosa Bíblia do rei Jaime I. O argumento da coerência geral que deve ter o texto, da uniformidade que se deve dar à escolha das palavras, do respeito à tradição, mesmo que ela viesse de encontro ao rigor da exatidão demandada pelo original, qualquer um deles estaria muito bem posto, tanto na boca dos tradutores da Bíblia do rei Jaime I quanto na daqueles que traduziram a obra de Freud para a língua inglesa. “Para o rei Jaime e seus tradutores, o objetivo do colossal empreendimento era confessadamente político: produzir uma Bíblia que as pessoas pudessem ler sem ajuda e, ao mesmo tempo, por se tratar de um texto comum, ler em comunidade.”<sup>151</sup> Também argumentos dessa ordem, de explícito controle ideológico, talvez pudessem ser atribuídos à pena dos editores ingleses de Freud, colocando-os no mesmo patamar daqueles que empreenderam a tradução da Bíblia do rei Jaime I. Uns e outros empreenderam obra de tal envergadura não movidos pelo desejo da transmissão de um saber, mas sim, talvez, pelo imperativo ideológico de impedir a sua propagação, ou melhor dizendo, de propagá-la de outra forma, segundo critérios outros: no

<sup>148</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 303

<sup>149</sup> OPFEL, O. S. Apud MANGUEL, *Uma história da leitura*, p. 304

<sup>150</sup> MANGUEL, A., *Uma história da leitura*, p. 306

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*, p. 304

---

caso da Bíblia, obedecendo a um controle político que visava a manutenção do estado através do controle ao mesmo tempo privado e público, possibilitando, concomitantemente, a leitura individual e seu partilhamento público; quanto à obra de Freud, divulgá-la como uma teoria de tal modo distorcida que em um futuro próximo, caísse ela em desuso ao ser substituída pelos avanços da química, da biologia ou dos tratamentos comportamentais ou cognitivos.

O peso a ser dado ao componente ideológico motivador implícito ou explícito de uma tradução, não é, como se constata, de somenos importância. Uma vez reconhecida sua presença, compete que se averigüe melhor as suas manifestações para, não desconsiderando o contexto que demandou a tradução de um texto, ter-se, o mais desvelado possível, o nível de agenciamento da ideologia em tal operação.

---

**PARTE II**  
**DA TRADUÇÃO DE FREUD:**  
**IMPLICAÇÕES DE ALGUNS**  
**CONCEITOS FUNDAMENTAIS**

Como clareia: é aos golpes, no céu,  
a escuridão puxada aos movimentos

Guimarães Rosa

## **1. Da tradução e de suas relações com a história: movimentos e momentos**

Uma vez feito o levantamento da posição ocupada pela tradução por largo espaço de tempo na lingüística, seguida tanto de uma investigação epistemológica quanto da explicitação do agenciamento ideológico, um outro elemento se coloca como de fundamental importância na articulação das implicações pesquisadas - a história, como esse elemento a mais, poderia ser formulada enquanto realidade material onde seria possível averiguar-se, com a devida consistência, as relações, permeadas virtualmente pela ideologia, entre os campos da epistemologia e da lingüística.

A noção de história enquanto ramo do saber designava, a princípio, o relato puro e simples sem importar-se com os acontecimentos nele envolvidos; posteriormente, passa ela a ter uma maior abrangência, abarcando o conhecimento, a pesquisa, a informação, não mais apenas do conteúdo, mas também do próprio relato, limitando-se, no entanto, a estabelecer uma cronologia dos fatos ocorridos. Ao mesmo tempo disciplina e matéria dessa disciplina, a história, tendo como seu objeto a própria história, mantém-se sem grandes alterações conceituais, desde os antecedentes gregos, quando da fundação da ciência histórica por Heródoto e Tucídides, até o século XIX; classificada em natural e civil por Francis Bacon ou pensada como dinâmica social por Auguste Comte, vai ela ser objeto de investigação mais entre filósofos do que entre os próprios historiadores.

Sendo a historicidade o que caracteriza o acontecido de um fato, a esse acontecimento vão ser atribuídos pontos de vista diferenciados. A partir do século XIX assistimos ao aparecimento de duas formulações básicas, distintas e antagônicas entre si.

De um lado teremos o idealismo histórico, para o qual “a razão se realiza através do devir seqüencial dos acontecimentos”<sup>152</sup>, que tem em Hegel sua máxima expressão; “o que temos que considerar aqui é a história. A forma da história tem que fazer passar os acontecimentos, os fatos, por uma ordem diante da representação.”<sup>153</sup> Para ele existe, necessariamente, uma conexão no ordenamento dos fatos; “com efeito a história nos aparece como uma série casual de fenômenos particulares, como um relato de acontecimentos dos quais cada um isolado existe por si, e cuja conexão única é o antes, o depois e a simultaneidade ou o tempo”<sup>154</sup>

Por outro lado temos o materialismo histórico criado por Engels e Marx, doutrina segundo a qual “o espírito é o produto da história, e não o seu motor”<sup>155</sup>, como acreditava o idealismo. A novidade introduzida pelo marxismo ultrapassa as formulações hegelianas da continuidade homogênea da história, da contemporaneidade como uma idéia de tempo histórico, sendo nada mais que a experiência vivida do tempo.

“Sustentar que a novidade de Marx reside no descobrimento de um novo critério de periodização da história – o dos modos de produção – é permanecer na concepção hegeliana da história, no interior de um tempo histórico único, homogêneo, que agora, em lugar de ser fragmentado partindo do desenvolvimento da Idéia, é-o partindo de um critério material: o modo de produção dos bens materiais e suas conseqüências jurídico-políticas e ideológicas.”<sup>156</sup>

O que é descartado pelo marxismo em sua concepção da história é o evolucionismo, seja ele idealista ou materialista. Tempo cronológico, tempo vivenciado - para ultrapassar a história concebida enquanto evolução cronológica ou experiência vivida do tempo, há que se problematizar o próprio tempo. “Cada estrutura de modo de produção tem um tempo próprio, tempo que não é visível imediatamente, mas que deve ser construído em cada caso.”<sup>157</sup> A proposta marxista é descentrar os acontecimentos de seu encadeamento cronológico para estudá-los partindo da problemática por eles introduzida, pensando a história como uma sucessão descontínua dos diferentes modos de

<sup>152</sup> JAPIASSU, H. & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Verbetes: historicidade

<sup>153</sup> HEGEL, G.W.F. *Introdução à história da filosofia*, p. 11

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*, p. 10

<sup>155</sup> JAPIASSU, H. & MARCONDES, D, op. cit., Verbetes: historicidade

<sup>156</sup> HARNECKER, M. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*, p. 207

<sup>157</sup> Idem, *ibidem*, p. 209

produção. A partir da formulação marxista do materialismo histórico, foi a história inexoravelmente deslocada do seu lugar confortável de eterno e ininterrupto suceder dia após dia; mesmo Hegel já dizia que “os acontecimentos da história universal não são as viagens dos cavaleiros errantes, as façanhas dos heróis que inutilmente se golpeiam, lutam e se sacrificam por um objeto vão. E sua atividade não se esvai sem deixar rastro nem vestígio, porque em seus acontecimentos existe uma conexão necessária.”<sup>158</sup>

A resolução da problemática da história não parece se dar de maneira simples, sem rupturas; para ela “só há uma solução, e é o próprio sentido da palavra solução: para encontrar o desvio no equilíbrio é preciso atravessar a fronteira, praticar um rasgo, abrir-se. Ou produzir a solução de continuidade.”<sup>159</sup> Tal é a solução que ocorrerá sempre: cortes, cicatrizes, indeléveis por vezes, outras não; a solução de continuidade é, por definição, uma ruptura provocada em uniforme superfície.

A noção de estrutura vem, de alguma forma, provocar uma solução de continuidade a mais; a sua relação com a história opera, por sua vez, nela mesma, profundos cortes; se “uma estrutura é um conjunto operacional de significação indefinida (enquanto um arquétipo é um conjunto concreto de significação sobredefinida) reunindo elementos em qualquer número dos quais não se especifica o conteúdo, e as relações em número finito, das quais não se especifica a natureza mas que define a função e certos resultados quanto aos elementos”<sup>160</sup>, para a estrutura a questão da história não se coloca de maneira nada simples, uma vez que indagar-se sobre o estatuto da história considerando a problemática estruturalista não é de fácil resolução. A posição assumida pelos historiadores não é homogênea; se uns insistem na necessidade da dialética, outros reivindicam a do movimento; se uns privilegiam o estudo das contradições, para outros o importante é a verificação da reprodução da estrutura.<sup>161</sup>

Em tal configuração, a relação entre marxismo e estruturalismo desenvolve-se em campo minado. Para ambos. Se de um lado surgem acusações de uma fetichização, do outro depara-se com denúncias de um tecnocratismo; se um é acusado de dogmático é o outro denunciado como estático. No entanto, em meio à

<sup>158</sup> HEGEL, G.W.F. *Introdução à história da filosofia*, p. 23

<sup>159</sup> SERRES, M. *História das ciências*, pp. 153-154

<sup>160</sup> Idem, *Hermès I. La communication*, p. 32

querela descortinam-se possibilidades: a existência de “uma via mediana, entre a adoção do estruturalismo e sua rejeição, permitindo preservar uma dialética histórica, embora tenha por objetivo principal a busca dos alicerces, das estruturas; portanto permite o acesso a um horizonte no qual estruturas e movimentos podem se conciliar e combinar.”<sup>162</sup> Tal perspectiva aponta para profícuo desenvolvimento.

Mesmo não passando despercebidas e sendo desenvolvidas apenas algum tempo depois de suas formulações iniciais, encontra-se nas idéias de Julia Kristeva uma tentativa de ruptura do antagonismo, amplamente alimentado durante muito tempo, entre estruturalismo e marxismo. Ao introduzir o pós-formalismo russo utilizando-se para tal da obra de Mikhail Bakhtine, sua intenção não é aleatória e muito menos sem sentido definido; “corresponde ao seu desejo de abrir uma brecha na abordagem estruturalista a fim de introduzir nela uma dinâmica histórica.”<sup>163</sup>, aproximando posturas tidas até então como inconciliáveis. Posteriormente desenvolvem-se mais tentativas com essa intenção, já no campo da história; “conciliando marxismo e estruturalismo, Georges Duby pode propor uma leitura atenta dos fenômenos estruturais reconciliados com a diacronia.”<sup>164</sup> Uma vez possibilitada a reconciliação entre posições tidas anteriormente como antagônicas, instaura-se um campo de pesquisa promissor que tem justamente na história - a grande causadora das desavenças até então - o esteio para o seu desenvolvimento.

“O que é a história?”, vai se perguntar Michel Serres, para situá-la como “nada além do parto, entre sangue e fezes, dessa tradução que não acaba nunca de falar a própria linguagem do mundo.”<sup>165</sup> A tradução assim formulada, inserida historicamente como o que se comunica, como uma forma de deciframento do mundo, demanda uma revisão do seu lugar quanto à produção de conhecimento, tanto nas suas relações com a filosofia quanto com a ciência. Filosofia e ciência se colocariam como maneiras distintas de transcrever uma certa inscrição, ao fazer cada uma delas uma opção por uma determinada *ductio*, para que o caminho escolhido, quer seja ele o da filosofia quer seja o da ciência, possa se desenvolver ao longo do seu percurso. Filosofia e ciência

<sup>161</sup> DOSSE, F. *História do estruturalismo* 2, p. 116. Conferir desenvolvimento feito pelo autor.

<sup>162</sup> Idem, *ibidem*, p. 121

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*, p. 73

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*, p. 263

<sup>165</sup> SERRES, M. *Hermès I, La traduction*, pp. 92-93

iriam se constituir enquanto variações dessa palavra, palavra sem a qual não haveria possibilidade de existência de nenhum modo de decodificação ou de apropriação da natureza – a *ductio*.

O fato de a história, a partir de um dado momento ter um registro textual, vai implicar na presença da *ductio* enquanto tradução, quer para a filosofia quer para a ciência. A história poderia ser formulada como nada mais que a comunicação das idéias, entre as idéias, para as idéias.

“Um conteúdo histórico, por exemplo uma idéia ( para o que é da filosofia da história) se perde, se enfraquece, recai e se mistura. O vetor cronológico da história é portador da desagregação progressiva da idéia. Essa desagregação não é um esquecimento puro e simples (como definir este esquecimento?), mas simplesmente um enfraquecimento continuado da idéia por comunicações sucessivas.”<sup>166</sup>

Situar a comunicação como esse movimento fundamental é o que se apresenta como intrigante e instigante na proposta de Serres, por esse viés articulando tradução e história. A escolha de qualquer objeto, ou de qualquer conteúdo, já traz nela mesma implicações que são transmitidas, em maior ou menor grau de fidelidade ou de precisão. A comunicação enquanto o movimento que possibilita a história, coloca-se como um dos eixos centrais de suas reflexões, na inserção da escolha entre possível e aleatório.

Ao se ter como referência a noção de comunicação, o que se postulava como ideal histórico passa a ser questionado pela necessidade inerente e constitutiva da eterna busca da origem. Para Serres, o ideal histórico do retorno às origens não pode ser cumprido através das cadeias das comunicações, a não ser que se admita o fato de haver sempre uma perda de informação de uma determinada idéia filosófica, e que a história não faz esse transporte de idéias de maneira invariável, implicando a sua ação em uma deformação na transmissão da idéia.

Linguística, epistemologia e ideologia podem adquirir outra consistência em sua articulação, a partir da noção de história. Por sua presença ou ausência, explicitando-se o mais possível ou esmerando-se em seu velamento, ocorrerá

---

<sup>166</sup> SERRES, M. *Hermes I, la communication*, pp. 28-29

sempre, ao se fazer uma investigação das implicações linguísticas, epistemológicas, e ideológicas com a tradução, uma referência à noção de história.

É o tipo de relação estabelecida com o conceito de história, o que vai tornar transparente a ideologia que subjaz nessa relação; também a relação com a tradução se insere nesse contexto. A ideologia, no cumprimento de suas funções, vai tentar atribuir à tradução uma característica de ahistoricidade; tal orientação implicará em determinados comprometimentos, também eles intrinsecamente atrelados à relação da tradução com a história, comprometimentos que merecem ser mencionados, mesmo que seja à guisa de exemplificação.

Tanto o texto quanto a tradução correm risco de se ver aprisionados como ocorre, por vezes, no caso da sacralização textual; sendo o texto original visto como da ordem do sagrado, a ele será atribuído o papel de uma pretensa neutralidade política, respaldada muitas das vezes por seu aspecto religioso. Em consequência de tal postura haverá um remetimento da problemática por ele sustentada para o campo do mistério ou para o da verdade enquanto incompreensível. Com tal tipo de comprometimento tentará desproblematizar o texto a ser traduzido, retirando dele qualquer aresta que aponte para alguma contradição.

Uno, neutro, eterno: eis as características do texto (pretensamente) ideal. O modo de lidar com um texto, segundo as demandas ideológicas conjunturais, indica a tentativa de eliminar os efeitos indesejáveis produzidos por um texto e por sua tradução, como decorrentes das razões históricas vividas naquela conjuntura.

Limitar a tradução à imobilidade do registro do sacro ou induzi-la a ocupar um lugar definido pretensamente como científico (como por exemplo nas tentativas efetuadas pelas classificações linguísticas) seriam ambas tentativas empreendidas com o intuito de retirar qualquer característica de historicidade do texto. Apesar de, na perspectiva positivista, ser esse o melhor destino a ser dado aos textos, não é a simples tentativa de circunscrever um texto ao terreno do sagrado, ou de cristalizá-lo nos modelos classificatórios empiristas, o que vai impedir que seja ele inscrito e inserido historicamente. No campo ideológico, o que estaria regendo o *modus operandi* da tradução assim concebida seria o encobrimento das implicações culturais e históricas enquanto tais,

relegando-as a um lugar cujo estatuto seria de somenos importância. Nesse sentido, o enclausuramento na sacralização, quer do texto original quer da sua tradução, ou a tentativa de um confinamento dentro dos modelos epistemológicos do positivismo, são exemplos de como se pode esquecer, ou explicitando melhor, recalcar na determinação da própria história e suas injunções, a manipulação de que pode ser vítima tanto um texto quanto a sua tradução.

Maneiras distintas são encontradas com o mesmo intuito, ou seja, evitar qualquer interrogação que pudesse se colocar como problemática para a tradução. Para os que não aceitam contradições nada como a inexistência de problemas, ou pelo menos que, ao existirem, possam ser eles solucionados de um modo que não comprometa o modelo científico hegemônico em vigência naquele momento histórico; as questões concernentes a uma teoria da tradução como as já apresentadas, quer pela via da interrogação sobre a sua própria condição de existência, quer pelo viés da classificação dos discursos em poético e científico não problematizaram o modelo positivista a partir do qual eram elas formuladas.

A história constitui fator determinante na forma como uma tradução vai ser operada. É enquanto realidade material que daria consistência à articulação entre lingüística, epistemologia e ideologia que se poderia postular o momento histórico no qual ocorre qualquer fato. A tradução implica em um presente circunscrito, aqui e agora, momento em que se estabelece uma relação entre língua-fonte e língua-alvo; “esse encontro tem sua história que faz com que ele não tenha sido possível antes, devido à ideologia que dominava a linguagem, o escrever e o traduzir.”<sup>167</sup> Em cada época, cada momento vai requerer um certo deciframento daquilo que se coloca como fato a ser interpretado, sendo também a linguagem um elemento que tem uma inserção histórica. “Cada época, segundo o momento histórico e as relações entre as línguas se mostra tanto nas traduções quanto nas obras.”<sup>168</sup> Heidegger já chamava a atenção para esse fato ao fazer uma crítica ao sistema lógico latino, que predica sem saber o que está exatamente sendo predicado, ao apontar a diferença histórica e cultural existente entre as duas mais

---

<sup>167</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p.211

<sup>168</sup> Idem, *ibidem*, p. 358

importantes culturas ocidentais, a grega e a latina.<sup>169</sup> Quanto à tradução que é feita do grego pelo e para o latim, vai ele afirmar que o pensamento romano adota as palavras gregas sem a sua experiência correspondente. O que por ele é chamado de experiência, talvez pudesse ser interpretado como sendo as circunstâncias históricas nas quais tais acontecimentos se deram.

“A noção de tradução é uma noção histórica”<sup>170</sup> nos afirma sem meias palavras Henri Meschonnic, afirmação que exige uma reflexão por trazer em seu bojo a inserção da problemática da tradução em um contexto diferente daquele no qual habitualmente é ela colocada. Inserir a problemática da tradução em suas relações com a história talvez possa ser um modo profícuo de tratar da questão por e para ela levantada, uma vez que “as posições teóricas e as práticas são situadas historicamente.”<sup>171</sup>

Um texto não tem a sua traduzibilidade assegurada “por natureza” como querem alguns; ao ser um texto, vai ser na relação estabelecida entre textos, entre culturas, que vai se definir a sua condição de traduzibilidade. Para justificar o asseguramento dessa “natureza” do texto encontra-se, no entanto, argumentos os mais variados possíveis, todos formulados para escamotear a relação da tradução de um texto com o momento histórico em que ela se dá, conseqüentemente, com a ideologia vigente naquela circunstância em que a tradução foi efetuada de um determinado modo e não de outro, para atender uma demanda específica.

Não há como negar, por mais que sejam feitas tentativas de escamoteamento das relações entre a realização de uma tradução e o momento histórico em que tal operação se deu, que “a escuta e a produção de uma linguagem nova pelo encontro histórico entre a poética de uma língua com a de outra, são o trabalho do tradutor.”<sup>172</sup> O campo onde esse tradutor vai operar, em última instância, é o da poética; é enquanto teorizada e inserida dentro do registro da história que uma poética terá condições de contribuir teórica e praticamente para a problemática da tradução. É nessa direção que aponta a teorização de Meschonnic, para quem “a poética é tomada como a epistemologia

<sup>169</sup> CHATELET, F. *A filosofia pagã*, p. 17

<sup>170</sup> MESCHONNIC, H *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 321

<sup>171</sup> Idem, *ibidem*, p. 322

<sup>172</sup> Idem, *ibidem*, p. 361

da escritura, de um objeto de conhecimento que é um texto como linguagem-sistema, enquanto esse sistema translingüístico é uma relação da língua como sistema, com um inconsciente como sistema e com uma ideologia como sistema.”<sup>173</sup>

Uma formulação de tal natureza vai exigir uma reflexão epistemológica não mais generalizada, e sim específica, partindo de um objeto definido e inserido em um determinado contexto histórico, regido pelas implicações ideológicas que lhe concernem.

“A tradução não é mais definida como transporte do texto de saída para o texto de chegada ou, inversamente, transporte do leitor de chegada, no texto de saída ( duplo movimento que repousa sobre o dualismo do sentido e da forma que caracteriza empiricamente a maior parte das traduções), mas como trabalho de língua, descentramento, relação inter-poética entre valor e significação, estruturação de um sujeito e história (que os postulados formais haviam separado) e não mais sentido. Essa proposição postula que o texto trabalha a língua como uma epistemologia no ato de um saber indissociável desta prática e que, fora desta prática, não é mais este saber, mas um significado.”<sup>174</sup>

É a sua circulação para além do campo da lingüística e a sua inserção histórica enquanto escritura que possibilita tanto ao texto quanto à tradução saírem do impasse no qual haviam sido colocados pelo raciocínio positivista que regia, até então, o trabalho desenvolvido pela teoria da tradução.

A tradução formulada segundo as proposições elaboradas por Meschonnic enquanto princípios sistemáticos de uma prática teórica da tradução e não como postulados arbitrários instigam a que se detenha nas relações entre tradução e poética, partindo da concepção da própria tradução enquanto histórica; tal concepção conduzirá a um descentramento por ele proposto, situando a tradução como uma relação entre dois textos em duas línguas-culturas diferentes. Assim, a tradução não mais se mantém petrificada na função que lhe estava reservada, de perseguir uma pretensa identidade com o original. A concepção segundo a qual “a tradução não deve dar a impressão de ser uma tradução” traz nela mesma dois sentidos propositadamente emaranhados, por serem eles distintos e no entanto confundíveis; enquanto o primeiro prega a transparência, remetendo a tradução a uma escritura ideológica passiva que se

---

<sup>173</sup> MESCHONNIC, H *Pour la poétique II Épistemologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 19

<sup>174</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 313-314

desconhece enquanto tal, prega o segundo a produção de um texto original em uma outra língua, idêntico ao criado na língua-fonte. Em ambos depara-se com a tentativa de negar a existência da tradução enquanto uma operação específica, distinta do papel de refletir especularmente, tanto no campo da idealização quanto no das próprias idéias, o texto que está por ser traduzido, como se possível fosse para ele ser ele mesmo. Se possível fosse a concretização dessa operação de identidade, desnecessária seria a própria tradução.

Pensar o ato de traduzir como um encontro histórico entre as relações lingüísticas e culturais de duas línguas produz um descentramento radical no modo como a questão da traduzibilidade|intraduzibilidade era tratada pelos teóricos que se debruçavam sobre a questão, descentramento que, ao introduzir a história na relação existente entre texto-fonte e texto-alvo, exige o surgimento de uma formulação que desestabilize o até então estabelecido. “Os encontros são históricos, mas situados em uma história das relações lingüísticas e culturais que tem sua relação por sua vez com a história.”<sup>175</sup> A especularização eterna e atemporal postulada e pretendida entre original e tradução é rompida pela inserção da operação que as estabelece, em um determinado momento, no contexto da história.

As considerações tecidas por Laymert Garcia dos Santos sobre a tradução por ele feita do *Discurso da Servidão Voluntária* de Etienne de la Boétie é exemplar enquanto demonstração dessas questões; suas reflexões dizem respeito aos questionamentos feitos sobre o original, sobre o momento histórico em que foram feitas as traduções, e sobre a tradução mesma.

“O manuscrito original confiado por La Boétie a Montaigne parece irremediavelmente perdido. Como, por razões políticas, o autor dos *Essais* teve de adiar *sine die* a publicação, a transmissão do texto realizou-se por quatro vias diferentes.”<sup>176</sup> Como traduzir um texto cujo original está para sempre perdido? Uma transmissão deste “original” foi feita, no entanto, sendo impossível negar a importância do contexto histórico no qual se deu, tanto a produção da obra pelo próprio De la Boétie

<sup>175</sup> MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*, p. 361

<sup>176</sup> SANTOS, L. G. *Da tradução*, prefácio, p. 7

quanto o momento em que foi possível ser feita a sua tradução, sem que se esqueça, ainda, das circunstâncias em que foi possível a sua efetuação.

Em uma bem cuidada edição bilingüe, após situar a conjuntura histórica das dificuldades para a transmissão do texto de De la Boétie, Laymert Garcia dos Santos chama a atenção para o fato que “para ouvir o *Discours de la Servitude Volontaire* é preciso aceitar, mas também desejar o registro em que ele se desenvolve”<sup>177</sup>, por se tratar de um texto escrito quatro séculos antes em francês arcaico sendo “outra a língua, outro o tempo, outro o lugar, outro o espírito. As dúvidas se multiplicam quando ficamos sabendo que, além do mais, o discurso de De la Boétie, sua voz, é singular, dentre os discursos do século: outra, portanto, é sua lógica, a sua linguagem e, também, a sua escanção.”<sup>178</sup>

Para se ter uma melhor compreensão dos fatos é interessante mencionar que a tradução do *Discours de la Servitude Volontaire* foi feita a partir do manuscrito de *De Mesmes*; quanto a este fato, constata-se que

“a simples comparação do manuscrito *De Mesmes* com sua transcrição na mesma língua, feita por Charles Teste, já testemunhava a traição. Traição grosseira, que manifesta a dupla incapacidade do século XIX, e que é uma incapacidade histórica: por um lado, incapacidade de compreender o estatuto do destinatário do discurso, demonstrado pela insistência de Charles Teste em querer “simplificá-lo” e “explicá-lo”; por outro, a impossibilidade de ler, de ouvir, o que o manuscrito *De Mesmes* está dizendo. Como o leitor poderá verificar, o contraste entre o texto e sua transcrição é gritante. Não se trata nem mesmo de uma transcrição: Charles Teste, soberana e paternalmente, corrige o texto desse “bom Etienne”, adaptando-o às verdades do século XIX.”<sup>179</sup>

Cada autor tem, poderíamos dizer parafraseando o ditado popular, o tradutor que merece; tal merecimento, entretanto, não se pode esquecer, está sempre inserindo historicamente, tanto no que concerne a um quanto no que diz respeito ao outro, ou seja, nem a produção do autor nem o trabalho do tradutor, nem um nem outro pode ser pensado fora da história na qual foi cada um, ao seu modo, elaborado. A história adquire, nessa configuração, um papel crucial não só no que se refere à tradução mas também ao momento de criação do original.

<sup>177</sup> SANTOS, L. G. *Da tradução*, prefácio, p. 8

<sup>178</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 9

<sup>179</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 9

O que faz com que uma tradução seja executada de uma determinada maneira, sendo aceita em um determinado contexto, para em um outro não ser reconhecida ou ser mesmo renegada? O que faz com que uma tradução envelheça, quando em contrapartida o texto original, mantendo todo o seu vigor, continua, independentemente e independente do passar do tempo, a pedir sempre uma outra nova leitura a mais?

Uma reflexão se faz necessária sobre as contingências históricas que através de um determinado modo de elaborar a tradução da obra freudiana encaminham-na para destinos questionáveis, encaminhamento que, uma vez efetuado perdura até hoje (afinal de contas, a única forma de acessar a obra de Freud em português ainda é a tradução oferecida pela *Standard Edition* Brasileira). Há que se refletir sobre os motivos que levaram tal obra a submeter-se às circunstâncias históricas que determinaram a sua tradução, conformando-se a passar por transformações tão radicais que chegaram ao ponto de desfigurá-la em vários de seus aspectos, tamanha a impossibilidade histórica de que fosse traduzida a novidade nela e por ela engendradas. Em se tratando de uma produção científica, tal obra deveria ser traduzível, apesar dos graves problemas provocados pelas características específicas do estilo de Freud, fator inegavelmente decisivo nas dificuldades encontradas para que sua tradução realmente se efetivasse.

Uma operação de censura parece estar a funcionar intermitentemente, não só no que diz respeito à questão do sujeito mas, desdobrando-se também para a produção do saber. “Esse defeito de tradução que nós chamamos, na clínica, recalque”<sup>180</sup>, pode estender-se também para o campo da cultura, adquirindo no âmbito do público estatuto semelhante ao que goza no registro do privado. “A análise do recalco da história aponta para o interdito-de-si fundador do grupo sujeito, que contém o princípio de toda regulação social da memória.”<sup>181</sup> Essa analogia entre registros de negação tanto no geral quanto no particular não parece se dar por mero acaso. Pensar o recalco como extensivo ao campo social, cumprindo aí também suas funções de censura, pode subsidiar desdobramentos a serem investigados.

<sup>180</sup> FREUD, S. Apud. STRIL-REVER, S., *Le refoulé de l'histoire*, p. 7

<sup>181</sup> STRIL-REVER, S. *Le refoulé de l'histoire*, p. 139

Uma idéia não é transmissível, definitivamente, em sua íntegra. Algo dela se perde, sempre; a comunicação posta como falha, por definição, demanda um conceito que suporte tal operação. Tal operação não seria da ordem de um mero esquecimento, provocado por uma repressão que com algum esforço consciente, tornaria possível evidenciar-se o que tanto se tentava esconder. Tal censura mais parece efeito de uma operação anterior e mais radical, o recalque, que pressupõe, por sua vez, conceitualmente, a existência do conflito. É enquanto produto da operação do recalque, chamada por Freud de solução de compromisso, que se poderia postular para a tradução um lugar de equivalência com o sintoma.

A tradução elaborada enquanto sintoma possível naquela conjuntura efetuou, inicialmente, uma assepsia prévia do texto para em seguida efetivar a amputação cirúrgica do próprio pensamento freudiano naquilo que ele portava de mais inovador, sendo essa a maneira mais adequada para, enquanto solução de compromisso naquele momento histórico, viabilizar uma certa transmissão da teoria psicanalítica, transmissão que, atendendo à demanda de uma orientação ideológica específica, veiculasse a psicanálise e ao mesmo tempo impedisse, nessa circulação, o aparecimento do que de realmente novo trazia ela enquanto produção científica.

Como se poderia situar dentro dessa perspectiva elementos considerados intraduzíveis na teoria freudiana? A dificuldade de operar com tais elementos não poderia se limitar a ser pensada simplesmente como da ordem de uma incompetência lingüística, apesar de até mesmo Roman Jakobson haver partilhado da concepção de não traduzibilidade do texto poético (devido às suas próprias características), não se detendo ele, no entanto, ao fazer uma afirmação dessa natureza, no fato de que tal argumento poderia não passar de uma resistência de sua parte, que emitir um parecer dessa ordem sobre um ponto de tamanha importância poderia ter, em última instância, um caráter mais ideológico que científico.

Não se pode deixar de enfatizar que a tradução da obra de Freud efetivada pela *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* está organicamente inserida em um momento histórico definido, vivido por uma determinada cultura, a inglesa no caso, que tenta se apropriar da novidade freudiana

segundo os moldes da moral vigente naquela conjuntura histórica, negando, ou pelo menos tentando ocultar o caráter de sua postura ante a psicanálise enquanto uma ciência, como sendo nitidamente ideológico. Tal fato adquire maior consistência quando nos deparamos com as evidências fornecidas pelo próprio trabalho de tradução, a ser examinado posteriormente, quando nos defrontamos com o produto apresentado pela tradução ora investigada.

O endereçamento dado às elaborações teóricas freudianas referentes ao chamado campo social, ou seja, quando da tradução dos chamados textos culturais de Freud transformam-se em material de inequívoca demonstração dos argumentos aqui apresentados. Tais textos sofrem vicissitudes inimagináveis regidas pelo momento histórico em que suas traduções foram feitas agenciadas pela ideologia dominante naquela conjuntura, guiando a pena que as executou, apresentando o produto final de seu trabalho à comunidade científica psicanalítica como “a tradução oficial” da obra freudiana, digna emissária responsável pela disseminação de seu pensamento.<sup>182</sup> Como algo asséptico poderia ser disseminado é o que se coloca; uma vez que se cogita uma disseminação, é como se houvesse, nessa postura, um saber sobre a impossibilidade de contenção de uma pretensa virulência contida nos ensinamentos freudianos, que deveriam ter o seu avanço impedido, ou pelo menos dificultado o máximo possível; a eles há que se opor tenaz resistência.

A tentativa da ideologia, no cumprimento específico de sua função, seria encobrir as circunstâncias históricas em que se deu a tradução, com o intuito último de perenizar aquele momento de uma maneira tal como se não houvessem implicações históricas na determinação dos acontecimentos, conservando *ad infinitum* o estado de coisas daquela conjuntura. Nessa perspectiva a cronologia se transformaria em eterna repetição do mesmo, garantindo a permanência de um estado conservador.

Maneiras e maneiras outras existem para se pensar a cronologia. Desde que Urano foi por Cronos castrado, condenados estamos ao seu império. Maneiras existem várias para se pensar o tempo. Já os gregos não ficaram indiferentes à

---

<sup>182</sup> Para tal, remetemos, basicamente, aos textos de Freud, *Psicologia de grupo e análise do ego*, *O mal estar na civilização*, que serão examinados nessa perspectiva, subseqüentemente, nessa dissertação

estranheza do tempo; a mudança e o movimento eram por eles problematizados enquanto tempo, segundo uma concepção circular cujo fechamento fazia com que as coisas sempre voltassem ao ponto de partida para que sempre houvesse o eterno retorno.

Uma temporalidade fundada em uma apreensão lógica do tempo poderia ser uma modalidade para se apropriar do tempo. Jacques Lacan, partindo de um sofisma, propõe que seja o tempo inserido não mais no âmbito do cronológico mas sim no do lógico, evidenciando, nos movimentos do sofisma por ele trabalhado, a própria estrutura do tempo enquanto lógica: “o instante do olhar, o tempo para compreender e o momento de concluir.”<sup>183</sup> Como elemento a dar consistência a tal estrutura, poder-se-ia aventar nada mais que a verdade histórica enquanto construção, tal como é ela formulada por Sigmund Freud.<sup>184</sup> A história não mais restrita ao reino de Cronos, pensada em termos lógicos, fundada na verdade postulada enquanto histórica aponta para construções possíveis, a serem desenvolvidas.

---

<sup>183</sup> LACAN, J. *Écrits*, p. 204

<sup>184</sup> FREUD, S. *Construções em análise*, p. 302

## 2. Da tradução e de suas relações com a psicanálise: paradigma e paradoxo

Em suas relações com a tradução, a psicanálise se apresenta ao mesmo tempo como paradigma e paradoxo. Através da ocupação dessa posição ímpar, indica a ineficiência dos raciocínios elaborados até o presente momento quanto à obtenção de uma resposta satisfatória para tal problemática, tanto no que se refere ao campo da teoria quanto ao campo da prática do ofício de traduzir. Essa dupla posição, ao mesmo tempo modelo e problema, pode inserir a psicanálise proficuamente no que se refere às questões concernentes não só à teoria da tradução como também às relações entre a tradução e os demais domínios do saber.

“A psicanálise é uma ciência que “fala o alemão”- poder-se-ia dizer, parafraseando Heidegger, para quem a filosofia “fala o grego”.<sup>185</sup> O atrelamento de um saber ao idioma no qual foi concebido originalmente é fato difundido por vários tradutores. LADMIRAL, conhecido teórico e também tradutor de textos psicanalíticos, assim como o próprio Freud, já apontavam para a dificuldade ou particularidade de se exercer o ofício da tradução quando o texto a ser trabalhado fosse psicanalítico.

Não se pode esquecer ainda, que já a obra inaugural da psicanálise, *Die Traumdeutung*, refere-se nada mais nada menos que aos sonhos; não olvidando essa dificuldade referente à tradução de textos psicanalíticos, Freud salientava que “realmente os sonhos se acham intimamente relacionados com a expressão linguística; nesse sentido, Ferenczi (1910) corretamente observou que todo idioma possui sua própria linguagem onírica. É impossível em geral traduzir um sonho numa língua estrangeira e isso

---

<sup>185</sup> LADMIRAL, J.-R. *Traduzir – teoremas para a tradução*, p. 240

implica igualmente, imagino eu, um livro como este.”<sup>186</sup> Ninguém menos que Sigmund Freud aponta para a dificuldade da tradução de uma obra com as características d’*A Interpretação dos Sonhos*; tal dificuldade vai exigir uma discussão sobre o problema por ele apontado.

Um dos modos de colocar em pauta discussão de tal envergadura poderia se dar pela retomada da argumentação desenvolvida por Roman Jakobson quanto à possibilidade de tradução de qualquer experiência cognitiva. Mesmo para ser traduzido na própria língua materna, o sonho já coloca problemas pelo seu inerente caráter intersemiótico de carta enigmática. Uma outra forma de buscar subsídios para essa discussão é recorrer precisamente ao texto de Freud, quando de sua afirmação “nos sonhos as palavras são tomadas como coisas”<sup>187</sup>, ou “os sonhos desprezam as conjunções sendo somente o conteúdo substantivo dos pensamentos oníricos que assumem e manipulam”<sup>188</sup>, para ele interessa “o que é reproduzido pelo pensamento ostensivo do sonho, é o assunto dos pensamentos oníricos e não as relações mútuas entre eles, cuja asserção constitui o pensamento.”<sup>189</sup> Tanto um argumento quanto o outro explicitam que a tradução não pode ser reduzida a um ato de mera transposição mecânica, que ela não é apenas substituição de um termo pelo seu equivalente na outra língua. Ao serem formuladas tais proposições, apontando para outra maneira de encaminhar a questão, torna-se necessário uma revisão da problemática posta pela tradução quanto à sua possibilidade de se efetivar concretamente, possibilidade que necessita de sustentação tanto prática quanto teoricamente. A psicanálise pode vir a ser aquela que, enquanto paradigma e paradoxo pela problemática da tradução, serviria de objeto para as demonstrações e investigações demandadas.

Façamos uma circunscrição mais precisa do campo do conhecimento no qual vai se dar a inserção da psicanálise enquanto ciência, situando-a no momento histórico no qual é ela fundada.

“Na Viena da época de Freud, a psicologia não era uma ciência natural, mas um ramo da filosofia; ela era principalmente especulativa e descritiva, de conteúdo essencialmente humanista. Só depois da segunda guerra mundial a psicologia em Viena saiu desse quadro de referência e, mesmo então, o

<sup>186</sup> FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*, pp. 106-107

<sup>187</sup> Idem, *ibidem*, pp. 315-323

<sup>188</sup> Idem, *ibidem*, p. 332

<sup>189</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 333

processo foi lento e cauteloso, quando os psicólogos começaram imitando os cientistas naturais em seus métodos e formas de pensamento.”<sup>190</sup>

Como se constata, o quadro das ciências tinha em momento e lugar específicos, uma constituição bastante distinta da que tem hoje. A diferença histórica no modo de inserção de uma ciência na comunidade científica da época introduz um elemento um tanto quanto curioso para se avaliar como a psicanálise poderia ser enquadrada dentro de uma classificação das ciências.

A psicologia tinha como característica, para a cultura alemã da época da fundação da psicanálise, ser integrante do campo da filosofia. Quando se pensa na época e no leitor inglês para quem se dirige a tradução das obras completas de Sigmund Freud empreendida pela *Standard Edition* sob a coordenação de James Strachey, depara-se-nos uma outra configuração. No momento histórico no qual foi concebido conceitualmente o projeto da tradução da obra de Freud, o que se coloca concretamente é outra situação, ou seja, para o leitor alvo do trabalho empreendido, a palavra ciência remete não à filosofia, como acontecia no momento de fundação da psicanálise para o alemão, mas sim às chamadas “ciências naturais”, onde estava localizada a psicologia, na época inserida dentro da comunidade científica enquanto uma ciência baseada na experimentação, na quantificação, na reprodução e na estatística. Como se constata, já esse primeiro movimento da psicanálise visando sua *ductio*, implicaria em ter claro para onde deveria ser ela encaminhada; uma definição do campo de saber do qual seria ela integrante transforma-se em necessidade.

Na língua alemã, língua na qual a psicanálise foi originalmente escrita, e que isso não seja em momento algum esquecido, existem a *Geistwissenschaft* e a *Naturwissenschaft*. Tais palavras classificatórias do campo das ciências poderiam ser traduzidas, respectivamente, para a língua portuguesa por ciências humanas e ciências naturais.

Qual lugar deveria ser ocupado pela psicanálise nessa divisão? Caberia a ela um lugar entre as ciências humanas, ou seja, deveria ser ela

<sup>190</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 51

considerada uma *Geistwissenschaft*? Ou deveria ser ela, ao contrário, enquadrada entre as ciências naturais, ocupando seu lugar como uma *Naturwissenschaft*?

A psicanálise, e isso pode ser afirmado com o devido respaldo epistemológico, é uma *Wissenschaft*, ou seja, é uma ciência. Entretanto, apresenta-se ela com características deveras específicas, características observadas e apontadas por alguns tradutores, tanto práticos quanto teóricos, como o faz LADMIRAL, por exemplo, quando chama a atenção para particularidade da psicanálise de que “o discurso científico da psicanálise tem uma faceta comum com o discurso poético, que é a de convir integrar a conotação na denotação quando se empreende traduzi-lo.”<sup>191</sup> Uma formulação dessa natureza torna impossível para a psicanálise ser classificada como denotativa ou como conotativa; o que seria claramente uma dificuldade vai situá-la ao mesmo tempo como paradigma e paradoxo para a problemática da tradução. Ao apresentar-se a psicanálise como integrando a conotação na denotação, o que poderia ser tomado como um paradoxo transforma-se em paradigma para uma teoria da tradução, paradigma que aponta para a inconsistência teórica da tradução que, em um primeiro momento, após optar pela traduzibilidade, encaminha, posteriormente, a resolução do problema para o campo da classificação. Paradigma e paradoxo, a psicanálise passa a exigir necessariamente uma reflexão sobre a problemática por ela posta em cena.

Estar a psicanálise incluída em uma classificação integrando a *Geistwissenschaft*, implicaria em se estar diante da necessidade de refletir sobre questões referentes à transmissibilidade da própria psicanálise. Estar inserida no grupo das ciências humanas não é o mesmo que fazer parte das ciências naturais.

Dentro da divisão das *Wissenschaften*, não caberia à psicanálise, segundo os critérios utilizados para efetuar uma classificação, outro lugar que não entre as *Geistwissenschaften*:

“quer Freud analise seus sonhos, que são unicamente seus, ou estabeleça a história passada de pacientes, ou examine o que constitui a essência de uma obra de arte e como ela se relaciona com a vida e personalidade do artista, ou analise a origem das religiões ou dos rituais, a psicologia das massas ou a base da sociedade ou do monoteísmo, ele está trabalhando dentro do quadro de referência das *Geistwissenschaften*.”<sup>192</sup>

<sup>191</sup> LADMIRAL, J-R. *Traduzir: teoremas para a tradução*, p. 240

<sup>192</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 58

O fato de ser a psicanálise localizada por uma vertente epistemológica, como da ordem das “ciências humanas” não a isenta de ser, concomitantemente, objeto e alvo de um movimento por parte de outra vertente epistemológica, cuja intenção seria endereçá-la ao campo das “ciências naturais” vinculando-a ao saber e estatuto da medicina. Pode-se aventar a hipótese que a *Standard Edition* deu uma contribuição de enorme valia para esse encaminhamento. Que se tente explicitar melhor a configuração na qual se dá essa contribuição para corroborar tal postura.

“Tais métodos de tradução são reforçados pelo fato de que a literatura científica inglesa requer um grau de clareza e explicitação que a prosa alemã não pede... Enquanto que os autores ingleses, particularmente em escritos científicos, evitam ambigüidades, as obras em alemão estão cheias delas. A literatura psicanalítica, que se ocupa em tão elevado grau do inconsciente - ele próprio cheio de ambigüidades e contradições -, tentará fazer-lhe jus, ao passo que o bom estilo inglês impõe que tais ambigüidades sejam evitadas. Em teoria, muitos dos tópicos tratados por Freud permitem tanto um enfoque hermenêutico-espiritual quanto um positivista-pragmático. Sempre que tal ocorre, os tradutores ingleses optam quase sempre pelo segundo, sendo o positivismo a tradição filosófica inglesa mais importante.”<sup>193</sup>

Estava posto então, para os editores de Freud da língua inglesa, o desafio de moldar a teoria psicanalítica de uma tal forma que pudesse ela se encaixar dentro dos preceitos básicos das ciências naturais, aos quais a medicina se adequa tão bem. O modelo teórico da medicina é de natureza e tradição reconhecidamente positivista, modelo onde a experiência e a relação causa-efeito são leis fundamentais que lhe dão sustentação.

Como se constata facilmente, classificar a psicanálise como pertencente a um ou ao outro grupo, não parece ser tarefa sem complexidade; também não se pode minimizar a importância que acarreta para ela, estar situada e fundamentada, epistemologicamente, como pertencente às “ciências humanas” ou às “ciências naturais”.

Autores posicionam-se de maneiras distintas sobre a questão. A leitura feita da obra de Freud por Paul Ricoeur tenta evidenciar a presença de um polo por ele chamado de energético e de um outro, hermenêutico – “os escritos de Freud se apresentam, de imediato, como um discurso misto, até mesmo ambíguo, que ora enuncia conflitos de força justificando uma energética, ora relações de sentido justificando uma

<sup>193</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 59

hermenêutica.”<sup>194</sup> Seria esse o polo a ser priorizado por Ricoeur; sua postulação é de que haveria um movimento crescente do polo energético em direção ao polo hermenêutico, à medida que avançam as formulações freudianas, tendendo a psicanálise, em sua evolução, a ser uma hermenêutica. Em sua obra *Da interpretação – ensaio sobre Freud*, estabelece uma divisão onde, em verdade, ela não existe; tal separação é feita para, no momento seguinte, nomear o todo por ele mesmo dividido de hermenêutica freudiana, postulando-a como ultrapassagem do polo energético. Conceitos fundamentais para Freud como pulsão, recalque, inconsciente são conceitos que jamais poderiam ter seu componente energético abandonado, por serem eles conceitos metapsicológicos, ou seja, por se constituírem a partir dos três registros que compõem a metapsicologia freudiana, sendo, por isso mesmo, conceitos legitimamente psicanalíticos.

Se por seu lado Bruno Bettelheim tece seus argumentos com o intuito de situar a psicanálise como integrante das “ciências humanas” colocando-a literalmente como um humanismo, outros autores tentaram uma fundamentação que a inserisse no outro polo, ou seja, o das ciências naturais. Em sua *Introdução à epistemologia freudiana*, Paul-Laurent Assoun afirma que

“para Freud, a psicanálise é uma *Naturwissenschaft*: na realidade, não há, literalmente falando, ciência senão da natureza. *Naturwissenschaft* equivale, praticamente, a *Wissenschaft*. Quer dizer: a ambição de cientificidade remete, de modo exclusivo e pleonástico, a uma norma que emana da ciência da natureza. É por esse motivo que, nos escritos de Freud, a alternativa é clara: se a psicanálise é uma ciência digna desse nome, então é *Naturwissenschaft*”<sup>195</sup>

É curioso que um argumento de tal ordem se sustenta em um empreendimento que tenta fundamentar a metapsicologia como o cerne do pensamento freudiano, empreendimento que, de modo explícito, se dispõe a considerar tanto as implicações epistemológicas quanto as ideológicas na constituição do pensamento freudiano. No entanto, não se pode esquecer que em se tratando de uma posição ideológica, deve-se salientar que a atribuição de caráter científico às ciências naturais não poderia passar despercebida. Tal posição é semelhante à dos lingüistas que classificavam o texto em científico e poético, com os desdobramentos que já nos são conhecidos. Em sua argumentação, Assoun não poupa críticas ao humanismo de Ricoeur, à fenomenologia de Binswanger ou de Hyppolite como também

<sup>194</sup> RICOEUR, P. *Da interpretação – ensaio sobre Freud*, p. 67

<sup>195</sup> ASSOUN, P.-L. *Introdução à epistemologia freudiana*, pp. 50-51

não vai poupar as tentativas por ele nomeadas de revisionistas, empreendidas pelos americanos.

“Sem dúvida, não é por acaso que os dois descobrimentos que modificaram o mundo cultural, num espaço de cinquenta anos, pertencem ao que se convencionou chamar Ciências Humanas ou Sociais, e que rompem com os processos tradicionais de descobrimento nas Ciências da Natureza e nas formações teóricas da ideologia.”<sup>196</sup> Assim posta a questão, nítido fica que a determinação do lugar onde ancorar epistemologicamente a psicanálise tem implicações de seriedade ímpar.

Uma característica há que ser salientada. A produção científica de Freud é, inequivocamente, de outra ordem; pelas especificidades próprias da psicanálise, o texto é para ela fonte e meio de produção do seu corpo teórico, do qual o discurso poético é, inquestionavelmente, componente de fundamental importância.

Uma opção teórica por uma epistemologia positivista implica em uma tendência de apagar justamente essa característica inerente e fundamental, atribuindo ao discurso psicanalítico características mecanicistas, onde não há lugar para qualquer mal dito ou imprecisão, onde a ambigüidade não teria lugar. O que decorreria de tal postura seria uma deturpação, não apenas do texto de Sigmund Freud, mas do próprio saber por ele criado através da sua obra. Se é o próprio texto de Freud problemático quando se leva em conta tais considerações, tais problemas adquirem um estatuto de gravidade relevante quando são eles complicados mais ainda pelos efeitos de tradução operados nesse texto que, em verdade, não traduzem a psicanálise como foi ela concebida pelo seu fundador mas, ao contrário, encaminham-na para um enquadramento epistemológico condizente com as premissas do positivismo. Ora, entre a teoria psicanalítica tal qual é ela formulada por Freud e o positivismo existe uma incompatibilidade conceitual de base. As relações causa-efeito, o centramento na consciência (para citar apenas alguns elementos), são suficientes para indicar a heterogeneidade das posições epistêmicas. Assim sendo, através de traduções efetuadas sob uma perspectiva positivista, poderiam estar aqueles que se interessam pela psicanálise sendo falsamente induzidos a circunscrevê-la, sem nenhuma problematização, a um lugar que não é verdadeiramente aquele que pretenderia ela ocupar.

É a psicanálise passível de ser traduzida? Ao se levar em consideração suas características discursivas, como deveria ser ela classificada, como ciência ou como literatura? Se como ciência, em qual campo estaria mais adequadamente situada: entre as ciências naturais ou entre as humanas? Ao explicitar tais questões, a psicanálise e sua tradução são postas como paradoxo e paradigma, exigindo a partir desse lugar ocupado, a formulação de uma nova problemática.

A psicanálise se apresenta à tradução, como um paradoxo. Segundo determinados critérios epistemológicos, é ela considerada como uma ciência. O fato de apresentar-se discursivamente com uma estrutura compatível com a que é atribuída, pela lingüística, ao discurso literário e não ao discurso científico, colocam-na em um lugar deveras particular, ou seja, a psicanálise se apresentaria, a partir da obra freudiana, como sendo uma ciência, estabelecida enquanto tal segundo critérios epistemológicos definidos; aí estaria, no entanto, o paradoxal do lugar por ela assumido, uma vez que estaria classificada como pertencente à categoria literária e não à científica. O fato de Sigmund Freud ter sido agraciado com o prêmio Goethe, importante premiação literária da língua alemã, atesta com clareza inquestionável a consistência de tal argumentação. A maneira paradoxal como se apresenta a psicanálise para uma classificação discursiva que separa os discursos em científico e poético transforma-se em um sério problema para o modo como até então se elaborava a questão da traduzibilidade de um texto, segundo critérios classificatórios.

Como elaborar esse paradoxo que se apresenta à tradução através da psicanálise é uma questão, principalmente porque esse paradoxo se refere justamente ao que proporciona as condições para que ocorram avanços teóricos para uma teoria da tradução, exatamente no que concerne àquilo que se colocava para ela como sério problema.

É nessa posição de paradoxo que a psicanálise vai ser colocada como paradigma que explicita a falência das concepções classificatórias engendradas para refletir sobre as questões postas por e para a tradução. Independente da

---

<sup>196</sup> ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*, p. 76

oposição entre a estrutura do discurso poético e a do discurso científico, de cada um deles ocupar um lugar distinto no que se refere à possibilidade linguística teórica de ser um texto traduzível ou não, torna-se evidente que o deslocamento da dicotomia traduzibilidade|intraduzibilidade para uma outra polaridade, a da classificação do texto em poético ou científico, não foi o suficiente para resolver o problema apontado pela tradução.

O argumento que sustentava tal postura, ou seja, a classificação dos discursos em poético e científico é, em última instância, o mesmo argumento que sustentava a dicotomia anterior, apresentado como se fora novidade e avanço. Se anteriormente a questão era colocada de uma maneira mais radical com uma interrogação sobre a própria condição de existência da traduzibilidade, nessa segunda o que vai se dar é apenas um deslocamento. Esse deslocamento surge como uma tentativa de sustentar, ao nível teórico, a tarefa de eliminar o que talvez pudesse ser denominado como a radicalidade da palavra tradução. Tal tentativa, no entanto, ao invés de enfrentar de modo explícito a questão da traduzibilidade, vai apresentar uma pretensa nova formulação que, em verdade, nada mais seria que uma mimetização do mesmo problema, continuando igual ao que era antes, aparecendo sob nova roupagem como se fora outro.

Ao ser feita uma postulação segundo tal orientação classificatória, anula-se a possibilidade de existência de uma modalidade discursiva que não se enquadre em nenhum dos dois grupos propostos, seja por ela se apresentar como detentora de uma estrutura radicalmente diversa, que não se enquadra em nenhuma das duas categorias, seja por ser composta de uma estrutura híbrida, onde possam ser identificadas características tanto de um quanto do outro dos ramos principais da classificação discursiva.

A psicanálise se constitui como um discurso, por excelência, enquanto paradoxo e paradigma, na coexistência do científico e do poético, características que são constitutivas de seu corpo teórico, de seu objeto de investigação e do modo como foi ela concebida pelo estilo do seu fundador. Sejamos, pois, mais claros. O fato de ter sido a psicanálise forjada enquanto ciência utilizando para a sua produção um linguajar cotidiano, trabalhando com a linguagem justamente por ser através dela que é possível o acesso aos efeitos produzidos pelo inconsciente, ou seja, a forma como escolheu Freud o seu objeto de trabalho e foi, através dele, construindo a psicanálise enquanto ciência, são

eles, fato e forma, indicadores da posição de paradigma e paradoxo assumida pela psicanálise no campo científico. É a especificidade do seu objeto-de-conhecimento que outorga a ela o estatuto de ciência; a especificidade desse objeto está posta tanto na sua escolha como na forma como é ele utilizado para a formulação da própria psicanálise enquanto ciência. É a escolha e o modo de operar com esse objeto no trabalho de Freud com sua língua materna, o que encaminha a sua produção para um tipo de discurso qualificado por alguns como não científico, ou seja, como poético ou literário, dentro das classificações vigentes.

É pelas características do seu objeto-de-conhecimento que a erige como ciência, que a psicanálise, a partir da classificação que distingue os discursos em científico e poético, não pode ser considerada ciência; se para ela seu objeto-de-conhecimento se coloca como paradigma, para as classificações discursivas vai ele ser enquadrado como paradoxo. O que a psicanálise explicita com suas características de paradigma e paradoxo é, nada mais nada menos, que a necessidade de uma nova problemática que demande outras respostas que não as encontradas quanto à questão da traduzibilidade. É pela eleição do seu objeto de conhecimento e pelo modo de como vai com ele operar que Freud, ao criar a psicanálise, vai situá-la, por um lado, enquanto paradoxo para as classificações ainda em voga para determinadas vertentes da lingüística, uma vez que a psicanálise ocupa uma posição inclassificável dentro dos modelos vigentes; por outro, como paradigma que possibilita uma nova reflexão sobre a tradução, forçando, por exemplo, uma articulação entre lingüística, epistemologia e ideologia através da materialidade histórica do sintoma.

Por se apresentar com tais especificidades, a psicanálise recoloca o problema posto até então para a teoria da tradução. Com a separação efetuada pela classificação dos textos em científico e poético, tendo cada um deles diferentes atribuições e possibilidades quanto à sua traduzibilidade, não se resolveu, como em um primeiro momento se chegou a cogitar, a problemática que se endereçava à tradução. É justamente a psicanálise, enquanto paradoxo e paradigma, aquela que aponta para a insuficiência da saída encontrada, sem com ela compactuar, exigindo novos desdobramentos para um enfrentamento da questão.

A proposta de uma distinção nítida entre os dois tipos de discurso, científico e poético, satisfazia tanto a gregos quanto a troianos; aqueles que defendiam a possibilidade plena da tradução têm no discurso científico o guardião de suas idéias, ao passo que os defensores da impossibilidade do ato de traduzir, encontram nas características do discurso poético um lugar inegavelmente corroborador de seus argumentos.

Quanto à psicanálise, é a marca poética de seu discurso, o que se coloca como problemático para uma teoria da tradução, ou seja, como paradoxal, já que, enquanto ciência, estaria ela com a sua traduzibilidade assegurada; no entanto, pelo viés do discurso poético que também a constitui, estaria ela situada como impossível de ser traduzida. É esse o estatuto da psicanálise no que se refere à tradução: ao mesmo tempo paradoxo pela sua impossibilidade de enquadramento, tanto na dicotomia possibilidade|impossibilidade de ser traduzida, quanto na classificação do discurso em poético e científico; também paradigma enquanto ciência que, por suas particularidades, se coloca como referência a partir da qual a problemática suscitada pela tradução poderia se formular de uma outra maneira.

### 3. Da tradução e de suas relações com a obra de Freud: tradição e traição

A tradução da obra de Freud à qual se tem acesso é publicada no Brasil pela Imago Editora Ltda., sob o título de *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, traduzida da edição inglesa que também leva, o mesmo título. Essa tradução, apesar da proposição de ser uma standardização da obra freudiana, apresenta aos leitores de língua portuguesa problemas das mais variadas ordens para a transmissão da psicanálise; que se faça uma investigação de alguns deles, a partir da verificação de tais problemas no próprio corpo do texto traduzido. Propõe-se realizar uma avaliação de alguns dos efeitos provocados por essa tradução, efeitos provenientes da relação entre lingüística, epistemologia e ideologia, articulados enquanto sintoma possível no momento histórico em que efetuou-se tal empreitada.

A tradução feita para o inglês da obra de Sigmund Freud, a partir da qual foi feita a tradução à qual temos acesso na língua portuguesa, tem como uma das características mais destacadas a tentativa de desproblematizar o máximo possível o estilo de Freud que, enquanto tal, mostrava-se complicado para submeter-se à tradução como sendo de caráter científico. O texto apresentado em português, através do qual nos é permitido ler a obra freudiana deturpa, em consequência dessa característica da tradução da *Standard Edition*, o pensamento freudiano quanto à sua própria concepção, efetivando, em decorrência de sua posição metodológica, uma inequívoca transformação do aparelho teórico elaborado por Freud, tanto no que tange à tópica quanto à energética que o engendra, e, consequentemente, no que tange às possíveis relações entre elas.

O que se determina como uma desproblematização do estilo freudiano refere-se a uma operação muito específica levada a cabo por aqueles que

elaboraram a tradução da obra de Freud para a língua inglesa. “Uma característica evidente do estilo de Freud é o uso de um vocabulário comum que circula entre as várias áreas de referência, unificando-as.”<sup>197</sup> Os preceitos sob os quais foi concebida a standardização de sua obra transformaram o seu próprio estilo em um sério problema para a sua tradução já que, ao invés de traduzir o texto freudiano respeitando seu estilo, o que se fez, em verdade, sob a égide de uma pretensa uniformização do texto, foi uma deturpação da teoria psicanalítica, deturpação que incidia no objeto a partir do qual Freud elaborou a sua teoria, a linguagem. “Muitas das expressões que ele usou foram reduzidas a meros termos técnicos, as palavras essenciais não mais se revestem da multiplicidade de conotações especiais que possuíam, embora Freud as escolhesse precisamente por conterem um significado profundo e vibrarem com ressonâncias humanistas especiais.”<sup>198</sup> Freud, ao conceber a teoria psicanalítica, partia de um trabalho com a língua materna, utilizando-a como instrumento constituinte da elaboração de sua teoria.

“Caracteristicamente estruturado de maneira fragmentária, e não de maneira abrangente, o estilo de Freud adaptava-se flexivelmente à psicanálise como ciência em crescimento, ao inconsciente como sendo fundamentalmente incognoscível, e à própria linguagem verbal, que consegue apenas aproximar-se das imensas complexidades da vida inconsciente. Também é por isso que ele preferia utilizar termos vigorosos, termos do cotidiano, extraídos de sua própria língua alemã viva, ao contrário da preferência de seus tradutores ingleses por uma terminologia extraída basicamente das línguas clássicas mortas.”<sup>199</sup>

É esse um fato de fácil verificação por ser ele fartamente apontado por alguns daqueles que envolveram-se com a tradução do texto freudiano. “Sempre que Freud julgou possível, tentou comunicar suas novas idéias em termos extremamente comuns, em palavras que seus leitores estivessem habituados a usar desde a infância; sua grande façanha como estilista foi empregar essas palavras de tonalidade, significados e *insights* que não faziam parte do seu uso cotidiano”.<sup>200</sup> Como se constata a partir dessas observações, o estilo de Freud é peça fundamental e indispensável para a própria constituição da psicanálise.

“Freud especula com freqüência a respeito de conceitos a partir das palavras que os designam, enveredando por digressões e estabelecendo conexões mais interessantes. Tudo isto torna a leitura do texto freudiano original freqüentemente muito prazerosa e fluida, pois Freud, além de ter um estilo literário, preferia utilizar os termos da língua coloquial, ou seja, palavras

<sup>197</sup> MAHONY, P. *Sobre a definição do discurso de Freud*, p. 65

<sup>198</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 20

<sup>199</sup> MAHONY, P. op. cit., p. 30

<sup>200</sup> Idem, *ibidem*, p. 22

germânicas, evitando abusar de termos latinos ou gregos (que em alemão soam como eruditos)”<sup>201</sup>

A diferença que se nos apresenta entre a concepção do texto original e os preceitos seguidos para a sua tradução parecem-nos inconciliáveis dentro de uma perspectiva freudiana. A referida tradução, ao invés de usar o inglês cotidiano dentro da mesma perspectiva que o autor traduzido usava o alemão - e o comentário aqui feito estende-se, conseqüentemente, ao português, no caso da tradução para a nossa língua (que é feita em verdade, diretamente do inglês, apesar da menção de ser ela uma tradução feita diretamente do alemão). A referida tradução britânica, ao invés de usar a língua inglesa cotidiana para traduzir o alemão do dia-a-dia, recorre em alguns momentos ao artifício de recorrer da tradução triangular, utilizando-se do latim como língua intermediária, para só depois chegar ao inglês (ou o português). Esse recurso é empregado, e isso deve ser salientado, para traduzir palavras que têm o seu equivalente na língua para a qual esta sendo feita a tradução, equivalente sem maior dificuldade para uma tradução direta, não sendo necessário, sob qualquer justificativa, o recurso a uma língua intermediária. “Na maioria dos casos, existiam boas palavras, facilmente acessíveis, para dizer em inglês o que Freud disse em alemão, se ao menos os tradutores se contentassem em usá-las.”<sup>202</sup> A utilização da tradução triangular como artefato opera com um efeito de descaracterização do estilo freudiano trazendo conseqüências para a transmissão da psicanálise pois, ao ser desfigurado o modo de produção de uma ciência de moldes tão particulares, é uma transformação da própria ciência o que está, em verdade, sendo feito.

O recurso ao latim para traduzir alguns conceitos freudianos não é utilizado sem produzir efeitos graves para a transmissão da psicanálise. Ao invés de possibilitar uma apropriação do conceito baseada no uso cotidiano da língua materna (como é a proposta de Freud), o que ocorre é uma assimilação teórica abstrata, fundamentada na atividade conceitual, através da definição teórica enquanto tal. Uma assimilação em moldes dessa natureza é provocada pela introdução de uma língua intermediária, o latim (que inclusive apresenta raízes etimológicas completamente distintas, tanto da língua-fonte, o alemão, quanto da língua-alvo, o inglês, sendo que as línguas têm a mesma raiz etimológica, diferente do latim). A necessidade apriorística de uma definição, para que possa se dar a transmissão dos conceitos freudianos, implica em

<sup>201</sup> HANNIS, L.A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*, p. 24

uma dicionarização completamente distinta do recurso ao manejo da língua materna, como forma de efetuar, já aí, a apropriação conceitual, que assim prescindiria do uso da definição.

Baseada em quais fundamentos opta uma tradução pelo recurso de introduzir o latim como terceira língua para traduzir um texto do alemão para o inglês? Qual argumento poderia ser convincentemente utilizado para, de maneira tão deliberada, evitar a tradução do estilo de Freud?

Tentemos responder inicialmente a questão pelo já conhecido viés da classificação da tradução em poética e científica. Freud indica como é possível (basta não esquecer ter sido ele vencedor de um Prêmio Goethe de Literatura), através de um estilo literário fundar uma ciência; estilo de ciência construído fora dos parâmetros mecanicistas, onde tal problemática é resolvida do modo já apresentado, ou seja, o recurso à classificação como possibilidade de existência. Como reconhecer então um texto de natureza literária como sendo científico? Uma demanda assim como já se apontou coloca-se como paradoxo para a maneira como a tradução é pensada pela lingüística; nessa perspectiva, reconhecer a especificidade do texto freudiano poderia ter como consequência a sua condenação à intraduzibilidade, já que seria essa, por definição, a condição reservada aos textos classificados como literários.

Uma solução encontrada por uma parcela dos tradutores de Freud para lidar com a questão foi a de **transformar** o seu estilo literário em um estilo pretensamente científico criando, dentro de uma perspectiva positivista (a única por ela mesma considerada confiável enquanto padrão de cientificidade), as condições de traduzibilidade exigida para uma teoria que, mesmo produzida originalmente como discurso poético, se pretendesse científica. A utilização do recurso de travestir o texto freudiano com uma roupagem cientificista *à la positivismo*, poderia ser, talvez, a garantia de traduzibilidade para a teoria psicanalítica. Esses recursos foram largamente utilizados por uma parcela não desprezível dos tradutores de Freud.

---

<sup>202</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 106

Se em um dado momento foi esse argumento aceito para justificar o estabelecimento da obra de Freud pela *Standard Edition*, não apresenta ele, hoje, a consistência necessária para o manutenção de tal justificativa. Pensar nessa fundamentação para justificar o modo de operação dessa tradução da obra freudiana, em nada a exime de críticas, as mais sérias e justificadas o mais das vezes. Dar uma roupagem pretensamente científica à psicanálise promovendo assim seu enquadramento em um hipotético grupo científico, enquadramento fundamentado em premissas positivistas, talvez não tenha sido a melhor opção ante os impasses suscitados pelos problemas que se colocavam para a psicanálise quanto às suas condições de traduzibilidade. Deturpar o estilo de Freud transformando-o em um estilo com as atribuições do discurso científico por intermédio da introdução de uma nomenclatura latina, por exemplo, não parece ter sido em nada fiel, nem ao espírito do texto freudiano e, menos ainda, a um rigor quanto à teoria psicanalítica. Seguir as proposições epistemológicas indicadas pelo próprio Freud, em não tão raros momentos de sua obra quanto de sua elaboração, talvez fosse uma atitude mais adequada e legítima cientificamente. Tal atitude, no entanto, basear-se-ia em premissas epistemológicas distintas das utilizadas pelo método escolhido para orientar seu trabalho.

“A tendência dos tradutores para substituir palavras de uso corrente por termos médicos e palavras eruditas tomadas do grego e do latim é evidente ao longo da *Standard Edition*.”<sup>203</sup> Tal artifício era, deliberadamente, excluído por Freud quando da produção de sua teoria; para Bruno Bettelheim, “somente o desejo de perceber a psicanálise como especialidade médica pode explicar por que três dos novos conceitos teóricos mais importantes de Freud foram traduzidos não para o inglês, mas para uma linguagem cujo uso mais corrente, hoje, talvez seja o de redigir receitas médicas.”<sup>204</sup> Segundo este autor essa talvez seja uma explicação para a escolha feita pelos tradutores da *Standard Edition*, explicação pautada em “um desejo de perceber Freud estritamente dentro de um quadro de referência da medicina e, possivelmente, uma tendência inconsciente para se distanciarem do impacto emocional daquilo que Freud procurou transmitir.”<sup>205</sup> Vemos esboçar-se assim, a partir de tal proposição, uma hipótese com sérias implicações epistemológicas para a psicanálise, situando-a em um lugar específico quanto às suas características científicas, para justificar os efeitos de tradução nela operados pelos

<sup>203</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 66

<sup>204</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 68

<sup>205</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 46

“pretensamente legítimos tradutores de Freud”, como de alguma forma é por muitos assim colocada a “oficialidade” da *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*.

Talvez fosse pertinente a apresentação de alguns elementos para que se possa melhor situar no campo da epistemologia algo que, sendo em verdade do registro da ideologia, em várias circunstâncias poderia ser apreendido como da ordem de uma possível ingenuidade ou, ainda, como nada mais que uma simples preferência pessoal por esta ou aquela palavra para melhor traduzir um termo freudiano, como se as conseqüências advindas de tal escolha tivessem efeitos de somenos importância para o texto e mesmo para a obra a ser traduzida.

Tentar enquadrar a produção científica de Freud em uma tradução que tenha por objetivo uma medicalização da psicanálise adotar uma posição no campo epistemológico quanto aos fundamentos básicos da ciência em questão. A tentativa de manutenção do pensamento de Freud, quando da produção do seu *Projeto para uma Psicologia Científica*, por exemplo, para fundamentar epistemologicamente obras posteriores como *A Interpretação dos Sonhos* ou os *Artigos Metapsicológicos* estão bem para além de uma mera ingenuidade. A tentativa feita é justamente a de impedir a manifestação do teor revolucionário da teoria por ele elaborada, circunscrevendo a sua produção científica ao ideário de suas “obras de juventude”, para, tomando a liberdade, parafrasear a análise desenvolvida por Louis Althusser sobre o texto de Karl Marx.

Outra avaliação, em outra direção, pode ser feita, dos motivos que levaram a tradução inglesa da obra de Freud para os caminhos por onde foi ela induzida a circular, e onde, de alguma maneira, ainda, se encontra.

O trabalho desenvolvido por James Strachey, editor da tradução em questão, é inquestionavelmente de um fôlego invejável, trabalho que lhe consumiu nada menos que treze anos de dedicação. De indubitável envergadura enquanto projeto e realização, apresenta, já na maneira como foi concebido por seu editor, o germe daquilo que se transformaria no maior objeto das críticas das quais seria ele alvo:

“Strachey produz nada menos que uma obra, de fato, concorrente da obra de Freud.”<sup>206</sup> Uma afirmação de tal ordem, ao mesmo tempo que reconhece a dimensão do trabalho de Strachey reconhece ainda o quão é o seu produto diferenciado da obra de Freud.

Wladimir Granoff, enquanto um dos que não poupará críticas a Strachey, tecerá, a partir de suas observações, tanto da obra de Freud quanto do trabalho de tradução efetivado pela edição inglesa, comentários de extremo rigor quanto ao teor do trabalho desenvolvido nessa tradução, rigor que perpassa da análise da forma gramatical à concepção teórica da tradução do conjunto da obra de Freud. Não só o seu trabalho como o de outros autores, são precisos no apontar e criticar as escolhas do estilo gramatical escolhido pelo editor inglês –

“à forma subjuntiva das descrições freudianas de sua maneira de conceber o trabalho do inconsciente, Strachey substitui, constantemente, por declarações positivas (a questão do uso do subjuntivo por Freud é apontada por também outros autores, como Ornston, citado por Mahony); Freud sempre descreve de várias maneiras seus conceitos importantes, mas Strachey abandonou esta flexibilidade descritiva, objetivando uma maior consistência em sua tradução. O tempo verbal subjuntivo, utilizado por Freud para expressar a incerteza acerca dos processos inconscientes, tende a ser transformada por Strachey numa afirmação fatural expressa em tempo verbal indicativo”<sup>207</sup>.

Que não se pense ingenuamente a questão da escolha do tempo verbal como uma mera escolha literária do estilo do autor. Postular uma hipótese científica utilizando o tempo subjuntivo é radicalmente diverso de postulá-la indicativamente. Nesse sentido ainda, é o próprio Mahony quem vai afirmar que “devemos levar em consideração o fato de que todas as obras de Freud terminam não com uma sentença, mas com uma elipse. Esse modo suspensivo de pontuar caracteriza a natureza essencialmente fragmentária dos empreendimentos psicanalíticos, incluindo o presente, em suas análises autenticamente intermináveis...”<sup>208</sup> Formular uma teoria em um tempo indicativo demanda conclusões fechadas e positivas como conclusões; não é desse modo deliberado que Freud desenvolve a sua produção; ao formular a sua teoria seguindo e segundo determinado estilo, “assim procedendo, ele dá uma forma nova e arbitrária a uma expressão em permanente evolução,

<sup>206</sup> GRANOFF, W. *Freud écrivain: traduire ou standardizer?*, p. 29

<sup>207</sup> MAHONY, P. *Sobre a definição do discurso de Freud*, p. 31

<sup>208</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 34

da qual ele apaga, assim, o fogo e fixa a forma. O movimento que se opera, do modo de um texto ao outro, não pode, sem dúvida, ser plenamente mensurado.”<sup>209</sup>.

Outro preciso apontamento merecedor de registro é o da intenção da escolha “inglesa” da tradução efetuada, quer dizer, da tentativa de fazer uma adaptação do pensamento freudiano à sociedade inglesa da época. É Strachey mesmo quem vai colocar sob sua própria pena, a afirmação de que o modelo por ele imaginado para a tradução da obra de Freud é “sempre aquele de escritos de qualquer homem de ciência inglesa, de boa educação, nascido na metade do século XIX.”<sup>210</sup> A conclusão de seu projeto de edição das obras completas de Sigmund Freud ocorreu na segunda metade do século XX e, os leitores dessa tradução, certamente, não são os mesmos por ele postulados tão deliberadamente. Desnecessário é dizer que foi justamente na metade do século passado que o positivismo se estabeleceu como fundamento para a ciência. “A esse respeito, o positivismo, esta filosofia onde se coloca a questão como, onde se evita a questão por que, é a filosofia feita necessária pela situação do trabalhador, do pesquisador, do homem da prova ou do laboratório.”<sup>211</sup> Tal escolha para dar bases a uma tradução efetuada mais de um século depois da época dos seus pretensos leitores, não pode ser compreendida como da ordem da ingenuidade. Quanto às circunstâncias aqui apontadas, um ponto, não sem importância, deve ser salientado ainda, por merecer atenção especial: a escolha de um estilo vitoriano para a tradução da obra freudiana empreendida por *Sir Strachey* teve todo o aval de *Mrs. Anna Freud*, nada mais, nada menos, que a herdeira, no mais lato senso, de *Herr Sigmund Freud*. Mesmo dizendo respeito às questões eminentemente psicanalíticas, de suas escolas e encaminhamentos, tal fato não poderia deixar de ser mencionado quando se aponta a deliberação de uma posição assumida.

Acrescentemos ainda mais alguns elementos aos problemas provenientes da tradução feita pela *Standard Edition* da obra de Sigmund Freud. É de importância capital a apresentação do depoimento de Bettelheim, tardio é verdade, mas nem por isso digno de desconsideração.

<sup>209</sup> MAHONY, P. *Sobre a definição do discurso de Freud*, p. 28

<sup>210</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 28

<sup>211</sup> SERRES, M. *Obstrução: a epistemologia..*, p. 127-128

Bruno Bettelheim denuncia como o mais problemático dessa tradução não o simples fato de existirem diferenças entre as línguas, nem que o problema poderia ser delimitado como um mero efeito da qualidade da tradução feita. Para ele o que ocorre, em verdade, é uma distorção fundamental que se coloca não apenas sobre a letra mas, principalmente, sobre o espírito do pensamento freudiano. Tudo o que há de “diferente” no texto de Freud, sua estranheza<sup>212</sup>, qualquer dificuldade estilística que se apresenta para a tradução, é capturado por um pseudocientificismo apontado em vários trechos de seu depoimento. Tal postura tenta de várias maneiras e a todo momento, clarear, explicar, explicitar o que é, por concepção, ambíguo, inexplicável e impreciso. Em decorrência de uma atitude como essa, a psicanálise é transformada em uma teoria despersonalizada e totalmente mecanizada. É como se fosse feita, no texto, uma assepsia, em nada diferente das efetuadas nos pré-operatórios cirúrgicos; e é exatamente isso o que se executa na operação da tradução da *Standard Edition*, “malgrado sua aura de competente edição oficial”<sup>213</sup> - uma extirpação da peculiaridade própria do estilo freudiano, com a decorrente limpeza prévia de todo o campo de intervenção, como as limpezas que antecedem às retiradas cirúrgicas dos processos malignos, para que não torne a se colocar como viável, em hipótese alguma, a possibilidade de uma nova invasão, para que nenhuma metástase possa jamais vir a ter possibilidade de desenvolvimento. Se é uma metáfora cirúrgica o recurso que se utiliza aqui para explicitar essa operação, é exatamente porque o registro para o qual o texto freudiano é encaminhado, segundo tal orientação positivista, é justamente o da medicina enquanto representante *princeps* das ciências naturais. Um encaminhamento deste tipo acontece em detrimento do já exposto, evitando o fato de que “a linguagem é de suprema importância na obra de Freud, ela constitui-se no instrumento imprescindível de seu ofício.”<sup>214</sup>

As várias substituições de palavras do alemão cotidiano transformadas em “conceitos cientificistas positivistas” retiram o caráter polissêmico que a palavra utilizada originalmente detinha, no uso que dela era feito corriqueiramente, para enclausurá-las em um sentido único, fechado, arredondado e sem nenhuma aresta, tudo regido pelo argumento de atribuição de um estatuto mais científico à psicanálise. Efetuada

<sup>212</sup> A palavra diferente remete ao par diferente-indiferente proposto para traduzir o idéia do *heimlich-unheimlich*, tendo sido *unheimlich* traduzido pela *Standard Edition* por estranho.

<sup>213</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 7

<sup>214</sup> Idem, *ibidem*, p. 21

dessa maneira, a interpretação do texto de Freud deturpa o fundamental de seu pensamento.

“Como Freud atribuía tanta importância ao emprego do *mot juste*, da palavra exata, as substituições canhestras e o uso inexato da língua por seus tradutores foram ainda mais perniciosos às suas idéias. Privados da palavra certa ou da frase apropriada, os pensamentos de Freud tornaram-se não apenas vulgares ou esquemáticos mas ficaram seriamente distorcidos.”<sup>215</sup>

Os conceitos forjados em uma tradução regida por princípios metodológicos que desconsideram a importância do estilo de um autor para a concepção de uma teoria, ao negar a existência da polissemia, enviam o pensamento freudiano para o modelo teórico positivista, onde seria evitada qualquer contradição que pudesse enviá-lo para um outro lugar, justo aquele para onde ele se endereça.

Uma denúncia de tal ordem não pode passar despercebida, quando o tema tratado é o das implicações epistemológicas da tradução de uma teoria do vulto da teoria psicanalítica. É pela sua inserção no contexto social desse século no mundo ocidental que a psicanálise adquire estatuto tão diferenciado, instaurando uma problemática onde, até então, havia aquiescência das respostas concernentes à tradução como um fenômeno em si, ou seja, o modo descritivo como era tratada a tradução. Assim, negar-se-lhe-ia qualquer atribuição que não fosse a de ser uma mera operação de transposição, com maior ou menor grau de dificuldade segundo seu critério classificatório, classificação sobre a qual não deveria haver, preferencialmente, nenhum questionamento.

“Sendo assim, como devemos ler Freud? Para começar a responder, retomo a tradução de Strachey, a qual, como todas as traduções, é uma leitura interpretativa. Seguindo o procedimento de Ornston, observei como as redes verbais presentes no caso do *Homem dos Ratos* foram desfeitas na tradução inglesa (Ornston, 1982, 1985; Mahony 1986). Agora eu arriscaria afirmar que o plano unitário e a força verbal tácita do subtexto de Freud foram desfeitos defensivamente por Strachey parcialmente em virtude das compartimentalizações ideológicas inerentes às atitudes científicas e sociológicas de Strachey... Em suma, para ler Freud é preciso estar atento às distorções da tradução de Strachey.”<sup>216</sup>

Constata-se ante comentários dessa natureza que mesmo no mundo de fala anglofônica, a problemática instaurada pela obra de Freud e por sua tradução “oficial” já não encontra

<sup>215</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 22

<sup>216</sup> MAHONY, P. *Sobre a definição do discurso de Freud*, p. 107

mais, apenas, os ouvidos de mercadores habituados e concordantes com o estilo vitoriano de transmissão científica. Outros ouvidos demandam novos sentidos.

“As traduções inglesas das obras de Freud são seriamente defeituosas em importantes aspectos e têm levado à formulação de conclusões errôneas, não só a respeito do homem Freud mas também no que se refere à psicanálise.”<sup>217</sup> É desse modo incisivo e contundente que Bruno Bettelheim inicia o prefácio de seu livro *Freud e a alma humana*, livro em que tenta, de alguma forma, atender a um imperativo ético não cumprido em cerca de aproximadamente quarenta anos de exercício da profissão de psicanalista. A pergunta feita por qualquer um quanto ao motivo que justificasse esperar tanto tempo, também é feita por ele. O texto de Bettelheim assume em vários momentos um tom quase que de depoimento, depoimento como o daqueles que há muito presenciaram algo e que, antes de sua partida, se exigem trazer a público o que foi por eles presenciado e vivido. A constatação das “impropriedades e erros crassos nas traduções” foi motivo de conversas entre ele e vários daqueles que, na segunda guerra mundial, foram obrigados por questão de sobrevivência, a abandonar sua pátria. As conseqüências para a psicanálise eram constatadas em discussões com colegas e estudantes de psicanálise. Através da estranheza sentida ao ler Freud em inglês, Bettelheim constatava o nível de deturpação efetuado por essa tradução. Segundo suas próprias declarações, é como se estivesse ante outro texto, ante outro autor, ante outra teoria.

Permanece a questão do adiamento de tal iniciativa. Um fato citado adquiriria grande importância para a manutenção da sua imobilidade ante o que já se colocara como problema:

“a maioria das traduções foi concluída durante a vida de Freud e por ele aceita ou, no mínimo, tolerada. O editor-chefe da Standard Edition foi um dos seus seguidores, a quem Freud confiou pessoalmente a tradução de algumas de suas obras; e o co-editor foi sua filha, Anna, a pessoa mais íntima de Freud nos derradeiros anos de sua vida e escolhida como sua herdeira. Em tais circunstâncias, criticar as traduções não estaria muito longe de parecer uma crítica ao próprio e tão venerado mestre.”<sup>218</sup>

Se, no contexto vivido então, seria essa uma explicação suficiente para justificar um silêncio tão duradouro, é uma questão que merece ser devidamente avaliada. A explicação por ele fornecida para o cumprimento desse imperativo que o acompanhou por quase

<sup>217</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 8

quatro décadas, é a de que, “se os erros de tradução que lamentavelmente proliferam na *Standard Edition* têm de ser corrigidos por alguém que compartilhou o mesmo ambiente cultural de Freud e que está intimamente familiarizado com o idioma, tal como Freud o usou, então cumpre que se faça isso agora. Eis porque finalmente venci a relutância que por largo tempo senti.”<sup>219</sup> Ao tomar para si tal incumbência e responsabilidade, Bettelheim não mais poupará aqueles que por tanto tempo foram por ele preservados, partindo para um verdadeiro acerto de contas.

“Ao aceitarem apenas algumas das idéias de Freud sobre o papel das impulsões sexuais na constituição do homem, ao interpretarem erroneamente sua crença trágica em que as tendências destrutivas do homem brotam de um lado sombrio da alma, e ao converterem perversamente essa crença numa teoria fácil e complacente, segundo a qual os aspectos negativos do comportamento humano são mera consequência do fato de o homem viver numa sociedade má, muitos seguidores de Freud transformaram a psicanálise de uma visão profunda da condição humana, em algo frívolo e superficial.”<sup>220</sup>

Não é sem uma precisa intenção que vai ele retomar, respaldado pela pena de Freud, a introdução de um artigo escrito pelo próprio fundador da psicanálise para a *Medical Review of Reviews*, datado de 1930:

“Ouço freqüentemente dizer que a psicanálise é muito popular nos Estados Unidos e que não conhece aí a mesma e obstinada resistência com que se defronta na Europa... Parece-me que a popularidade do nome da psicanálise na América não significa uma atitude amistosa em relação à sua essência nem tampouco qualquer extensão e aprofundamento de sua compreensão... Com extrema freqüência, descobrimos entre médicos e autores norte-americanos apenas uma familiaridade muito inadequada com a psicanálise, de modo que só conhecem alguns nomes e slogans, o que não os impede de formularem opiniões infalíveis.”<sup>221</sup>

Há que se explicitar a posição de Bettelheim quanto à sua relação tanto com a obra de Freud quanto com a psicanálise. Parece claro o seu conhecimento da deturpação da qual tanto uma quanto outra foi objeto, tendo sido fato por ele suportado por tempo suficientemente largo. Ironicamente, depois da segunda grande guerra, os psicanalistas americanos constituíam o maior e mais influente grupo dentro da psicanálise, dominando a cena analítica, e, fazendo a sua formação baseando-se na tradução da obra de Freud feita pelos ingleses. Um fato de tamanho relevo não poderia ser

<sup>218</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 8

<sup>219</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 8-9

<sup>220</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 29

<sup>221</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 32

negligenciado; é exatamente para os Estados Unidos que muitos psicanalistas alemães migram nos anos quarenta, sendo um deles Bruno Bettelheim, e é nessa conjuntura que eles se inserem, recém-chegados fugindo de situações adversas.

Um psicanalista, Jacques Lacan, ainda na década de cinquenta inicia na França o seu ensino, através de seus célebres seminários. Já no primeiro deles, *os escritos técnicos de Freud*, propõe uma retomada do texto freudiano, tendo como alvo principal de suas críticas o tratamento teórico e clínico dado à psicanálise pelos autores pós-freudianos. Nessa empreitada não poupa Melanie Klein, fundadora e principal representante da escola inglesa, os autores “americanos” da psicologia do ego, como Kohut ou Hartmann; Lacan vai ser aquele que se apresenta à comunidade psicanalítica como o que propõe um retorno a Freud, pelo fato do pós-freudismo haver desencaminhado a teoria psicanalítica de maneira devastadora.

Um dado como esse não pode ser gratuito. Em verdade, é um revelador de que a posição assumida por Bettelheim tão tardiamente, não se explica tão facilmente como um drama de consciência ou um acerto de contas ético para com a psicanálise ou para com seu fundador. Se um autor, mesmo sem haver tido nenhum contato com Freud a não ser através de sua obra, teve condições como o fez Lacan de, na França, provocar um movimento entre os psicanalistas cuja plataforma de trabalho pregava um retorno a Freud, porque o mesmo não poderia se dar na América, provocado por um contemporâneo e partícipe da fundação da psicanálise, permanece como questão.

O trabalho aqui desenvolvido tem a intenção de trazer aportes para se refletir sobre questões como essa. Se, no campo da lingüística, as observações feitas por Lacan e Bettelheim são coincidentes, o mesmo não acontece no que diz respeito às suas posições epistemológicas e ideológicas quanto ao estatuto da teoria psicanalítica.

Lacan tem como objetivo a fundamentação epistemológica da psicanálise o mais rigorosa possível, investigando-a a partir dos avanços teóricos ocorridos no mundo contemporâneo, pela introdução de novas disciplinas que viessem a contribuir para a psicanálise, como já apontava na introdução de seu primeiro seminário:

“temos de nos aperceber de que não é com a faca que dissecamos, mas com conceitos. Os conceitos têm sua ordem de realidade original. Não surgem da

experiência humana – senão seriam bem feitos. As primeiras denominações surgem das próprias palavras, são instrumentos para delinear as coisas. Toda ciência permanece, pois, muito tempo nas trevas, entravada na linguagem.”<sup>222</sup>

Bettelheim, por seu lado, utilizando-se em grande parte do mesmo material lingüístico como objeto de demonstração dos equívocos produzidos pela tradução da *Standard Edition* no corpus teórico da psicanálise, vai tentar, entretanto, situá-la como um humanismo. Corre do bisturi para a alma. “As traduções inglesas apegam-se a uma fase inicial do pensamento de Freud, na qual ele se inclinou para a ciência e para a medicina, e desprezam o Freud maduro, cuja orientação era humanista e cuja preocupação primordial era com os problemas culturais e humanos, vistos como um todo, e com as questões da alma.”<sup>223</sup>

Uma vez feitas as indicações quanto ao corpo epistemológico que postulamos ter sido o que regeu o ordenamento básico da metodologia utilizada na tradução da obra de Freud efetivada pela *Standard Edition* dentro de um campo teórico mais generalizado, que se passe agora ao exame específico da tradução de alguns dos conceitos freudianos considerados fundamentais, para que se possa ter a devida clareza quanto à importância que tem, tanto para a teoria psicanalítica quanto para a sua respectiva transmissibilidade, as implicações epistemológicas ora investigadas.

Uma peculiaridade que poderia ser situada entre o geral e o específico, chama inicialmente a atenção, tanto na produção de Freud quanto na sua tradução: o lugar atribuído à negação na formulação de toda a teoria freudiana e à destinação feita pela tradução dos diversos modos de operar da negação por ele estabelecidos.

Desde a formulação inicial do papel da censura, para Freud a negação ocupa um lugar privilegiado, lugar que vai sendo desenvolvido e elaborado gradativamente por ele; “esse lugar mais específico estabelece-se no entanto, menos pela atribuição criteriosa que é dada a cada termo, do que pelo que eles engendram.”<sup>224</sup> O fato de o próprio Freud não ser dos mais criteriosos quanto ao emprego específico de cada uma

<sup>222</sup> LACAN, J. *Os escritos técnicos de Freud*, p. 10

<sup>223</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 46

das palavras por ele utilizadas para designar cada um dos tipos de negação, vai contribuir para que se instale uma certa confusão conceitual na delimitação do papel da negação em sua teoria.

Nessa nada fácil relação entre texto-fonte e texto-alvo, teremos, no que concerne à negação, o seguinte enquadramento: o “recalque” - die *Verdrängung* -, é traduzido para o português pelo termo “repressão”, a “repressão” - *Unterdrückung* - que tem na teoria freudiana um lugar específico é, por sua vez, traduzida por “supressão”, palavra de conotação bem distinta em nossa língua; a *Verleugnung* e a *Verwerfung* serão, apesar da distinção existente entre elas enquanto modalidades diferentes da negação operar, traduzidas para a língua portuguesa como se fossem a mesma coisa não havendo entre elas nenhuma distinção; tanto uma quanto outra foram traduzidas por “rejeição”, sendo que cada uma delas ainda foi traduzida, separadamente, por “recusa” e “repúdio”, respectivamente. O recalque se transforma em repressão que é transformada em supressão; o termo rejeição tanto pode ser equivalente de recusa quanto de repúdio, ao não ser considerado o estatuto conceitual que cada uma dessas palavras adquire, gradativamente, à medida que vai sendo elaborada a teoria psicanalítica. A tradução que se propunha estandardizar a teoria elaborada por Freud, curiosamente, não leva em consideração, no que se refere ao estatuto da negação, o preceito básico por ela preconizado quanto à uniformidade de termos. De toda essa verdadeira confusão advinda da tradução de conceitos freudianos,

“o que deve ser salientado, e explicitamente, na tradução do texto freudiano, é um efeito maior que vai além da imprecisão, que é o de traduzir para o português uma determinada palavra, usando inclusive em alguns momentos um mesmo termo em português para traduzir mais de um dos alemães, sinonimizando coisas diversas. Com esta imprecisão, além do caráter particular de cada negação, que é confundido, é o próprio espaço atribuído à negação no pensamento freudiano que se esvanece.”<sup>225</sup>

A negação ocupa na teorização freudiana esse lugar intermediário entre a generalidade do estilo e a especificidade do conceito, sendo por esse motivo escolhida como primeiro elemento de abordagem da tradução da obra freudiana. Tendo em vista não só a importância que tem o lugar por ela ocupado no corpo teórico da

<sup>224</sup> NUNES-FILHO, A. *A encenação edípica - da negação enquanto marcador da estrutura do sujeito*, p.15

<sup>225</sup> Idem, *ibidem*, p. 17

psicanálise como a própria particularidade desse lugar, não se poderia deixar de mencioná-la, por menos detalhada que seja a menção.

O recalque, *Verdrängung*, é um conceito de importância tão capital que é erigido por Freud ao estatuto de pedra angular da psicanálise. É tamanha a sua importância que a ele é acrescentado, em dado momento de sua construção teórica, o prefixo *Ur*, sendo a *Urverdrängung* concebida, hipoteticamente pelo fundador da psicanálise, como recalque originário, momento inaugural de constituição do próprio inconsciente. Conceitualmente, é dessa maneira que se insere o recalque na teoria freudiana.

A *Verdrängung* assim concebida é traduzida para a língua portuguesa, baseada na tradução feita do alemão para o inglês pela *Standard Edition* como repressão ao invés de recalque.

“A importante diferença entre *Verdrängung* e “repressão” é que a palavra alemã implica um irrefreável impulso interior. *Verdrängung* deriva do vocábulo *Drang*, o qual é explicado no Duden pelo exemplo de “ceder a um forte motivo interior”. Portanto, *Verdrängung* é um deslocamento ou um desalojamento causado por um processo interno. A palavra alemã não fornece indicação nenhuma sobre a direção em que ocorre tal deslocamento ou rechaço.”<sup>226</sup>

Uma tradução dessa natureza provoca desdobramentos a serem averiguados; “não se deve argumentar, como fazem os editores da *Standard Edition*, com o fato de o recalque ser descrito em diversas neuroses para daí inferir que o recalque equivale agora a defesa: ele é encontrado em cada afecção como um dos momentos da operação defensiva, isto na sua acepção bem exata de recalque no inconsciente.”<sup>227</sup> É baseada em fundamentos desse tipo que a substituição acontece, não sem conseqüências.

Detenhamo-nos um pouco na própria elaboração dos conceitos psicanalíticos e de algumas das relações que têm entre si. A repressão é uma operação que ocorre entre pré-consciente e consciente e não entre o sistema inconsciente e o sistema pré-consciente|consciente, este sim, lugar de atuação do recalque como é ele concebido pela teoria freudiana.

<sup>226</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 110

<sup>227</sup> LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J-B. *Vocabulário de psicanálise*, p. 555

“Foram provavelmente essas as razões pelas quais Freud preferiu *Verdrängung* ao equivalente alemão exato de “repressão”, *Unterdrückung*, (literalmente, subjugação), o qual indica que algo foi empurrado para baixo de alguma outra coisa e não comporta uma conotação de referência a processos internos. Tanto “repressão” quanto “supressão” (esta última palavra também é usada, por vezes, como tradução de *Verdrängung*) indicam uma direção”.<sup>228</sup>

Para o fundador da psicanálise, recalque e repressão são operações absolutamente distintas, tanto na sua função quanto no lugar e modo de operar. Na tradução feita para o português, o termo repressão é usado para traduzir o recalque, enquanto a operação chamada de repressão vai ser traduzida por supressão. Com a tradução efetuada desse modo, perde-se a diferença existente entre as duas operações, pelo deslocamento de um termo de um contexto para outro, criando uma imprecisão conceitual, assumindo a repressão um estatuto completamente distinto do que lhe é atribuído por Freud em sua teorização. “A tradução de *Verdrängung* como “repressão” faz com que, o que acontece pareça mais físico, dirigido contra algo fora da própria pessoa, o que não era a intenção de Freud.”<sup>229</sup> Começa a esboçar-se o que vai se delinear como princípio básico que rege epistemologicamente a standardização da obra de Freud.

Ao ser traduzido segundo tal premissa, o conceito de recalque perde o lugar atribuído de modo explícito pelo próprio Freud, de pedra angular da psicanálise. Feita essa opção, o que vai ocorrer, em verdade, é uma descaracterização do conceito de recalque no texto traduzido, confundindo os registros sistemático e descritivo do inconsciente propostos como diferentes, diferença necessária e legítima, nitidamente demarcada pelas postulações freudianas<sup>230</sup>. Assim feita a tradução, teremos, na primeira tópica, o recalque funcionando não como o demarcador que é, entre os sistemas inconsciente e consciente, mas confundido e igualado com a repressão.

Provocar uma confusão conceitual dessa monta provoca um desvanecimento da radicalidade do conceito de inconsciente, inconsciente postulado enquanto conceito fundamental da teoria psicanalítica, por ser ele, como já se desenvolveu anteriormente, o objeto da psicanálise. Por ser o inconsciente o objeto-de-conhecimento da psicanálise torna-se desnecessário acrescentar que uma descaracterização do objeto de uma

<sup>228</sup> LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J-B. *Vocabulário de psicanálise*, p. 110

<sup>229</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 110

<sup>230</sup> Conferir os argumentos desenvolvidos por Freud em seu artigo “O inconsciente”, 1915

ciência traz para o estabelecimento dela mesma, conseqüências que poderíamos classificar, no mínimo, de desastrosas.

Outros termos sofrem a mesma manipulação, regida pelos mesmos princípios. “Particularmente lamentável é a tradução de *Trieb* como “instinto” (em inglês, *instinct*), dado que o conceito designado por esse termo desempenha um papel importantíssimo no sistema freudiano”<sup>231</sup>. Como se pode constatar pela opinião emitida claramente por autores diretamente implicados na tradução de Freud, também a tradução da *Trieb* apresenta-se-nos como outra séria descaracterização do texto freudiano, com conseqüências tão comprometedoras para a transmissibilidade da psicanálise quanto a que acabamos de apontar, no que concerne à pulsão, também ela um componente fundamental da novidade que é a psicanálise, tanto no campo teórico quanto na epistemologia.

A pulsão, *die Trieb*, definida por Freud como “fronteira entre o psíquico e o físico”<sup>232</sup>, é traduzida para o português, em decorrência da tradução feita para o inglês, por *instinto*. As distorções no manejo com este conceito já se iniciam na tradução do título do artigo metapsicológico no qual é ele formulado categoricamente, *Triebe und Triebschicksale*, onde “os tradutores cometeram dois graves erros. Não só traduziram *Triebe* como “instintos”, em vez de “impulsos” ou “impulsões”, mas ainda por cima substituíram *Schicksale* (sorte, destino) por “vicissitudes”<sup>233</sup>. Dentro da perspectiva apontada anteriormente sobre as características do estilo de Freud, e, dentro dele, das escolhas das palavras para compor o seu sistema teórico, cabe lembrar que

“sorte (*fate* em inglês) é uma palavra que aplicamos facilmente a nós mesmos e a outros seres humanos quando falamos do que nos acontece durante a vida. Freud usou essa palavra para colocar aquilo sobre o que estava falando mais próximo de nós e do modo como sentimos a vida. Não aplicamos o termo “vicissitude” a nós próprios ou ao curso dos eventos que modelam nossa vida; trata-se de um termo livresco, como o Webster’s aponta.”<sup>234</sup>

Sabendo não se tratar de uma simples escolha de palavra sem nenhuma conseqüência mais importante para o texto traduzido, é o próprio editor da *Standard Edition*, James Strachey

<sup>231</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 121

<sup>232</sup> FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, p. 171

<sup>233</sup> BETTELHEIM, B. *op. cit.*, p. 123

<sup>234</sup> *Idem*, *ibidem*, 123

quem vai dizer que sua “escolha por esta tradução tem sido atacada por diversas pessoas, com uma severidade muito grande, mas, segundo penso, equivocada.”<sup>235</sup>

Tendo assim escolhido, sem a pretensa ingenuidade dos menos avisados, não há como ser negado o envio que é feito do texto freudiano para uma concepção biologicista da psicanálise, sendo esse um dos motivos dos descaminhos impostos à obra de Freud por essa tradução. Cabe enfatizar, nesse momento, que “Freud jamais acreditou que os aspectos mais importantes do nosso comportamento sejam determinados pelos nossos instintos e estejam, portanto, fora do alcance de nossa influência.”<sup>236</sup> Esse fato é assinalado pelo próprios argumentos do editor da obra, ao dizer que ‘do ponto de vista da biologia moderna, Freud usou a palavra *Trieb* para abarcar uma universidade de conceitos diferentes.’<sup>237</sup>, acrescentando ainda a essa argumentação que “a única complicação, de menor importância, é que, numa meia dúzia de situações, o próprio Freud usa a palavra alemã *Instinkt*, sempre, talvez, no sentido do instinto dos animais.”<sup>238</sup> Uma definição conceitual da ordem de grandeza que tem para a teoria psicanalítica o conceito de pulsão, não poderia ser considerado como uma “ligeira complicação”. Fazer uma opção como a feita por Strachey afirmando o que é por ele afirmado sobre o *Instinkt*, autoriza-nos a afirmar ser essa escolha feita sob a égide do mais cômico positivismo. “Freud empregou a palavra alemã *Instinkt* quando lhe pareceu ser a mais apropriada - em referência aos instintos inatos de animais - e evitou-a sempre que falou de seres humanos. Ora, como Freud estabeleceu uma distinção clara entre o que tinha em mente quando falava de instintos e quando falava de *Triebe*, a importância de se conservar a distinção parece óbvia.”<sup>239</sup>

A opção, utilização e deturpação de tais palavras merecem uma atenção maior no que se refere às implicações que podem delas advir quanto à transmissibilidade da teoria psicanalítica. Como é apontado no “prefácio do editor inglês”, a palavra instinto é utilizada por Freud referida aos animais (uso que se poderia entender como fora do registro humano, sem que se deturpe ou extrapole a compreensão do seu enunciado). É inegável que, ao atribuir aos animais a característica instintual, ao se falar

<sup>235</sup> FREUD, F. *Prefácio Geral do editor inglês*, p. 28

<sup>236</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 124

<sup>237</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 124

<sup>238</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 29

<sup>239</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 122

dos elementos desta cadeia, é do puro reino da biologia que se está a fazer referência. Tal fato é, entretanto, considerado textualmente como sendo de “menor importância” pelo tradutor; ao se traduzir *Trieb* por “instinto”, o que se está a apagar é nada menos que a diferença conceitual existente entre instinto e pulsão, além de também tentar interceptar o acesso à originalidade produzida pelo avanço teórico instaurado pelo conceito de “pulsão”. O comprometimento da teoria psicanalítica decorrente de tal tentativa de anular o conceito de pulsão tem desdobramentos em todo o seu desenvolvimento, já que é nas reformulações das relações pulsionais que se dá grande parte do desenvolvimento da teoria freudiana; no entanto, segundo Bettelheim, “em nenhum ponto a tradução de *Trieb* como “instinto” causou mais danos para a compreensão da psicanálise do que em seu uso no tocante ao “instinto de morte”<sup>240</sup>. A formulação feita por Freud em *Além do Princípio do Prazer* quando postula a existência da pulsão de morte é a resolução definitiva do desenvolvimento de sua teoria das pulsões. Nesse sentido “Freud jamais falou de um instinto de morte - somente de um impulso profundamente inconsciente que nos incita a ações agressivas, destrutivas, e auto destrutivas.”<sup>241</sup> Cabe aqui mencionar, nesse sentido, uma passagem da entrevista de Freud, feita em 1930, por George Sylvester, onde o fundador da psicanálise corrobora a sua própria formulação, ao dizer que

“é possível que a própria morte não seja uma necessidade biológica. Talvez morramos porque desejamos morrer. Do mesmo modo que em nosso interior convivem simultaneamente o ódio e o amor por uma pessoa, a vida combina o desejo de sobrevivência com um ambivalente desejo de aniquilação. Como um elástico que tem a tendência de recuperar a sua força original, a matéria viva, consciente ou inconscientemente, deseja conseguir de novo a inércia total e absoluta da existência inorgânica. O desejo de morte e de vida convivem em nosso interior. A morte é o par natural do amor. Juntos, governam o mundo.”<sup>242</sup>

É na tentativa de negar as evidências da revolução provocada pela teoria psicanalítica, de endereçar radicalmente a psicanálise para o campo da biologia enquanto uma teoria concernente ao reino animal, que vai se esvanecer a noção de conceito-limite da pulsão, noção constitutiva da própria formulação freudiana, mantendo-a reduzida a um dos territórios da fronteira do sistema teórico de Freud. Com isso, perde-se também a noção de sujeito através da sua transformação em objeto, objeto a ser definido, imutavelmente, pelo instinto. Assim formulado pelos tradutores, o conceito-limite de

<sup>240</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 124

<sup>241</sup> *Idem*, *ibidem* p. 125

<sup>242</sup> Entrevista, *Folha de São Paulo*, 03.01.1998

pulsão, ao invés de transmitir a noção de margem que lhe é constituinte, vai transformar-se em algo estanque, previamente dado, provocando um enclausuramento da teoria psicanalítica em um cerco teórico que é justo o que ela se propunha romper.

Um limite é algo que demarca lugares. O espaço-limite atribuído por Freud ao conceito de pulsão não trata simplesmente do limite topológico do psiquismo; o conceito de pulsão é o próprio limite da teoria, limite que, ao ser desrespeitado, encaminha a psicanálise para o reino dos instintos. A ousadia do conceito de pulsão está em sua formulação limite, conceito que se representa tópica, dinâmica e economicamente na concepção de uma metapsicologia, rompendo com a dicotomia reinante entre o psíquico e o somático, o corpo e a alma. Ao ser esse conceito circunscrito ao registro instintual, e, conseqüentemente, para a biologia que rege esse registro, vai também encaminhar a teoria para uma síntese acabada, que fecharia outra vez mais a concepção do sistema freudiano em um círculo teórico.

O fato de a pulsão não ser considerada como um conceito com características especiais, não se limita à sua interpretação como conceito inserido em uma teoria. No desenvolvimento do trabalho efetuado constata-se que, em uma tradução que visa no mínimo uma padronização da teoria freudiana, aos componentes da pulsão também não são dados nenhum estatuto conceitual. O alvo, um dos elementos que compõem a pulsão, é traduzido por objetivo, designio, propósito, fim, finalidade e até mesmo por objeto que, a rigor, é nada mais nada menos que um dos outros quatro componentes da pulsão, junto à fonte e à pressão<sup>243</sup>. Desnecessário se torna dizer que uma sinonimização de tal ordem retira qualquer caráter de conceito tanto da pulsão quanto de seus elementos, retirando dela os elementos que lhe davam estatuto teórico de conceito integrante de uma teoria científica. A pulsão enquanto conceito, assim como seus componentes, é diluída em um outro corpo teórico que tenta conter o avanço da novidade teórica inventada por Freud.

É óbvio que uma concepção de tal natureza, provocando uma ruptura dessa ordem no saber estabelecido até então não poderia ser bem aceita pelos meios científicos positivistas. “Imaginar, como tantos americanos imaginam, que a psicanálise torna possível construir uma vida satisfatória alicerçada exclusivamente na

impulsão sexual, ou de vida, é interpretar Freud de uma maneira inteiramente errada.”<sup>244</sup> A saída encontrada por essa tradição científica baseada em “um estilo americano de ser” para amortecer os efeitos provenientes de uma formulação revolucionária como a trazida pela psicanálise é de implementar, do modo mais consistente e efetivo possível, uma descaracterização de qualquer possível ruptura que fosse proporcionada pela psicanálise, na tentativa de evitar qualquer descentramento e qualquer questionamento que pudesse vir a ser por ela provocado. É o que ocorre, exemplarmente, com o texto freudiano, na tentativa de endereçá-lo e enclausurá-lo na medicina, tentativa que obtura aquilo que poderia se colocar como incompatível entre os dois modelos científicos.

O velamento do texto freudiano efetivado pela tradução da *Standard Edition* estende-se ainda a outras instâncias, as mais importantes em se tratando da teoria psicanalítica. As chamadas “instâncias psíquicas” que são, originalmente, na língua alemã - *Ich, Überich, Es* - poderiam sem nenhum problema, ser traduzidas para a língua portuguesa por - **eu, supereu, isso**, respectivamente. Não foi, no entanto, a escolha feita pelos tradutores, escolha de obviedade tão ululante que, ao não ser feita, exige de imediato uma reflexão sobre os motivos impedidores. Segundo o argumento de sustentação de uma tradição, a manutenção da escolha feita pela tradução inglesa para as instâncias psíquicas postuladas por Freud está referendada pelo uso, em português, da substituição das tão corriqueiras palavras eu, supereu, isso, pelos termos latinos *ego, superego, id*, introduzidos em nossa língua com todo o seu caráter de estranheza a inadequação para uma teoria forjada a partir do manejo de seu fundador com sua língua materna.

“Ao denominar dois dos conceitos, Freud escolheu palavras que estão entre as primeiras usadas por toda criança alemã. Ao referir-se ao conteúdo desconhecido, inconsciente, da mente, escolheu o pronome pessoal *es* (em inglês *it*, pronome pessoal neutro na terceira pessoa do singular) e usou-o como substantivo (*das Es*). Mas o significado do termo *the it* só adquiriu seu total impacto depois que Freud o usou em conjunto com o pronome *ich* (em inglês *I*), usando-o também como substantivo (*das Ich*).”<sup>245</sup>

Não foi sem conseqüência que se deu a introdução, ou melhor dizendo, talvez, intromissão desses termos latinos. A tradução desses pronomes pessoais por seus equivalentes latinos, *o ego e o id* (em vez dos ingleses *I e It*), converteu-os em termos técnicos que não suscitam qualquer associação pessoal, comprometendo, organicamente, a leitura e compreensão do

<sup>243</sup> CARONE, M. *Freud em português* capítulo 2, p. 6

<sup>244</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 128

<sup>245</sup> Idem, *ibidem*, p. 128

texto freudiano. Se, para as línguas de origem latina, já é o seu uso motivo de estranheza, que se imagine a sua inserção em um texto de origem anglo-saxônica; o recurso ao dicionário de latim torna-se obrigatório para que se apreenda o sentido de uma palavra que poderia ter a sua apreensão garantida pelo uso corrente da língua. No que diz respeito às opções de tradução tem que ser salientado o fato de os pronomes alemães utilizados originalmente serem os mesmos do uso cotidiano; quando Freud nomeou um de seus principais conceitos de Eu, aproximou suas teorias sobre os mecanismos da psique humana de todos nós, seus leitores, por intermédio de uma específica escolha de palavras. Ao fazer uma opção pelos vocábulos latinos para operar, via tradução, essa substituição, perde-se todas as possibilidades de que esses conceitos sejam detectados no curso da própria atividade discursiva, nos múltiplos lugares de manifestação do inconsciente. Utilizar as palavras latinas, por sua própria inorganicidade lingüística (não se pode ignorar o fato do latim ser uma língua morta), estas palavras vão ocupar, em decorrência desse distanciamento inevitável, um lugar a ser estabelecido teoricamente enquanto definição; ao invés de deixarem uma marca através do uso cotidiano (como atesta exemplarmente o texto freudiano), teremos a intrusão, em um texto que se transmite, de um elemento estranho àquele universo lingüístico, elemento que, forçosamente, retira a produção do conhecimento do campo onde ela está ocorrendo, ou seja, a linguagem, para direcioná-la a um outro tipo de produção de conhecimento, sob a argumentação de que esse segundo modo atenderia melhor as exigências de produção de uma teoria que se pretenda “mais científica”. Que se dê a palavra ao fundador da psicanálise para que ele mesmo apresente seus argumentos quanto ao uso e escolha das palavras mais indicadas para a sua produção científica:

“você objetará, provavelmente, ao fato de termos escolhido pronomes pessoais simples para caracterizar nossas duas instituições, ou províncias, da alma, em vez de introduzirmos sonoros nomes gregos para designá-las. Em psicanálise, entretanto, gostamos de permanecer em contato com o modo popular de pensar e preferimos tomar seus conceitos cientificamente servíveis em vez de os descartar. Não existe nisso qualquer mérito pessoal; devemos proceder deste modo porque os nossos ensinamentos têm de ser compreensíveis...”<sup>246</sup>

Conseqüências advêm, inevitavelmente, de uma escolha dessa natureza; além da transmissão literal, pela própria letra mesmo, além de um impedimento dessa transmissão, (e a teoria freudiana é, por excelência, uma teoria textual),

<sup>246</sup> FREUD, S. Apud BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 76

vamos ter como decorrência dessa tradução, entraves que acarretam, como já se apontou, sérios comprometimentos da teoria analítica, comprometimentos que se tornam alvo de nossas averiguações no presente momento.

Detenhamo-nos, em separado, sobre a questão do eu na teoria psicanalítica e de algumas das conseqüências advindas de sua tradução como *ego*. Bruno Bettelheim aponta ser essa tradução um dos pontos fundamentais a dar sustentação à produção de um tipo de teoria onde vai se estabelecer um determinado e muito específico desvio da psicanálise: a sua substituição pela chamada *psicologia do ego*, ou a também chamada psicanálise americana. É ele mesmo quem enfatiza que ‘a tradução do “*Ich*” por “*I*”, (ou pelo eu) teria talvez evitado esse desvio maior do pensamento freudiano.’<sup>247</sup>

Mesmo sem nos debruçar especificamente sobre as implicações filosóficas, cabe salientar que para a psicanálise o que se coloca em questão é o sujeito e não o indivíduo, lugar para onde as traduções feitas dentro de uma perspectiva egóica tentam encaminhá-la.<sup>248</sup> O *ego* opera na teoria freudiana através da tradução dela feita como um apaziguador - e essa é bem sua função - da questão do sujeito. A camuflagem efetuada por esse apaziguamento tenta fazer de conta que a questão do sujeito se resolve simplesmente ao não levar em consideração a existência de uma diferença radical entre o “eu”, sujeito, e o “eu”, instância psíquica, que teve sua explicitação magistralmente efetivada pelo exaustivo trabalho desenvolvido por Jacques Lacan durante os seus primeiros seminários.<sup>249</sup> Aquilo que, excepcionalmente, foi demonstrado por Lacan durante seu ensino na década de cinquenta é tardiamente apontado por Bettelheim, já e ainda dentro do próprio contexto da tradução, quando faz ele indicações como a seguinte quanto ao eu: “a bem dizer, seria até possível argumentar que, em alguns contextos, “*the me*” traduziria a intenção de Freud melhor do que “*the I*”<sup>250</sup> Outro fato merece, ainda, ser salientado: Bruno Bettelheim é um dos autores denunciados por Lacan pela sua contribuição para o desenvolvimento da chamada *psicologia do eu*, que é a vertente

<sup>246</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 28

<sup>248</sup> Algo sobre essa questão foi esboçado quando tratamos da epistemologia e ideologia a partir do pensamento de Louis Althusser

<sup>249</sup> Para tal, consultar principalmente o Seminário 2 - *O eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica*, como também no Seminário 1 - *Os escritos técnicos de Freud*.

<sup>250</sup> BETTELHEIM, B. op. cit., p. 70

<sup>250</sup> ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*, p. 71

analítica que vai tentar minimizar a diferença conceitual inconciliável entre o eu formulado enquanto sujeito e enquanto instância psíquica.

Não parece ser gratuito o fato de ter sido da França, onde o “eu” tem formas gramaticais mais precisas no uso corrente da língua, - *le je, le moi* -, que partiu a retomada das reflexões sobre o estatuto do sujeito para a psicanálise, evidenciando-se, teórica e clinicamente, a ocorrência de um descentramento radical do sujeito do cogito cartesiano, descentramento que se dá pela instauração do inconsciente enquanto revelador de que

“o sujeito real, o indivíduo na sua essência singular, não tem a figura de um ego, centrado no “eu”, na “consciência”, ou na “existência” - quer esta seja a existência do para-si, do corpo-próprio, ou do “comportamento” - que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que também tem um “centro” apenas no desconhecimento imaginário do “eu”, ou seja, nas formações ideológicas em que ele se “reconhece”.<sup>251</sup>

Outra referência ainda tem pertinência e merece ser registrada. Chama a atenção o fato de não haver uma menção sequer por parte dos tradutores da *Standard Edition* quanto à problematização que poderia advir para a tradução a partir da questão do sujeito tal como formulada pela psicanálise, distinta radicalmente da maneira como é ela apresentada na estandardização da obra de Freud. Mesmo provocando os estragos que provocou a tradução, por exemplo, da *Trieb*, ou mesmo no da *Verdrängung*, foi ela, de alguma forma, problematizada pelos editores da obra. A tentativa de recalçamento operada sobre a questão do sujeito poderia ser apontada como mais uma deliberação conceitual de deturpar a teoria psicanalítica, atendendo a premissas teóricas bem estabelecidas, apesar de não explicitadas. Se outras escolhas para o estabelecimento da tradução têm os seus motivos explicitados pelo editor, que seja como “pequeno detalhe sem importância”, nem uma insignificante nota mereceu a questão referente ao sujeito.

Também a tradução do termo Isso merece considerações em separado. Além dos argumentos aqui levantados (do uso de vocábulos latinos, da perda da própria tessitura da linguagem na constituição do conceito ou da deliberada tentativa de circunscrever a psicanálise a um biologicismo positivista), um comentário deveras curioso de Bettelheim merece ser destacado. Ele enfatiza que “mesmo *“the it”* está longe de

possuir todo o impacto emocional que *das Es* tem no original alemão. Em alemão a palavra “criança” (*das Kind*) é do gênero neutro. Durante seus primeiros anos de vida, todos os alemães têm a experiência de que se lhes faça referência por meio de um pronome neutro, o *es*.<sup>252</sup> Não se levar em consideração um fato lingüístico dessa natureza quando da tradução de uma obra como a de Freud, acentua a importância e pertinência de todos os estudos e pesquisas feitos com a intenção de possibilitar à psicanálise, que se recoloca nos seus devidos trilhos.

O *supereu*, por sua vez, é um conceito que traz em si uma conotação que, apesar de não ser de todo equivocada, talvez não seja, no entanto, a mais adequada para transmitir a idéia de Freud ao formular o conceito. Não nos detendo no já debatido problema da escolha de uma palavra latina para designá-lo, vamos nos ater inicialmente ao “super”. Do modo como se deu a inserção do conceito na sua articulação com os outros dois, o eu e o isso, a ele está atribuído mais o lugar de extra, de superlativo, quando talvez a intenção de Freud fosse mais a de apontar para o simples fato de estar ele, sobre, acima do eu. Não negligenciando os apontamentos aqui feitos sobre a tradução do eu, e acrescentando a eles os agora feitos sobre o “super” desse “eu”, talvez fosse pertinente, mesmo quebrando a tradição existente e seguida, que se postulasse como tradução mais adequada para esse conceito, a palavra *sobremim*. É a tradução do conceito de Überich aquela que talvez mais tenha sido imposta pela tradição, como forma de escamoteamento da traição que em verdade foi feita, com sua escolha, ao pensamento freudiano.

O que fica inequivocamente constatado, após a pesquisa que se apresenta, é uma descaracterização de conceitos fundamentais da teoria psicanalítica. Essa estratégia de comprometimento da teoria freudiana, no entanto, não se atém apenas à intenção demonstrada nessa investigação, como a que moveu a escolha do modelo eleito para traduzir Freud para a língua inglesa, descaracterizando conceitos sob os argumentos já apresentados. Outras estratégias foram usadas com fundamento no mesmo raciocínio.

Dentro do espírito de estandardizar a obra freudiana, um termo é escolhido para receber o tratamento preconizado pela metodologia a partir da qual

---

<sup>252</sup> BETTELHEIM, B. *Freud e a alma humana*, p. 73

foi elaborada a tradução, dentro das premissas da homogeneidade, com vistas a um pretense rigor. Só que o termo escolhido para o exercício da metodologia preconizada não é, em absoluto, um conceito freudiano.

Poder-se-ia apontar que um termo específico é forjado segundo critérios os mais rigorosos na perspectiva da standardização: esse termo é *insight*, termo erigido pelos tradutores ao estatuto de conceito, estatuto que não lhe foi atribuído pela pena do fundador da psicanálise. *Einsicht* tem o mesmo significado de *insight* não se restringindo, no entanto, a essa semelhança. Às vezes *insight* deriva-se de *Einblick* (visão, compreensão) ou de *Kenntnis* (conhecimento), não havendo como era de se esperar uma correspondência entre os primos alemão e inglês. Em português, *insight* aparece como compreensão interna, mas também como compreensão, percepção, informação, e descoberta. Um pequeno detalhe perpassa toda a tradução brasileira: a colocação entre parênteses, em inglês, do termo *insight*, sempre que uma referência lhe é feita, alça-o ao lugar de conceito mesmo que na tradução inglesa ou no original alemão não fosse utilizada a mesma palavra para designar o estado por ela engendrado. O fato de não se tratar de um conceito autoriza a utilização de sinônimos sem que haja, em consequência, nenhum prejuízo para a teoria psicanalítica; é o contrário, no entanto, o que ocorre. Qualquer que seja o sinônimo empregado, está ele seguido do termo em inglês, entre parênteses, a tentar estabelecer um espaço conceitual. “Freud e Strachey, ao empregarem os termos *Einsicht* e *insight* respectivamente, deixam claro que se trata não de um conceito psicanalítico, mas do emprego de um substantivo ao qual pode recorrer, com a mesma naturalidade qualquer usuário da língua.”<sup>253</sup> O que merece uma avaliação mais detida é o motivo que leva a que vários conceitos de capital importância para a teoria sejam completamente descaracterizados, e outros erigidos a um patamar ocupando um lugar teórico inexistente, por definição, por parte daquele que fundou a psicanálise. A disseminação do termo *insight* pode indiciar alguns dos motivos que levaram alguns psicanalistas a dar-lhe um estatuto de conceito. A compreensão dos fatos e o lugar que é atribuído a essa compreensão por uma vertente da psicanálise encaixam-se perfeitamente dentro de um espírito que viria a constituir finalmente a psicologia do eu, subsidiando teoricamente o seu ensejo de que fosse o inconsciente dominado plenamente pela

<sup>253</sup> CARONE, M. *Freud em português capítulo 2.*, p. 6

consciência, a partir do momento em que tudo fosse, em sua plenitude, compreendido internamente pelo indivíduo, e não pelo sujeito.

Os elementos aqui apontados têm a função de servir como demonstradores dos problemas produzidos pela tradução para o português da obra de Sigmund Freud, efetuada com base no empreendimento feito para o inglês, sob a orientação de James Strachey. O que em verdade temos acesso em nossa língua da obra de Freud, nada mais seria que uma tradução da tradução. Apesar de nos atermos a apenas alguns termos da produção científica de Freud, esperamos haver demonstrado a gravidade das implicações epistemológicas provenientes de tal trabalho. Vários são os autores que se debruçam sobre o texto freudiano com a intenção de pesquisar seu estilo, seu modo específico de produção científica, ou simplesmente, quitar uma antiga dívida de décadas, não apenas com a própria psicanálise mas também com o seu fundador. Não é desprezível a amplitude que tem hoje o campo bibliográfico dessa pesquisa. O que esperamos é que o fato de havermos escolhido apenas alguns conceitos para fundamentar a nossa argumentação, não comprometa o seu resultado final de demonstrar, segundo critérios epistemológicos explícitos, as implicações advindas para a transmissão da psicanálise decorrentes da difusão de sua teoria através da tradução editorada por James Strachey, a *Standard Edition*.<sup>254</sup>

A questão que se coloca a partir do desenvolvimento desse trabalho é a transmissibilidade da psicanálise inserida no contexto ora exposto e os desdobramentos possíveis a partir do levantamento de tais elementos.

---

<sup>254</sup> Nessa dissertação poderia se desenvolver um aporte maior de dados na perspectiva de trabalhar, somente e ainda, a partir de alguns conceitos; poder-se-ia acrescentar um estudo sobre vários outros conceitos freudianos que foram, dentro da perspectiva apontada, substituídos por palavras latinas: *escopofilia*, *parapraxia*, *catexia*, *anaclítico*. Optou-se por não estender esse estudo uma vez que para os efeitos pretendidos os conceitos escolhidos seriam, ao nosso ver, suficientes. Pensou-se ainda que uma exposição exaustiva de conceitos psicanalíticos fugiria ao objetivo dessa dissertação.

A *ductio* que estabeleceu relações entre a psicanálise, enquanto uma ciência, com a lingüística, epistemologia e ideologia, essa *ductio* que pelo viés da tradução nos conduziu a tais reflexões através da consistência possibilitada pela história a tais articulações, essa *ductio* nos demanda, nesse momento, um passo mais. Que se pense pois, segundo critérios outros além dos já levantados, a problemática instaurada pela tradução ante a condição à qual esteve condenada por alguns pressupostos teóricos, ou seja, uma condição de inexistência. Efetuar tais reflexões implica em um endereçamento da tradução a um outro lugar, que não o por ela ocupado por largo espaço de tempo no campo teórico que lhe é pertinente. Há que conduzi-la sempre, um pouco mais, para mais além.

## CONCLUSÃO

A tradução não só pode ser pensada a partir do registro filosófico, como parece ser justamente essa a sua demanda: ultrapassar o impasse ao qual esteve condenada pelas reflexões efetivadas até então pela lingüística, ou seja, a sua própria possibilidade de existência posta na questão da traduzibilidade, e a classificação da qual foi objeto, em científica e poética.

A demanda de ultrapassagem desses impasses poderia se dar, seguramente, dentro das pistas fornecidas pela epistemologia; o marxismo, o estruturalismo, uma possível articulação entre eles, surgem como possíveis indicadores para a constituição de modelos de investigação. A demonstração da existência de implicações epistemológicas na tradução de alguns conceitos fundamentais da obra de Sigmund Freud explicitam o nível de comprometimento que pode haver na produção e na transmissão da psicanálise enquanto ciência.

Tais reflexões exigiram mais; já os modelos epistemológicos escolhidos apontavam inexoravelmente para a questão da ideologia. Também suas implicações são demonstradas tendo como objeto a motivação que sustentou a tradução de alguns elementos específicos da obra de Freud.

Lingüística, epistemologia, ideologia, suas implicações investigadas tendo como objeto a produção teórica freudiana exigiram ainda mais: considerações sobre o lugar a ser atribuído à história, como elemento a mais nesse campo de relações, implicando-a também nessa articulação, enquanto aquele a dar consistência ao que, nessa conjuntura, é possível de articular.

Pensar a tradução dentro do campo da lingüística, da epistemologia, da ideologia: a articulação entre elas poderia se dar pela formulação da tradução enquanto sintoma passível de ser formulado na realidade material do momento histórico em que foi possível o ato de traduzir. Encontrando na verdade histórica tal qual postulada por Freud a consistência necessária para a postulação de uma nova temporalidade, poderia ser a história inserida não mais como tempo da cronologia mas sim como tempo da lógica: *o instante do olhar, o tempo para compreender e o momento de concluir* - que esse tempo demande cada vez mais, menos tempo.

Da tradução, uma questão permanece, ainda, como resto e sustentáculo: a da relação entre tradução e original - investigação a ser empreendida em novos lugares de circulação.

## BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença [Martins Fontes, 1980.

\_\_\_\_\_ *Lenine e a Filosofia*. Trad. Herberto. Helder e A. C. Manso Pinheiro Lisboa: Estampa, 1974

\_\_\_\_\_ *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Trad. Wálter J. Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1985

\_\_\_\_\_ *A favor de Marx*. Trad. Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

ARROJO, Rosemary. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993

ASSOUN, Paul-Laurent. *Introdução à epistemologia freudiana*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1983

BACHELARD, Gaston. *Epistemologia*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983

BETTELHEIM, Bruno. *Freud e a alma humana*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1984

CARONE, Marilene. Freud em português - capítulo 2. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 20.Out.1985, Folhetim.

CHÂTELET, François. *História da filosofia, idéias, doutrinas*. Vol. 8. O século XX. Trad. Hilton F. Japiassu. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974

\_\_\_\_\_ *História da filosofia, idéias, doutrinas*. Vol. 5. A filosofia e a história. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

\_\_\_\_\_ *História da filosofia, idéias, doutrinas*. Vol. 4..O iluminismo. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974

\_\_\_\_\_ *História da filosofia, idéias, doutrinas*. Vol. 1..A filosofia pagã. Trad. Maria José de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974

- DE LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Laymerte Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1982
- DESCAMPS, Christian. *As idéias filosóficas contemporâneas na França*. Trad. Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991
- DOSSE, François. *História do estruturalismo. Vol. I. O campo do signo, 1945-1966*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1994
- \_\_\_\_\_ *História do estruturalismo. Vol. II. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1994
- DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvedan. *Dicionário das ciências da linguagem*. Trad. Antonio José Massano, José Afonso, Manuela Carrilho, Margarida Font. Lisboa: Dom Quixote, 1982
- EVANGELISTA, Walter José. Althusser e a psicanálise. In: *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1985
- FREUD, Sigmund. Prefácio geral do editor inglês. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1*. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ *A interpretação dos sonhos*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. IV-V*. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ *Psicologia das massas e análise do ego*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIX*. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ *Análise terminável e interminável*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XXIII*. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ *A questão da análise leiga*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol.*. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ *O futuro de uma ilusão*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol.*. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ *O mal estar na civilização*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol.*. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977

- \_\_\_\_\_ Além do princípio do prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XIX. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ O inconsciente. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XIV. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ Repressão. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XIV. Trad. sob direção Jayme Salomão Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ O instinto e suas vicissitudes. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XIV. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. VII. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ Construções em análise. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXIII. Trad. sob direção Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977
- \_\_\_\_\_ Entrevista por George Sylvester. São Paulo: Folha de São Paulo, 03.janeiro.1998, Folhamundo, p. 8
- \_\_\_\_\_ Obras Completas. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, T. III, 1973.
- GRANOFF, Wladimir. Freud écrivain: traduire ou standardizer. In: *L'écrit du temps 7. La decision de traduire: l'exemple Freud*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984
- HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. Santiago de Chile: 1971
- HANNS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- HEGEL, G. W. F. *Introdução à história da filosofia*. Trad. Euclidy Carneiro da Silva. São Paulo: Hemus, 1976
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo dicionário de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975
- IRMEN, Friedrich. *Langenscheidts taschenwörterbuch portugiesisch*. Berlin: Langenscheidt, 1982
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein, José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.

- JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993
- LACAN, Jacques. Respostas aos estudantes de filosofia. Trad. Glória Ribeiro da Silva. In: *Psicanálise ciência e prática*. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1975
- \_\_\_\_\_ *Écrits*. Paris: Éditions du Seuil, 1966
- \_\_\_\_\_ Os escritos técnicos de Freud. *O seminário livro 1*. Trad. Betty Milan. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979
- LADMIRAL, Jean René. *Traduzir: teoremas para a tradução*. Trad. Cascais Franco. Lisboa: Publicações Europa América, 1979
- LAPLANCHE, Jean e PONTALIS, Jean-Baptiste. *Vocabulário de psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. Santos: Martins Fontes, 1970
- MAHONY, Patrick. *Sobre a definição do discurso de Freud*. Trad. Francisco Inácio P. Bastos. Rio de Janeiro: Imago, 1989
- \_\_\_\_\_ Vers une compréhension de la traduction en psychanalyse. In: *L'écrit du temps 7. La décision de traduire: l'exemple Freud*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- MESCHONIC, Henri. *Pour la poétique II. Épistemologie de l'écriture poétique de la traduction*. Paris: Gallimard, 1973
- MOUNIN, Georges. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975
- \_\_\_\_\_ *Introdução à lingüística*. Trad. José Meireles Lisboa: Martins Fontes, 1976
- NUNES-FILHO, Augusto. A encenação edípica - da negação enquanto marcador da estrutura do sujeito. In: *Cadernos de Psicologia*. Vol. 4. Revista do Dpto. de Psicologia | FAFICH. | Belo Horizonte: UFMG, 1987
- PAES, José Paulo. Grandezas e misérias da tradução. Compilação. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 18.setembro.1983, Folhetim 343.
- PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico, In: *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996
- RICOEUR, Paul. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Trad. Hilton Japiassu Rio de Janeiro: Imago, 1965
- RONAI, Paulo. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

- SANTOS, Laymerte Garcia. Da tradução. Prefácio. In: *Discurso da servidão voluntária de La Boétie*. São Paulo: Brasiliense, 1982
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973
- SERRES, Michel. *Hermès I. La communication*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969
- \_\_\_\_\_ *Hermès III. La traduction*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1974
- \_\_\_\_\_ *Hermes uma filosofia da ciência*. Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Graal, 1990
- STRIL-REVER, Sofia. *Le refoulé de l'histoire*. Paris: Éditions Ramsay, 1990
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino português*. Porto: Gráficos Reunidos Ltda., 1937
- ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: *O mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.